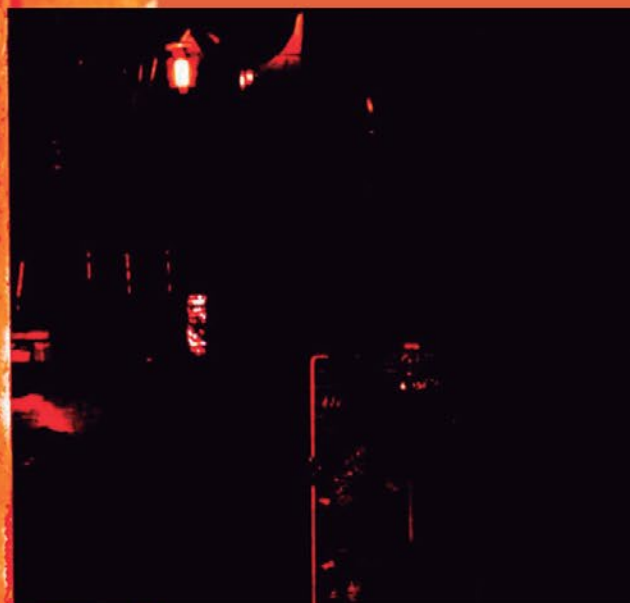
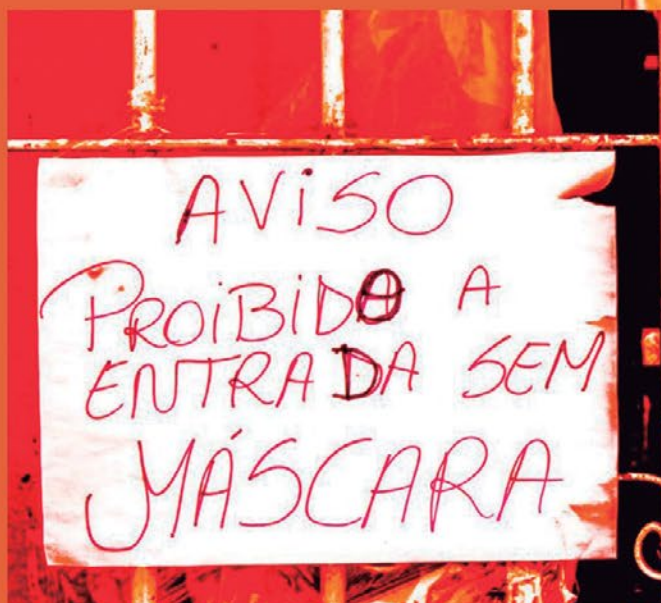




ÁLTERA

Número especial  
por

# narrativas antropológicas do extraordinário



Áltera, João Pessoa,  
v. 2, n. 10 – Número Especial



PPGA  
Programa de Pós-Graduação  
em Antropologia

© 2020 UFPB

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

Reitora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margareth de Fátima Formiga Diniz Melo

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

Diretora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Nóbrega

**CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO**

Diretora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

Coordenadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alexandra Barbosa

**COMITÊ EDITORIAL**

**Editores**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Franch

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia dos Santos Pinheiro

Prof. Dr. Pedro Guedes do Nascimento

**EQUIPE TÉCNICA**

Heloisa Wanick

**DIAGRAMAÇÃO**

Hamilton Bittencourt

**CAPA**

Foto: Luriana de Sousa e Geissy dos Reis F. Oliveira

Layout: Weverson Bezerra

**APOIO**

Este número contou com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa (FAPESQ), Termo de Outorga nº 044/2019



Áltera Revista de Antropologia, João Pessoa, v. 2, Número Especial, outubro 2020

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/altera>

[revistaaltera@gmail.com](mailto:revistaaltera@gmail.com)

**CONSELHO CIENTÍFICO**

Alfredo W. B. de Almeida (UFAM)

Antonella M. I. Tassinari (UFSC)

Antônio C. de Souza Lima (Museu Nacional/  
UFRJ)

Beatriz C. Labate (CIESAS-MX)

Bela Feldman-Bianco (Unicamp)

Carmem Rial (UFSC)

Clarice Peixoto (UERJ)

Claudia Fonseca (UFRGS)

Cornelia Eckert (UFRGS)

Cristina Larrea Killinger (Universidade de  
Barcelona)

Elisete Shwade (UFRN)

Jane Beltrão (UFPA)

João Pacheco (Museu Nacional/UFRJ)

José Sérgio Leite Lopes (Museu Nacional/UFRJ)

José Vega (Univ. de Holguín)

Lady Selma Albernaz (UFPE)

Lea Freitas Perez (UFMG)

Leila Sollberger Jeolás (UEL)

Lisabete Coradini (UFRN)

Luiz F. Dias Duarte (Museu Nacional/UFRJ)

Luis R. Cardoso de Oliveira (UnB)

Mariza Veloso (UnB)

Maya Mayblin (Univ. of Aberdeen)

Renato Athias (UFPE)

Roberta B. C. Campos (UFPE)

Russel Parry Scott (UFPE)

Sérgio Carrara (UFRJ)

Soraya Fleischer (UnB)



ÁLTERA  
Revista de antropologia

## Áltera

João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, outubro 2020

Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Universidade Federal da Paraíba

ISSN 2447-9837

Catálogo da Publicação na Fonte  
Universidade Federal da Paraíba  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA)

Áltera: revista de Antropologia - UFPB.

Publicação do PPGA - Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB- Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, outubro 2020.

Semestral

215 p.:il.

ISSN: 2447-9837

Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/altera>

Antropologia - periódico. 2. Antropologia e pandemia. I. Título.

CDU 39

# SUMÁRIO

## EDITORIAL

Mónica Franch, Patrícia dos Santos Pinheiro e Pedro Guedes do Nascimento ..... 7

## Artigos

### COMO AS PRÁTICAS ALIMENTARES SE TORNARAM JUSTIFICATIVA PARA O RACISMO EM FACE À COVID-19

Luiza Giordani ..... 13

### COMO NÃO COZINHAR PANDEMIAS EM CASA

Stephanie Ferreira Sacco ..... 22

### CULTURAS ALIMENTARIAS TRADICIONALES Y EL IMPACTO DE LA PANDEMIA: los riesgos del compartir en Perú y Brasil

Angélica Maria Arriola Miranda, Patricio Carneiro Araújo ..... 31

### REFLEXÕES SOBRE A SITUAÇÃO EXPERIENCIADA PELOS GUARANI NHANDÉWA DA TEKOÁ YWY PORÃ PERANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS E O ISOLAMENTO SOCIAL COLETIVO

Angélica Ferreira Camargo/ Kunhã Itawidjú, Patricia Carola Facina ..... 39

### UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE AS CIRCUNSTÂNCIAS DA PANDEMIA DE COVID-19 (SARS-COV-2) PARA OS POVOS INDÍGENAS

Ana Manoela Primo dos Santos Soares ..... 48

### A UMMAH FICOU EM CASA: Experiências de muçulmanos paraibanos no mês do Ramadan e na festa do Eid Alfitr durante a pandemia de covid-19

Vanessa Karla Mota de Souza Lima, Maria Patrícia Lopes Goldfarb ..... 57

### REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS SOBRE A COVID-19 E O CORPO MORTO

Weverson Bezerra Silva, Uliana Gomes da Silva ..... 65

### A MORTE POR COVID-19: reflexões acerca das narrativas da perda e luto familiar

Adriano Farias Rios, Alice Bianca Santana Lima, Anne Caroline Nava Lopes, Elza Lima da Silva, Sílvia Cristianne Nava Lopes ..... 73

### COVID-19 E OS NÚMEROS: o quesito raça/cor e as controvérsias das notificações

Tatiane Pereira Muniz ..... 81

### ENFRENTAMENTOS: desigualdade racial, racismo e a pandemia do novo coronavírus

Rosiane Trabuco de Oliveira ..... 89

### “MORRE DE CORONA OU MORRE DE FOME”: o risco dual dos trabalhadores ambulantes frente à pandemia da covid-19

Mylena Serafim da Silva ..... 98

<b>SEGURAS EM SEUS LARES? Uma reflexão sobre a violência contra a mulher em tempos de pandemia</b> <i>D'Angelles Coutinho Vieira, Linderson Christian Sales de Oliveira</i> .....	109
<b>SOBRE AS POLÍTICAS DA ANGÚSTIA</b> <i>Alef de Oliveira Lima</i> .....	119
<b>O VELHO INVISÍVEL E A PANDEMIA POR COVID-19 NO BRASIL</b> <i>Débora Pires Teixeira, Rita de Cássia Pereira Farias</i> .....	126
<b>UM CONTO DE DUAS EPIDEMIAS: A desativação do Atende II em meio à covid-19 na Cracolândia</b> <i>Ygor Diego Delgado Alves, Pedro Paulo Gomes Pereira</i> .....	134
<b>“A AULA TÁ DIFERENTE”:</b> Experiências de adolescentes de uma escola privada no modelo de aulas remotas <i>Bruna Tavares Pimentel</i> .....	142
<b>DESCARREGAR PARA LIDAR COM A LUZ:</b> notas (auto)etnográficas sobre o reinventar práticas de Ensino-Aprendizagem à Distância <i>Vinícius Gabriel da Silva, Eveline Lúcia da Silva Tavares</i> .....	150
<b>OBSERVATÓRIO ANTROPOLÓGICO EM TEMPOS DE PANDEMIA:</b> colheita de flores “cavada à unha” entre as estradas que cruzam a Universidade Federal da Paraíba <i>Heloisa Wanick</i> .....	160
<b>DAS RUAS ÀS REDES SOCIAIS:</b> a mobilização de movimentos sociais e estudantis em período de isolamento <i>Anna Beatriz Ramos Dias, Raphaella Ferreira Mendes</i> .....	170
<b>EFEITOS DA COVID-19 SOBRE O COTIDIANO DE MORADORES/AS DE UM BAIRRO DE OLINDA-PE:</b> ensaio sobre agência e pesquisa online <i>Gabriel Ferreira de Brito</i> .....	178
<b>AS MÁSCARAS DE “PROTEÇÃO” COMO PASSAPORTE PARA QUEBRA DO ISOLAMENTO SOCIAL EM UMA CIDADE DO INTERIOR DE PERNAMBUCO</b> <i>Heytor de Queiroz Marques</i> .....	186
<b>Ensaaios visuais</b>	
<b>DIÁRIO IMAGÉTICO DA PANDEMIA DE COVID-19:</b> retratos, distâncias e estranhamentos <i>Geissy Reis F. de Oliveira, Luriana de Sousa Barros</i> .....	196
<b>“PANDEMIA DE NARRATIVAS”:</b> experiências compartilhadas no Instagram <i>Daniele Borges Bezerra, Alexsânder Nakaóka Elias, Amanda Dias Winter, Mateus Fernandes, Vitória de Lima Cardoso, Claudia Turra-Magni</i> .....	204

## EDITORIAL

Este Número Especial da Revista *Áltera*, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB, é resultado da grande repercussão da chamada para artigos *Narrativas antropológicas na pandemia*, lançada em abril de 2020. Optamos por dividir os ensaios aprovados, dentre as mais de 50 propostas recebidas, em duas partes. A primeira delas foi incluída como Seção Especial no número 10 da revista. Nesta edição, publicamos as demais contribuições, sendo 20 artigos e dois ensaios visuais.

Mas, afinal, será que ainda resta algo a dizer diante da profusão discursiva em torno da covid-19?

Enquanto escrevemos estas linhas, o Brasil amarga 157.946 mortes por covid-19, a Europa enfrenta uma segunda onda menos localizada do que a primeira e o mundo já bateu a marca do milhão de vidas perdidas para o Sars-CoV-2. Para além dos inegáveis impactos da pandemia em termos de vidas humanas e de sofrimento, tornam-se cada vez mais visíveis os desdobramentos desta situação na economia, na política, na educação, no trabalho, na mobilidade, nas relações familiares, nas formas de sociabilidade, entre outros muitos âmbitos da vida social. Nesses mais de sete meses de convivência com a pandemia, ficaram evidenciadas, ademais, as profundas desigualdades que marcam nossa sociedade e que, diante de uma emergência sanitária sem precedentes na história recente, são responsáveis pelas diferenças gritantes nas possibilidades de enfrentamento da covid-19 e, conseqüentemente, nas taxas diferenciais de adoecimento e morte. Mapear essa diversidade, compreender os mecanismos que produzem estas nem tão novas vulnerabilidades, acompanhar as mudanças que se desenham nesse cenário ainda pandêmico, mas já vivido como pós-pandêmico, bem como conhecer as respostas locais que estão sendo produzidas neste exato momento – é para esses e outros esforços que a imaginação antropológica tem se voltado.

Os ensaios aqui reunidos abordam a pandemia da covid-19 a partir de uma diversidade de ângulos. As três primeiras contribuições discutem aspectos em torno da alimentação: Luiza Giordani (UFRGS) observa como a diferença de hábitos alimen-



Unidos, numa leitura enviesada das notícias a respeito da origem da transmissão do novo coronavírus num mercado vivo em Wuhan (China); Stephanie Ferreira Sacco (UFPB) traz para nós um relato de campo junto a um casal que saiu de uma grande cidade para morar na zona rural como via para refletir sobre possíveis relações com os alimentos na contramão da produção intensiva e abusiva de animais e plantas, que termina sendo celeiro para novas doenças; já Angélica Maria Arriola Miranda (Universidad de San Martín de Porres, Peru) e Patricio Carneiro Araújo (UNILAB) fazem uma reflexão cruzada sobre como o isolamento social e as demais normas sócio-sanitárias em resposta à situação pandêmica podem afetar formas de cozinhar, comercializar e consumir alimentos por povos indígenas e comunidades tradicionais no Peru e no Brasil, com desdobramentos ainda desconhecidos sobre suas identidades e modos de vida.

O enfrentamento da covid-19 pelos povos indígenas é matéria de dois ensaios. No primeiro deles, Angélica Ferreira Camargo/Kunhã Itawidjú (UENP) e Patrícia Carolina Facina (UFPB) discorrem sobre a memória das epidemias entre os Guarani Nhandewa e como ela está presente diante da nova ameaça representada pelo Sars-Cov-2. Destaque para a ideia de isolamento social coletivo, estratégia local de prevenção, enraizada nas experiências sociais do grupo, que aparece como alternativa às diretrizes universalistas (e individualistas) propostas pela Organização Mundial da Saúde. Já o ensaio de Ana Manoela dos Santos Soares (UFPA) se apoia em reminiscências e também em dados estatísticos para chamar a atenção para o impacto diferencial que a pandemia está tendo entre os povos originários do Brasil. Uma leitura necessária e preocupante, que nos alerta sobre os rumos da humanidade, em diálogo com o pensamento crítico de intelectuais indígenas como Ailton Krenak e Davi Kopenawa.

A seguir, o texto de Vanessa Karla Mota de Souza Lima (UFPB) e Maria Patrícia Goldfarb (UFPB) se debruça sobre as práticas religiosas dos muçulmanos da comunidade sunita de João Pessoa, e como elas precisaram ser adaptadas às medidas de isolamento social, cujo período mais crítico, na Paraíba, coincidiu com o Ramadan e a Festa do Eid Alfitr, momentos usualmente marcados por um intenso convívio social. O ensaio traz à baila uma realidade pouco conhecida e é a única contribuição que trata, especificamente, sobre religiosidade, um tema muito pouco discutido nas re-





flexões sobre a covid-19.

Os dois ensaios seguintes abordam questões em torno da morte e do luto, esse, sim, um tema bastante presente no debate público sobre a pandemia. Weverson Bezerra Silva (UFPB) e Uliana Gomes da Silva (UFPB) discutem os protocolos de biossegurança que regem o manejo dos corpos mortos em decorrência da covid-19 e suas implicações em termos rituais para os enlutados. O tema do luto é também o foco do ensaio de Adriano Farias Lima (UFMA) et al. A partir de uma leitura atenta de cinco notícias jornalísticas sobre vítimas de covid-19, os autores abordam as características sociais dos mais afetados pela pandemia e também os sentimentos e emoções de seus familiares, privados da possibilidade de uma despedida conjunta. Ambas as contribuições chamam a atenção para o desafio social que implica enfrentar mortes em grande escala, sobretudo durante o chamado “pico” da pandemia, e para o conflito entre as normas de biossegurança implementadas diante do caráter contagioso do Sars-CoV-2, e o imperativo individual e coletivo do último adeus.

Entre vidas e mortes, as relações entre a covid-19 e os marcadores sociais da diferença se fazem presentes num conjunto de sete ensaios. No primeiro deles, de autoria de Tatiane Pereira Muniz (UFRGS), são debatidas as ambiguidades em torno da notificação de casos de morte por covid-19, e especificamente os problemas em torno da classificação racial, informação esta fundamental para um bom direcionamento de políticas e ações de combate à epidemia e às inequidades em saúde. Também aborda o tema racial o ensaio de Rosiane Trabuco de Oliveira (UFPB), que situa a pandemia na continuidade das muitas outras violências perpetradas contra a população negra na sociedade brasileira. A questão de classe subjaz o ensaio de Mylena Serafim da Silva (UFPB), que apresenta a situação dos vendedores ambulantes de João Pessoa diante da injunção “Fique em casa”. Já D’Angelles Coutinho Vieira (UFPB) e Linderson Christiano Salles de Oliveira (UFPB) discutem o aumento da violência de gênero como resultado indireto das medidas de isolamento social, e apresentam algumas alternativas públicas e privadas para seu enfrentamento. Tecido a partir das experiências do autor como professor e etnógrafo de um coletivo educacional para pessoas trans, o ensaio de Alef de Oliveira Lima (UFRGS) propõe a ideia de “políticas de angústia” para dar conta dos questionamentos e urgências sociais vivenciados



por esse segmento durante a pandemia. O recorte geracional aparece no ensaio de Débora Dias Teixeira e Rita de Cássia Pereira Farias, ambas da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que discutem como o reconhecimento da vulnerabilidade dos idosos face à covid-19 ensejou, na prática, o agravamento de estereótipos negativos em relação à velhice que em nada contribuem para a proteção efetiva das pessoas de mais idade. Por fim, o ensaio de Ygor Diego Delgado Alves (UFSP) e de Pedro Paulo Gomes Pereira (UFSP) mostram como, em meio à pandemia de covid-19, a Prefeitura de São Paulo desativou um serviço de atendimento situado na Cracolândia, com o decisivo apoio da mídia, numa ação que vulnerabilizou ainda mais pessoas que já de por si vivenciam cotidianamente a precariedade de vida. Esse conjunto de textos evidencia como as experiências com a pandemia são não apenas diferentes, mas profundamente desiguais.

Os dois ensaios seguintes problematizam as importantes transformações em curso no campo educativo, nomeadamente a substituição do ensino presencial pelo ensino remoto, tendência já existente, mas que tem sido acelerada em função das medidas de isolamento social decretadas por conta da covid-19. A maneira como essa migração se fez, os possíveis desdobramentos dessas mudanças e seu custo em termos de aprendizagem, mas também de bem-estar e saúde, são discutidos na perspectiva dos estudantes, no texto de Bruna Pimentel (UFPB); e do ponto de vista dos educadores, no ensaio de Vinicius Gabriel da Silva (UFPB) e Eveline Lúcia da Silva Tavares (UFPB).

Os quatro ensaios que encerram a seção de artigos abordam, por diferentes ângulos, respostas coletivas e individuais a alguns dos desafios postos pela atual situação pandêmica: Heloísa Wanick (UFPB) narra em primeira pessoa a experiência de fazer parte do Observatório Antropológico, uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB que busca articular e fortalecer ações voltadas a amenizar os impactos negativos da covid-19 entre populações e grupos vulnerabilizados no estado da Paraíba; já Anna Beatriz Ramos Dias (UFCEG) e Raphaella Ferreira Mendes (UFCEG) discorrem sobre as formas de organização do movimento estudantil diante da impossibilidade de ganhar as ruas, apontando para a relevância da mobilização no ciberespaço; Gabriel Ferreira de Brito (UFPE) discute as interações entre



humanos e não humanos (especificamente as redes sociais) e como elas se veem afetadas pela situação da covid-19, à luz das teorias sobre agência não humana; por fim, Heytor de Queiroz Marques (UFRN) propõe uma reflexão sobre o uso de máscaras como “passaporte” para a (nova) normalidade, a partir de suas observações saídas às ruas num pequeno município do interior de Pernambuco no período do *lockdown* naquele estado.

As máscaras são protagonistas, também, do primeiro dos dois Ensaio Visuais que completam este número especial. Geissy Reis F. de Oliveira (UFPB) e Luriana de Sousa Barros (UFPB) nos brindam com um diário imagético da pandemia de covid-19, registrando com suas câmeras a presença desses novos artefatos nos rostos e também nas sinalizações da cidade. É delas a fotografia que ilustra a capa deste número especial. O último dos ensaios, de autoria de Daniela Borges Bezerra (UFPEI) et al., é um registro reflexivo sobre @pandemiadenarrativas, uma ação antropológica no Instagram, que se apresentou como “território de refúgio e compartilhamento de vivências diárias alteradas pela pandemia da Covid-19, num período trágico com características de liminaridade”.

Agradecemos à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq) pelo apoio financeiro viabilizado pelo edital *Apoio à editoração e publicação de periódicos científicos (003-Fapesq/PB)* vem nos permitindo desde o número anterior contar com serviço de revisão e diagramação. Agradecemos também ao Conselho Editorial, aos autores que nos encaminharam seus trabalhos, aos pareceristas ad hoc, ao PPGA/UFPB, ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA/UFPB), ao Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAUE/UFPB), bem como a todos que contribuíram para a produção do novo número.

Uma boa leitura!

**Comitê Editorial Áltera**





# ARTIGOS



**COMO AS PRÁTICAS ALIMENTARES SE TORNARAM JUSTIFICATIVA PARA O  
RACISMO EM FACE A COVID-19**

***How food practices became justification for racism face to COVID-19***

Luiza Giordani

Mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharela em  
Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Email: [luizagiordani@gmail.com](mailto:luizagiordani@gmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p. 13-21, outubro 2020

ISSN 2447-9837

**RESUMO:**

Até onde se tem conhecimento, o marco zero na propagação do novo coronavírus foi o Huanan Seafood Market, localizado na cidade de Wuhan, na China. Dessa forma, um dos pontos dos ataques xenófobos que vêm sendo direcionados à comunidade asiática em geral e chinesa especificamente é com base na alimentação, considerada “exótica” pela norma estandardizada. Partindo do contexto vivenciado a partir da disseminação da covid-19 pelo mundo, exploro as implicações que a pandemia trouxe para imigrantes e descendentes de asiáticos nos EUA, a fim de compreender o impacto que a pandemia teve na vida dos indivíduos e da comunidade.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Covid-19. Xenofobia contra asiáticos. Pureza alimentar.

**ABSTRACT:**

As far as it is known, the ground zero in the spread of the new coronavirus was the Huanan Seafood Market, located in the city of Wuhan, China. Thus, one of the points of the xenophobic attacks that have been directed at the Asian community in general and Chinese people specifically is based on food, considered “exotic” by the standardized norm. Starting from the context experienced in the world from the spread of covid-19, I explore the implications that the pandemic has brought to immigrants and descendants of Asians in the USA, in order to understand the impact that the pandemic has had on the lives of individuals and the community.

**KEYWORDS:**

Covid-19. Xenophobia against Asian people. Food purity.



Ataques, ofensas, discriminação. Nos mais diferentes países, nos mais diferentes veículos de comunicação, esses temas têm sido uma pauta constante, trazidos por reportagens que retratam as violências infligidas contra imigrantes asiáticos desde que o novo coronavírus começou a se disseminar.

Em dezembro de 2019, foi identificado um novo vírus da linhagem betacoronavírus (AUWAERTER, 2020). Enquanto a comunidade científica se debruça na problemática de sua nomenclatura, a mídia sai na frente. Já no final de janeiro, a Revista Times (TWEETEN et al., 2020) publicou uma reportagem com informações sobre o vírus e a linha do tempo dos acontecimentos até então. Os nomes empregados pelos editores ao se referirem à doença? “Wuhan Coronavirus” e “China Coronavirus”. Em março, o presidente estadunidense Donald Trump usou o termo “Chinese Virus” em sua conta pessoal no Twitter (TRUMP, 2020) e em uma série de pronunciamentos oficiais, enquanto outros representantes do governo dos EUA seguiram a mesma linha (BBC NEWS, 2020), empregando os mesmos termos utilizados pela Revista Times. No entanto, a doença já havia sido batizada em fevereiro (THUBURN, 2020) como covid-19 – acrônimo para Corona Virus Disease 2019.

Em 2015, a Organização Mundial da Saúde (OMS) havia convocado cientistas, autoridades nacionais e a mídia. O objetivo era fazer a divulgação de novas diretrizes para a nomenclatura de doenças infecciosas humanas, a fim de “minimizar impactos negativos desnecessários em países, economias e pessoas” (LINDMEIER; DAVIES, 2015). Segundo a OMS (LINDMEIER; DAVIES, 2015), o uso de nomes vinculados a locais ou populações tem uma repercussão estigmatizante contra estas comunidades ou setores. Os termos que deveriam ser evitados incluíam a relação com localizações geográficas, nomes de pessoas, espécies de animais ou gêneros alimentícios, referências a cultura, população, indústria ou ocupação laboral, e ainda palavras que levem ao pânico coletivo.

Portanto, relacionar a covid-19 à China ou especificamente a Wuhan não é apenas ir de encontro às diretrizes da OMS conhecidas há cinco anos. Não é apenas uma imprudência por parte dos órgãos da mídia e dos governos. Se trata de reproduzir um comportamento racista e estigmatizador, para dizer o mínimo. Se trata de transformar estes indivíduos em potenciais alvos por parte das camadas mais intolerantes.



Se trata de alimentar ainda mais a xenofobia, que já vinha aumentando o número de vítimas em diversos países.

Não apenas chineses ou descendentes, mas também indivíduos com fenótipos associados aos nativos da Ásia Oriental e do Sudeste Asiático passaram a ser alvo de ataques, tanto no meio online quanto em pessoa, tanto verbalmente quanto fisicamente. Descendentes de imigrantes que já são a segunda ou terceira geração a nascer em outro país (WU, 2020). Estudantes que já estão fora da Ásia há anos (ARATANI, 2020). Homens, mulheres, jovens, velhos (TAVERNISE; OPPER JR., 2020). A intolerância partiu para cima até das crianças (BURTON, 2020). O preconceito e o racismo para com estes indivíduos, que já era sentido de forma latente, encontrou na pandemia a justificativa perfeita para sair do ostracismo e se manifestar abertamente.

Navegando pela internet, lendo comentários nas redes sociais ou passando pelos portais de notícia, não é difícil encontrar conteúdos que sigam em pelo menos uma destas linhas:

- a. Questione as práticas de higiene relacionadas à comida chinesa, seja na sua comercialização (ex.: supostamente, a “sujeira” do mercado de Wuhan e a exposição dos produtos sem “boas práticas” de higiene - para a “norma” estandardizada, pelo menos - explicariam a disseminação do vírus), seja na preparação da comida em si;
- b. Generalize os hábitos alimentares, colocando sob o mesmo guarda-chuva práticas tradicionais de outros países do Oriente ou ainda restritas a determinada região da China como se fossem todos chineses em geral;
- c. Critique a cultura alimentar chinesa pela ingestão de pratos considerados “exóticos” para os “padrões” da cultura normativa (ex.: supostamente, a prática de comer morcegos é que teria contaminado o paciente zero com o novo coronavírus e então passasse a disseminar a doença).

Tudo isso são formas claras de etnocentrismo praticado por indivíduos que desconsideram a alteridade e diminuem a cultura do outro, estabelecendo a sua pró-





pria como a norma. O que é diferente é o problema e deve ser combatido em prol do que é o “certo”. Nesse sentido, Lévi-Strauss afirmou que:

a atitude mais antiga e que se assenta sem dúvida em fundamentos psicológicos sólidos, pois tende a reaparecer em cada um de nós quando se nos depara numa situação inesperada, consiste em repudiar pura e simplesmente as formas culturais - morais, religiosas, sociais, estéticas - mais afastadas daquelas com que nos identificamos (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 236).

Enquanto o número de casos de violência contra asiáticos em geral e chineses especificamente continua a aumentar (TAVERNISE; OPPER JR., 2020), associações e ativistas se unem para cobrar medidas dos governos. Algumas cidades iniciaram campanhas de repúdio à violência e à intolerância, mas em se tratando de uma situação completamente inédita, é difícil mensurar as implicações que estão por vir para todos os lados.

Até o momento, a teoria mais provável é a de que a covid-19 surgiu a partir da mutação de um vírus encontrado em morcegos, tendo como marco zero o Huanan Seafood Market (READFEARN, 2020). Dessa forma, parte da violência contra a comunidade tem se voltado para os hábitos alimentares e as práticas de higiene em relação à comida. Os perpetradores atribuem a doença ao consumo de animais considerados “exóticos” e às “más condições” higiênico-sanitárias em que os insumos ficam expostos no mercado, de acordo com os padrões estabelecidos pela sociedade normativa.

Por isso, uma das vias de ataque de muitos racistas e xenófobos tem sido a alimentação (BURTON, 2020; WU, 2020). Em um país que mantém tradições alimentares não-convencionais para a visão ocidental standardizada, a ideia de comer animais “exóticos” soa, no mínimo, esquisita. Esquecem das práticas alimentares vigentes no Brasil, por exemplo, onde algumas tribos comem carne de macaco e sopa de tartaruga (MACIEL, 2005), ou mesmo na França, onde a carne de cavalo é altamente apreciada e a lesma é uma iguaria desejada.

Comer é vital: os seres vivos precisam se alimentar para fornecer energia e nutrientes para o organismo. Mas, no ser humano, este ato está carregado de significado cultural. Para Lévi-Strauss, “a eixo que une o cru e o cozido é característico da cultura, o que une o fresco e o podre, da natureza, já que o cozimento realiza a



transformação cultural do cru, assim como a putrefação é sua transformação natural” (LÉVI-STRAUSS, 2004, p. 172). Cada escolha que se faz no momento de ingerir um alimento, da seleção ao modo de preparo, do tempero aos utensílios utilizados, tudo passa pela interferência da cultura na qual o indivíduo está inserido. Portanto, a preferência por comer um determinado animal em detrimento de outro é uma escolha culturalmente dirigida, e classificar as práticas de uma cultura como certas e as do outro como um erro é recorrer a um etnocentrismo puro e simples.

A comida chinesa, além do imaginário construído em torno de práticas de consumo não-convencionais, é frequentemente rotulada como pouco higiênica (WU, 2020), remontando a uma discussão sobre a sacralidade da limpeza. Como diz, por exemplo, Mary Douglas, “a nossa ideia do impuro é fruto do cuidado com a higiene e do respeito pelas convenções que nos são próprios. Certamente que as nossas regras de higiene evoluem com os conhecimentos que adquirimos” (DOUGLAS, 1991, p. 10). A sociedade ocidental encara com repulsa tudo aquilo que é considerado sujo e anti-higiênico. A visão do “nós” como limpo e sagrado e do “eles” como sujo e profano não é nova, assim como a segregação entre estas duas entidades a fim de que o sujo não macule a pureza do limpo.

Latour (1993) afirma que muito dessa visão higienista contemporânea está relacionada ao movimento de “pasteurização” da sociedade a partir do século 19. Naquele momento, uma mudança nas práticas sanitárias era importante para que se pudesse conter a disseminação de doenças e a infestação de micróbios. Porém, o autor defende que, nos dias de hoje, é necessário rever a relação entre natureza, ciência e sociedade, retomando o protagonismo que a ciência adquiriu a partir de então como a única detentora da verdade.

No entanto, a separação entre sagrado e profano, puro e impuro, limpo e sujo já está presente em diferentes sociedades há séculos. Na sociedade de castas na Índia, por exemplo, uma série de rituais precisam ser observados para manter a sacralidade do indivíduo e do alimento. O interdito à carne bovina é um dos mais conhecidos, mas também há prescrições referentes ao estado da matéria, aos ingredientes que podem ou não serem misturados e quem pode ofertar comida aos demais, para citar apenas alguns (DUMONT, 2008). Todas essas normas precisam ser respeitadas



a fim de manter o estado de pureza do indivíduo, assim como preservar a hierarquia estabelecida entre as castas.

Essa distinção entre o “nós” e os “outros”, que mencionei acima, acaba sendo observada e vivenciada em determinadas sociedades não apenas por imigrantes, mas também por seus descendentes em uma base quase diária. No caso dos imigrantes de origem asiática,

a contínua percepção de Asiático-Americanos como ‘estrangeiros natos’ e os constantes ataques raciais contra indivíduos por serem ‘asiáticos’ obrigaram ativistas a organizar, através de uma rede de associações, uma ‘etnia pan-asiática’ a fim de combater a estigmatização racial e lutou para proteger interesses comuns (ONG, 2003, p. 255).

Ainda que se considere um país “composto por imigrantes”, muitas vezes deixando escanteado nesta definição as diferentes etnias nativas que já compunham o território antes da colonização, os Estados Unidos foram implicados em diversas denúncias pela forma criminosa com que os imigrantes e refugiados têm sido recebidos na fronteira sul do país.

Portanto, não foi a partir da pandemia de covid-19 que a xenofobia direcionada a imigrantes e descendentes de origem asiática, em geral, e chineses, em específico, começou a se propagar. A prática escancarada dessa violência covarde já estava enraizada nas bases de seus perpetrantes, sendo reforçada diariamente a partir de pequenas atitudes que demonstravam o descontentamento destes indivíduos com a alteridade. No entanto, com a disseminação do vírus, estes indivíduos encontraram uma justificativa para validar a prática da sua violência de forma escancarada, sem precisar mais de subterfúgios.



## REFERÊNCIAS

ARATANI, Lauren. ‘Coughing while Asian’: living in fear as racism feeds off coronavirus panic. **The Guardian**, London, 24 mar. 2020. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2020/mar/24/coronavirus-us-asian-americans-racism>. Acesso em: 29 abr. 2020.

AUWAERTER, Paul G. Coronavirus COVID-19 (SARS-CoV-2). **Johns Hopkins ABX Guide**, The Johns Hopkins University, 2020. Disponível em [www.hopkinsguides.com/hopkins/view/Johns\\_Hopkins\\_ABX\\_Guide/540747/all/Coronavirus\\_COVID\\_19\\_SARS\\_CoV\\_2\\_](http://www.hopkinsguides.com/hopkins/view/Johns_Hopkins_ABX_Guide/540747/all/Coronavirus_COVID_19_SARS_CoV_2_). Acesso em: 23 abr. 2020.

BBC NEWS. Trump angers Beijing with ‘Chinese virus’ tweet. **BBC**, London, 17 mar. 2020. Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-51928011>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BURTON, Nylah. The coronavirus exposes the history of racism and “cleanliness”. **Vox Media**, New York, 7 fev. 2020. Disponível em <https://www.vox.com/2020/2/7/21126758/coronavirus-xenophobia-racism-china-asians>. Acesso em: 26 abr. 2020.

DOUGLAS, Mary. A impureza ritual. In: DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo: Ensaio sobre a noção de poluição e tabu**. Tradução de Sônia Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Edições Brasil, 1991. p. 10-25. Tradução de: Purity and Danger.

DUMONT, Louis. **Homo-Hierarchius: o sistema de castas e suas implicações**. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 420 p. Tradução de: Homo hierarchicus: le système des castes et ses implications.

LATOUR, Bruno. **The pasteurization of France**. Translated by Alan Sheridan and John Law. Cambridge: Harvard University Press, 1993. 273 p. Tradução de: Les microbes: guerre et paix suivi de irrèductions.

LÉVI-STRAUS, Claude. Raça e história. In: COMAS, Juan. et al. **Raça e Ciência I**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970. p. 231-270. Tradução de: Le racisme devant la science.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Sinfonia breve. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 163-173. (Coleção Mitológicas). Tradução de: Le Cru et le cuit.

LINDMEIER, Christian. DAVIES, Olivia. WHO issues best practices for naming new human infectious diseases. **World Health Organization**, Washington, 8 mai. 2015. Disponível em <https://www.who.int/mediacentre/news/notes/2015/naming-new-diseases/en/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

MACIEL, Maria Eunice. Olhares antropológicos sobre a alimentação: identidade cultural e alimentação. In: CANESQUI, AM., and GARCIA, RWD., (Org). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 49-55.

ONG, Aihwa. Asian Immigrants as the New Westerners? In: ONG, Aihwa. **Buddha is**



**hiding:** Refugees, Citizenship, the New America. Berkeley: University of California Press, 2003. p. 253-273.

READFERN, Graham. How did coronavirus start and where did it come from? Was it really Wuhan's animal market? **The Guardian**, London, 28 abr. 2020. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2020/apr/28/how-did-the-coronavirus-start-where-did-it-come-from-how-did-it-spread-humans-was-it-really-bats-pangolins-wuhan-animal-market>. Acesso em: 29 abr. 2020.

TAVERNISE, Sabrina. OPPEL JR., Richard A. Spit On, Yelled At, Attacked: Chinese-Americans Fear for Their Safety. **The New York Times**, New York, 23 mar. 2020. Disponível em <https://www.nytimes.com/2020/03/23/us/chinese-coronavirus-racist-attacks.html>. Acesso em: 29 abr. 2020.

THUBURN, Dario. WHO has finally named the new coronavirus. **Science Alert**, 12 fev. 2020. Disponível em <https://www.sciencealert.com/who-has-finally-named-the-deadly-coronavirus>. Acesso em: 23 abr. 2020.

TRUMP, Donald (@realDonaldTrump). "The United States will be powerfully supporting those industries, like Airlines and others, that are particularly affected by the Chinese Virus. We will be stronger than ever before!". 16 mar. 2020, 7:51 pm. Tweet.

TWEETEN, Lon. BARONE, Emily. WOLFSON, Elijah. How the China Coronavirus Spread: Full Timeline. **Time Magazine**. 30 jan. 2020. Ilustrada. Disponível em <https://time.com/5774366/how-coronavirus-spread-china>. Acesso em: 23 abr. 2020.

WU, Amy. Are old prejudices against Asian-Americans behind the new racist targeting of Chinese food in coronavirus-hit US? **South China Morning Post**, Hong Kong, 4 abr. 2020. Disponível em <https://www.scmp.com/comment/opinion/article/3078173/are-old-prejudices-against-asian-americans-behind-new-racist>. Acesso em: 24 abr. 2020.

Recebido em: 15/05/2020

Aceito para publicação em: 20/06/2020





## COMO NÃO COZINHAR PANDEMIAS EM CASA

### *How not to cook pandemics at home*

Stephanie Ferreira Sacco

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA). Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil.

Email: [stephaniefsacco@gmail.com](mailto:stephaniefsacco@gmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p. 22-30, outubro 2020

ISSN 2447-9837

**RESUMO:**

Esse relato de campo traz um breve levantamento das origens de pandemias como a da covid-19, mostrando como a produção de alimentos e nossos hábitos alimentares têm responsabilidade na produção de pandemias. Ao mesmo tempo trago minha experiência em campo com um casal que decidiu deixar a vida em grandes cidades para morar na zona rural de Jacobina, Bahia, e criar uma relação com o alimento que desvia da grande produção industrial.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Transição de vida. Alimentação.  
Covid-19. Pandemia.

**ABSTRACT:**

This field report briefly raises the origins of pandemics, like the one we are living in 2020, with the spread of covid-19. A great part of responsibility for the rise of pandemics is how our food is produced and our dietary habits. In parallel, I bring my experience in the field with a couple who decided to leave their lives in big cities to live in the rural area of Jacobina, in the State of Bahia in Brazil, and create a relationship with food that deviates from the large industrial production.

**KEYWORDS:**

Life transitions. Food habits. Covid-19.  
Pandemics.



Eu tive a sorte de estar em campo em março de 2020, quando a quarentena começou. Sorte em dois sentidos: primeiro porque teria sido impossível viajar nos meses seguintes, e segundo porque quase não senti os efeitos colaterais da pandemia enquanto estava por lá. Nesse relato etnográfico conto um pouco do dia a dia de Mari e Olivie, e de suas escolhas de vida – principalmente escolhas alimentares, para mostrar um estilo de vida que não cozinha pandemias e que é resiliente a elas.

Mari é curitibana, e decidiu sair de grandes centros urbanos assim que terminou seu período de residência, na disciplina da farmácia, na UFSC. Desde muito jovem ela deixou de comer carne, e a participação no movimento estudantil a colocou em contato com muitas teorias sociais que moldaram a sua forma de ver o mundo. Trabalhar em uma farmácia ou seguir carreira acadêmica não fazia sentido para ela. Ela aprendeu a fazer artesanato, malabares... e ganhou o mundo. Por oito anos ela viajou pelo Brasil e pela América Latina, vivendo com um pouco do dinheiro que ela tinha guardado durante a residência e com a venda de artesanato, com malabares no farol, trabalhando em bares, agências de turismo... até aula de samba no Equador ela deu. Em 2012 ela conheceu Olivie, hoje seu companheiro, ao pegar uma carona em seu veleiro, saindo de Trinidad e Tobago. Essa carona acabou virando uma travessia de 28 dias em veleiro para a Europa (Olivie é franco-suíço e precisava de mais uma pessoa no barco para voltar para casa) e uma relação que já dura oito anos.

Em 2014, já cansada da vida nômade, ela decidiu parar. Começou então a construir sua vida na comunidade da Coreia, na zona rural de Jacobina, cidade do norte da Chapada Diamantina na Bahia. Mari havia comprado o terreno onde mora hoje por um valor irrisório, no começo de sua viagem - dizendo ter sido enfeitiçada pelo acarajé que comeu da então proprietária – e nem sabia se algum dia voltaria para lá.

Pois esse dia chegou. Desde 2014 Mari mora em uma casinha de alvenaria simples, sem luz elétrica nem água encanada, a 40 minutos de ônibus em estrada de terra de Jacobina, o centro urbano mais próximo. Olivie, que é eletricitista, instalou uma pequena placa solar que atende a necessidade de iluminar a casa à noite. Para a água, eles construíram uma cisterna. A energia para cozinhar vem da lenha que eles coletam ali pela região, e serram na mão com um serrote e, depois, cortam com um machado. Essa mesma lenha esquenta a água do banho. Os móveis foram todos fei-





tos em madeira pelo pai de Mari, que é marceneiro e passa alguns meses por ano por lá. E assim, entre a rotina diária de cozinhar, plantar e escapar para uma cachoeira ou outra da região, eles me receberam em março de 2020 para o que seria uma visita de 2 semanas para o meu trabalho de campo.

Interessava-me a história e o dia a dia de Mari porque pesquiso o que chamo de transições de vida, ou o movimento de algumas pessoas urbanas que decidem deixar suas vidas em grandes cidades para viver em zonas rurais ou cidades pequenas em busca de estar em uma relação mais próxima com o que chamamos de natureza. Mari é uma das mais de 30 pessoas que passaram pelo meu campo exploratório para a pesquisa, e sua história me chamou muita atenção.

Mari tem muitos motivos para ter escolhido viver ali, e não cabe nesse relato explorá-los. Mas a relação com o alimento atravessa todos eles – desde sua percepção de saúde, de espiritualidade e de relação com o ambiente. E é nessa relação que eu vejo a chave para a resiliência a pandemias que ela vive. Mas antes de entrar na relação da Mari com o alimento, exploro brevemente a origem das pandemias modernas.

Não se sabe ao certo como essa pandemia especificamente começou. Para além dos que dizem que o vírus foi feito por humanos em laboratório, há um consenso de que um vírus teria sofrido uma mutação em um animal, que por estar em contato próximo com um humano teria permitido que ele saltasse e o infectasse. E assim fosse saltando de humano em humano até ter virado uma pandemia global. Em vez de entrar nos pormenores da difusão da covid-19, quero lembrar que: 1. Essa é mais uma pandemia, de muitas, que nossa espécie passou, desde o período Neolítico (BARRETT et al., 1998); 2. As epidemias de nossa geração (como a cólera, o ebola, o HIV e as gripes) estão intimamente ligadas à forma que produzimos os alimentos – com grandes monoculturas, grandes fazendas, indústrias e desmatamento (WALLACE, 2020; BARRUTI, 2020); 3. A forma como produzimos alimentos é uma decorrência da lógica cartesiana que separa a Humanidade da Natureza, que justifica a transformação da terra e de não-Humanos<sup>1</sup> em recursos (MOORE, 2016).

---

<sup>1</sup> Moore se refere a Humanidade e Natureza com as primeiras letras em maiúsculo quando se refere a ideia de humanidade e de natureza que se construiu no pensamento cartesiano capitalista. Humanidade seria que é considerado humano – os europeus, homens, conquistadores... enquanto Natureza



Segundo Barret et al. (1998), vivemos três transições epidemiológicas na história de nossa espécie; a primeira com a sedentarização dos humanos e o surgimento da agricultura, a segunda com a Revolução Industrial, e agora a terceira, que nos interessa aqui, que é a re-emergência de doenças infecciosas em uma ecologia globalizada (BARRETT et al., 1998, p. 248). Com o avanço da medicina alopática e seus antibióticos e vacinas, aliados a uma super confiança nas tecnologias biomédicas a partir dos anos 1950 e 1960, as pesquisas deixaram de lado as doenças infecciosas e se voltaram ao crescimento das doenças degenerativas crônicas (BARRETT *et al.*, 1998, p. 263). Ao mesmo tempo, novos agrotóxicos começaram a ser usados nas lavouras, a criação intensiva de gado, porcos e frangos explodiu – assim como o uso de antibióticos para manter esses animais confinados produtivos. A indústria alimentícia cresceu, e os alimentos ultra processados entraram no dia a dia da população mundial. E comer mais gordura, animais e seus derivados com antibióticos, além de todo sal, açúcar e outros ingredientes que a gente nem sabe o que são, causaram esse aumento de doenças degenerativas crônicas (WALLACE, 2020).

Agora as doenças infecciosas antigas começam a aparecer, às vezes com novas armaduras, já que mutaram e se tornaram resistentes às nossas tecnologias biomédicas. E como os humanos estão mais doentes – decorrência do (mau) hábito alimentar –, elas matam mais. Ao mesmo tempo, a ciência biomédica, que deixou de lado os estudos epidemiológicos por um tempo, não pode responder rapidamente a crises como a que estamos vivendo. Os dois últimos pontos estão intimamente ligados: segundo Moore o capital se sustenta do que ele chama de natureza barata (MOORE, 2016, p. 81) – da qual todas as outras espécies (e parte dos humanos) fazem parte. E esse processo, baseado na dualidade cartesiana Homem-Natureza teria começado no séc. XVI, quando a terra se tornou propriedade e a atividade humana se tornou trabalho. As monoculturas – ou plantations - nascem na conquista das colônias e se desenvolvem até chegar a essa realidade de produção de alimentos que vivemos hoje e que Soledad Barruti narra tão bem:

---

é o que o planeta dá de recursos, como os alimentos, a terra que se torna propriedade, os animais, e os outros humanos que não são considerados Humanos - como povos originários, negros, pobres, mulheres, entre outros subalternos explorados como a Natureza.



Vacas, porcos, galinhas, morcegos, não importa de qual animal estejamos falando. Se não os extinguímos com destruição de seus habitats, os engaiolamos, acumulamos, mutilamos, transportamos, engordamos, medicamos e deformamos para aumentar sua produtividade. Forçamos os limites de seus corpos e anulamos seus instintos como se fossem coisas, por meio de técnicas ensinadas nas universidades, repetidas em conferências empresariais e testadas em laboratórios. Um negócio de bilhões de dólares (BARRUTI, 2020).

É por isso que Soledad Barruti afirma que mesmo vivendo o genocídio da covid-19 continuamos cozinhando pandemias em casa – pelo menos os que têm privilégio de ficar em casa. Porque mesmo seguros, com pouco contato com outros seres humanos, quem compra a comida em grandes supermercados, produzida nessa lógica que Barruti denuncia, continua apoiando essa grande indústria que produz pandemias – e ainda adoecem aos poucos, com as comorbidades que agravam o risco de doenças como a covid-19. A vivência com a Mari e o Olivie mostra que há outras formas de consumir alimentos que vão contra essa grande indústria que vê a natureza como Natureza barata.

Volto agora ao meu relato de campo. As horas na casa da Mari e do Olivie eram marcadas pelas refeições. Acordávamos pouco depois do nascer do sol, e logo preparávamos o que eles chamam de primeiro café da manhã. A Mari acendia o fogão a lenha para esquentar água para um chimarrão enquanto eu e o Olive cortávamos as frutas – muitas bananas, que se não eram do quintal deles, era de produção do vizinho Zé Augusto. Muitos abacates (muitos), porque eles literalmente choviam nas nossas cabeças e nas telhas da cozinha, e mamão, que compravam na feira de orgânicos quando iam a Jacobina a cada duas semanas. Às vezes essa salada de frutas acompanhava uma farinha de licuri do quintal, ou uma granola feita pela Mari. Quando o sol já estava ficando muito quente, era tempo de preparar o que eles chamam de segundo café da manhã. A Mari acendia o fogão novamente com mais lenha. E as receitas variavam com a sua criatividade e os recursos locais – mas sempre acompanhavam alguma versão de guacamole. Às vezes era a macaxeira que o Olivie colhia na hora. Às vezes a Mari fazia um pão na cuscuzeira, com farinha de trigo integral. Outras vezes fazíamos cuscuz – sempre com o flocão de milho não transgênico. Uma vez hidratamos o milho, que veio da roça de um dos vizinhos, na noite anterior para



moer o cuscuz na hora de comer. Depois do que era sempre um banquete-café da manhã, tirávamos uma *siesta*, líamos um livro, conversávamos por horas sobre alguma experiência incrível que a Mari tinha vivido em suas viagens por terra e pelo mar. Até que o sol baixava um pouco e era hora de voltar a trabalhar lá fora, na terra. No comecinho da noite voltávamos à cozinha, e novamente ela fazia fogo, colocava algum grão para cozinhar na pressão, ou uma tapioca para hidratar.... fazíamos uma saladinha com as ora-pro-nóbis ou as *chayas* do quintal... E de sobremesa, quando nenhum de nós estava em alguma dieta específica, Olivie trazia um pedacinho de chocolate suíço que ele tinha trazido na sua última temporada por lá.

Todo dia era assim. Tirando os dias que escapávamos da rotina para ir a uma cachoeira ou para ir para a rua<sup>2</sup> comprar as comidas que eles não tinham no seu quintal ou nas roças dos vizinhos. Foi em uma dessas escapadas - em um momento raro de acesso à internet, que ficamos sabendo da gravidade da crise da covid-19 no mundo e no Brasil, quando já faltavam poucos dias para meu retorno a João Pessoa. Nos dias seguintes ouvimos pela rádio dos vizinhos que o comércio em Jacobina começara a fechar, e meu voo de volta foi cancelado. Por sorte, precisei ficar mais algumas semanas com eles antes de conseguir voltar para casa.

A quarentena tinha começado. Mas pouca coisa mudou na rotina da casa, tirando o fato que eu não consegui ir embora na data planejada. Ficamos alguns dias sem ônibus para ir para a rua, mas logo ele voltou a circular uma vez ao dia. Os vizinhos continuavam a trazer comida fresca e orgânica de suas roças. Eu comecei a me integrar cada vez mais na rotina. Aprendi a fazer fogo sozinha para cozinhar enquanto eles estavam na roça, virei especialista em quebrar licuri. O que mais mudou foram os sons do entorno, com a zuada das crianças que não iam para a escola e o papo com os poucos vizinhos que visitavam. De repente, a quarentena e a covid-19 viraram o assunto principal do pequeno povoado. E de mais de um deles ouvi em versões variadas a frase: “que sorte nós temos de estar na roça, e não fechados num apartamento na cidade”.

Não quero romantizar a vida na roça, muito menos a vida da Mari e do Olivie, que é cheia de desafios e altos e baixos, e que com certeza não é para todo mundo.

---

<sup>2</sup> Assim se referia a comunidade local quando iam a Jacobina, o maior centro urbano da região.



Eles tentaram ser autossuficientes e não conseguiram, têm muitos problemas com acesso a água e alguns conflitos com a comunidade local. Mas o fato é que vivendo como vivem – e comendo como comem – eles conseguem ficar às margens do sistema de produção de alimentos do agronegócio, não comprando de quem está cozinhando as próximas pandemias e apoiando pequenos produtores locais e a conservação da biodiversidade na região. Eles conseguem também se manter saudáveis, porque além de mexer o corpo e estar ao ar livre nas atividades do campo, o consumo de alimentos ultra processados e de origem animal é quase zero (quase porque vez ou outra há uma trapaceada com chocolate suíço ou nas idas a Jacobina, onde é difícil achar opções veganas).

Há muitas formas de viver sem cozinhar pandemias globais – e muitos povos originários do mundo todo têm lutado para conseguir existir vivendo suas vidas às margens do sistema. Mas há também algumas possibilidades para quem nasceu na vida urbana escapar dessas imposições mercadológicas – e como a Mari e o Olivie vivem é um exemplo disso.



## REFERÊNCIAS

BARRETT, R. *et al.* Emerging and re-emerging infectious diseases: the third epidemiologic transition. **Emerging and re-emerging infectious diseases: the third epidemiologic transition**, [S. l.], v. 27, n. 1998, p. 247–271, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.27.1.247>. Acesso em: 29 abr. 2020.

BARRUTI, Soledad. **Nuggets e morcegos: como cozinhamos as pandemias** Editora Elefante. [s. l.], 2020. Disponível em: <https://editoraelefante.com.br/nuggets-e-morcegos-como-cozinhamos-as-pandemias/>. Acesso em: 30 maio 2020.

MOORE, Jason W. **Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism**. Binghamton: Sociology Faculty Scholarship, Binghamton University, 2016. Disponível em: [https://orb.binghamton.edu/sociology\\_fac/1](https://orb.binghamton.edu/sociology_fac/1).

WALLACE, Robert G. **La responsabilidad de la agroindustria en el Covid-19 y otras enfermedades virales**. [s. l.], 2020. Disponível em: <https://movimientom4.org/2020/04/la-responsabilidad-de-la-agroindustria-en-el-covid-19-y-otras-enfermedades-virales/>. Acesso em: 30 maio. 2020. Acesso em: 29 abr. 2020.

Recebido em: 31/05/2020

Aceito para publicação em: 20/06/2020





**CULTURAS ALIMENTARIAS TRADICIONALES Y EL IMPACTO DE LA PANDEMIA:  
LOS RIESGOS DEL COMPARTIR EN PERÚ Y BRASIL**

***Traditional food cultures and the impact of the pandemic:  
The risks of sharing in Peru and Brazil***

**Angélica Maria Arriola Miranda**

Docente de Posgrado y Pregrado en la Facultad de Ciencias de la Comunicación, Turismo y Psicología y en la Escuela Profesional de Turismo y Hotelería de la Universidad de San Martín de Porres (Lima, Perú).

Email: [aarriolam@usmp.pe](mailto:aarriolam@usmp.pe)

**Patricio Carneiro Araújo**

Docente de Antropología en la Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Ceará, Brasil.

Email: [patricionisoji@unilab.edu.br](mailto:patricionisoji@unilab.edu.br)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p. 31-38, outubro 2020

ISSN 2447-9837

**RESUMEN:**

El artículo discute los impactos de la pandemia de covid 19 en las manifestaciones del patrimonio cultural inmaterial, específicamente en las formas tradicionales de preparación y consumo de alimentos, estableciendo una perspectiva comparativa entre Brasil y Perú, con una mirada más atenta a las comunidades autóctonas u originarias. El texto pregunta de qué manera la actual situación de emergencia sanitaria y las medidas de mitigación de contagios impuestas por los gobiernos estarían trastocando las raíces profundas y los códigos de reproducción social de las prácticas alimentarias y de la comensalidad de los pueblos tradicionales u originarios.

**PALABRAS CLAVE:**

Covid-19. Comensalidades. Comunidades tradicionales. Impactos.

**ABSTRACT:**

The article discusses the impacts of the covid 19 pandemic on manifestations of intangible cultural heritage, specifically in traditional forms of food preparation and consumption, establishing a comparative perspective between Brazil and Peru, with a closer look at traditional or indigenous communities. The text asks how the current situation of health emergency and contagion mitigation measures imposed by governments would be disrupting the deep roots and codes of social reproduction of practices food and the commensality of traditional or indigenous peoples.

**KEYWORDS:**

Covid-19. Commensality. Traditional communities. Impacts.





Covid19 es el nombre de la enfermedad causada por la infección del Sars-CoV-2, descubierta recientemente. Tanto este nuevo virus como la enfermedad que provoca eran desconocidos por la mayoría de la población antes de que estallara el brote en Wuhan (China) en diciembre de 2019.

Actualmente, la covid19 es una pandemia que afecta a muchos países de todo el mundo. Los síntomas más comunes de la enfermedad son fiebre, tos seca y cansancio, aunque presenta otros múltiples indicios menos frecuentes. Algunas de las personas infectadas sólo presentan signos levísimos. La mayoría (alrededor del 80%) se recuperan sin necesidad de tratamiento hospitalario. Según la Organización Mundial de la Salud (OMS), una de cada cinco personas que contraen la covid19 acaba presentando un cuadro grave, resultando más propensos los adultos mayores y las que padecen afecciones médicas previas como hipertensión arterial, problemas cardíacos o pulmonares, diabetes o cáncer.

La enfermedad se propaga principalmente de persona a persona, a través de gotículas que salen despedidas de la nariz o la boca al toser, estornudar o hablar, aún si el portador no presenta síntomas. Estas gotículas son relativamente pesadas, no llegan muy lejos y caen rápidamente al suelo. Por ello, una de las principales recomendaciones de las autoridades sanitarias es la del distanciamiento social o aislamiento social obligatorio, con lo que, en teoría, se amenguaría la transmisión del virus. Las personas también pueden infectarse si tocan objetos o superficies en donde han caído esas gotículas portadoras, y luego se tocan los ojos, la nariz o la boca. Por ello, otra pauta importante es la de lavarse las manos frecuentemente con agua y jabón o con un desinfectante a base de alcohol.

Al momento de escribir este artículo, la OMS va reportando 18.800.094 casos y 608.727 personas fallecidas por causa del virus en las Américas<sup>1</sup>, número que aumentan día tras día. En Brasil, hasta el 19 de octubre de 2020, el Ministerio de Salud declaró 5.250.727 casos confirmados (15.383 nuevos casos) y 154.176 muertes por covid-19, con una tasa de letalidad del 2,9 %, representando un 73,4 % de mortalidad<sup>2</sup>. Los efectos de esta catástrofe ya se hacen notar en todos los aspectos de la vida de la

---

<sup>1</sup> Fuente: <<https://covid19.who.int/>>. Fecha de acceso: 19 octubre de 2020.

<sup>2</sup> Fuente: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Fecha de acceso: 19 octubre de 2020.



población brasileña, donde la economía es solamente uno de los campos afectados.

En el caso peruano, el virus avanza con una tasa de 3,89 % de letalidad, dejando a la fecha 868.675 personas infectadas y 33.759 muertes confirmadas según el Ministerio de Salud. Algunas instituciones estiman que la covid-19 provocaría una pérdida de aproximadamente 3.5 millones de empleos en el Perú y una caída de -4.7% del PBI según el Banco Mundial. En general, se avizora una larga y casi completa paralización del aparato productivo, con una recuperación muy lenta de la economía.

Ante una situación de pandemia global, con millones de infectados y miles de fallecidos, con pánico generalizado por la inexistencia de una cura eficaz y ante el incremento del desempleo, de la pobreza y del hambre que afectará principalmente a los sectores más pobres de la población, nos detenemos a pensar qué sucederá con las manifestaciones culturales y prácticas patrimoniales de nuestros pueblos, considerando que son baluartes de “cohesión social, fomentando un sentimiento de identidad y responsabilidad que ayuda a los individuos a sentirse miembros de una o varias comunidades y de la sociedad en general”, según la Convención sobre Patrimonio Cultural Inmaterial de la Unesco<sup>3</sup>.

El análisis gira en torno al patrimonio cultural inmaterial que es creado, mantenido y retransmitido en sociedad, y específicamente, sobre las prácticas alimentarias y culinarias, cuyo carácter es colectivo e integrador; requieren de la interacción de los miembros de una comunidad para su reproducción social. Algo que se encuentra vedado - y en muchos países penado - como estrategia de mitigación de la pandemia de covid-19.

El aislamiento social, el distanciamiento, la inmovilidad, el enclaustramiento y cierre de fronteras son, por lo tanto, contrarias a la reproducción social de estas culturas. Nos preguntamos, entonces, si esta pandemia estará significando un intercambio radical en el contenido simbólico y el significado de sus actividades tradicionales, particularmente en sus prácticas alimentarias.

Los pueblos originarios y tradicionales – en el Brasil las comunidades indígenas, quilombolas, riberiños, pescadores, gitanos y de terreiro; y en el Perú las comu-

---

<sup>3</sup> Unesco. El texto de la Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial. En línea: <<https://ich.unesco.org/es/convenci%C3%B3n>>. Fecha de acceso: 19 octubre de 2020.



nidades campesinas quechuas o aymaras, las comunidades indígenas de la selva o comunidades de pescadores o agricultores - nos desafían a comprender cuáles son los impactos de la pandemia sobre sus culturas alimentarias, las cuales incluyen procesos de recolecta, obtención de los alimentos; prácticas tradicionales de conservación de insumos; así como su procesamiento y preparación; la comensalidad, compartir alimentos y comer con las manos. Si la proximidad, vivir juntos, ya está siendo afectada por las políticas sanitarias profilácticas, el comer juntos – parte esencial de sus formas de ser y estar en el mundo - se ve igualmente amenazado por los peligros de contaminación y muerte. El riesgo principal no es la contaminación de los alimentos, sino el contacto de ellos con las manos y la proximidad de las personas potencialmente infectadas.

Uno de los desafíos que estas poblaciones enfrentan y que exigirá de los gobiernos políticas específicas, es justamente su reproducción material, espiritual y simbólica en lo que se refiere a compartir la comida. Observando el panorama de avance del virus en Brasil, es posible prever que el Decreto Federal 6.040/07, que instituyó la Política Nacional de Desarrollo Sustentable de los Pueblos y Comunidades Tradicionales, y que prevé en su artículo 1, párrafo XI la “articulación e integración del Sistema Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional” tendrá que ser fortalecido para garantizar la supervivencia y reproducción de estos pueblos y culturas. También es necesario garantizar la preservación de sus identidades, que pasan por el compartir la comida, en particular durante las festividades, cuando *comer* es sinónimo de elaborar y comer juntos las mismas preparaciones culinarias, en muchas ocasiones compartiendo utensilios y recipientes.

En Brasil, uno de los casos preocupantes es el de las vendedoras de acarajé<sup>4</sup> quienes, al no poder trabajar en las calles, se ven desprotegidas financieramente, pues dependen exclusivamente de la venta de comida. Tapioqueiras<sup>5</sup> y tacacazeiras<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Preparación culinaria de la cocina afrobrasileña, hecha de masa de frijoles blancos (*feijão-fradinho*) y camarón y frito en aceite de palma.

<sup>5</sup> Se dice “tapioqueiras” a las mujeres que viven de la venta de tapiocas, preparación típica brasileña, de origen indígena y hecha de masa de yuca.

<sup>6</sup> Se dice “tacacazeiras” a las mujeres que trabajan con la venta de “tacacá”, plato típico muy conocido en la región amazónica brasileña, de origen indígena y elaborado con el líquido extraído de la yuca, camarón y una hierba brasileña conocida como “*jambú*”.



son otras dos categorías profesionales brasileñas ligadas a la preservación del patrimonio cultural inmaterial alimentario y que, en función de la pandemia, se encuentran amenazadas en su supervivencia.

En Perú, se avizora la alteración de ciertas formas tradicionales de preparación de alimentos. Por ejemplo, la bebida más importante para muchas tribus de la amazonía peruana es el masato, elaborada a base de yuca cuya fermentación se aceleraba a partir de la masticación de esta raíz cocida. Por otro lado, diversas prácticas de comensalidad estarían vedadas: bebidas milenarias como la chicha de jora, otrora consumida compartiendo el mismo mate o calabaza; el cebiche, considerado un *piqueo* servido en grandes fuentes para compartir o “picar” según el argot popular; el “chaco” o arcilla comestible del altiplano peruano, que se coloca en un recipiente en donde los convidados van remojando sus trozos de papas, ocas u otros tubérculos. Es recurrente el carácter colectivo de muchas prácticas alimentarias tradicionales, esto es más marcado en alimentos cuyos orígenes pueden rastrearse en los tiempos prehispánicos y que llevan, en el calor de la cocción, impregnado el espíritu del antiguo *ayni incaico*.

Algunas voces pueden objetar la premisa acerca de las prácticas alimentarias como elemento cohesionador y viabilizador de solidaridades y de establecimiento de horizontes comunes, enarbolando el concepto de etnocentrismo alimentario, que supone pensar en sistemas alimenticios localizados en el espacio, determinados por las condiciones ecológicas locales y por las normas culturales del grupo social específico que los encarna. Así, la alimentación puede constituirse en un elemento de discriminación difícil de superar. Por ejemplo, Bourdieu (2016) plantea la contraposición de prácticas alimentarias entre las distintas clases sociales.

Sin embargo, al interior de cada estrato o grupo social, es ampliamente admitido que la cocina es un factor de identificación del habitante con su territorio, con su comunidad y con el otro. Esto significa que, a pesar de estar vinculada a una determinada identidad, en la comida descansa la idea de una reciprocidad de dones alimenticios en la relación del hombre con su medio ecológico, con su comunidad y con otras comunidades.



Para contestar objeciones como ésta, este ensayo busca reflexionar sobre los posibles impactos y afectaciones de la pandemia de la covid-19 sobre las raíces profundas y los códigos de la reproducción social de ciertas manifestaciones culturales inmateriales, como en las prácticas alimentarias. Aquí nos gustaría introducir una mirada desde las ciencias humanas y sociales en relación a la situación de los pueblos y comunidades mencionados, tanto en Perú como en Brasil. ¿De qué formas las ciencias sociales pueden resultar útiles en la mediación entre esos pueblos, los gobiernos, el mundo académico y las instituciones, de forma que sea posible amortiguar los efectos devastadores de la pandemia?

En este nuevo contexto, cabe preguntarse si las medidas de mitigación de contagios de la pandemia covid-19, que implican aislamiento y distanciamiento social obligatorio, restricciones al tránsito y a la movilidad de las personas, y abolición del derecho de reunión, podrían impactar las formas de compartir y la reproducción de costumbres alimentarias tradicionales. Quizá uno de los factores podría ser la prolongación de estas medidas, lo que es difícil estimar a estas alturas. Lo que sabemos es que, con las medidas de mitigación de contagio, la comida no es compartida y el acto de compartir se transforma en un riesgo.

Este riesgo nos desafía, como cientistas sociales, a buscar los sentidos, y principalmente la superación de los problemas que trae. Un camino posible, cuando pensamos el papel de los científicos sociales en este campo, es la potencialidad de su papel de mediación entre pueblos tradicionales y gobiernos. La actuación de antropólogos(as), sociólogos(as), historiadores(as), turístólogas(os), gastronómicas(os), y tantos otros investigadores(as) que conocen profundamente el funcionamiento de estos grupos como guardianes de las culturas materiales e inmateriales tradicionales, les da la legitimidad y el *know how* para mediar procesos en la búsqueda de soluciones y de la efectivización de políticas públicas que aseguren la preservación de las culturas tradicionales, garantizando que el compartir la comida no se torne un riesgo de vida. Pudiendo también sugerir formas de asegurar el acceso de esas poblaciones a los insumos necesarios para alimentarse y que en este momento parecen tan distantes. Finalmente, no estamos hablando de políticas futuras, sino de necesidades inmediatas. Porque, así como el contagio, el hambre es también uno de los problemas que precisamos evitar aquí y ahora.



## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **El sentido social del gusto**: Elementos para una sociología de la cultura. España: Siglo XXI Argentina, 2016.

Recebido em: 31/05/2020

Aceito para publicação em: 20/06/2020



**REFLEXÕES SOBRE A SITUAÇÃO EXPERIENCIADA PELOS GUARANI  
NHANDEWA DA TEKOA YWY PORÃ PERANTE A PANDEMIA DO NOVO  
CORONAVÍRUS E O ISOLAMENTO SOCIAL COLETIVO**

***Reflections about the situation experienced by the Guarani Nhandewa of  
Tekoa Ywy Porã in the face of the coronavirus pandemic and collective  
social isolation***

**Angélica Ferreira Camargo / Kunhã Itawidjú**

Indígena da etnia Guarani Nhandewa moradora da Terra Indígena Tekoa Ywy Porã (Posto Velho).  
Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte do  
Paraná/UENP, Brasil.

Email: [ferreiraangelica56@gmail.com](mailto:ferreiraangelica56@gmail.com)

**Patrícia Carola Facina**

Graduada na licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina.  
Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Doutoranda do  
Programa de Pós-Graduação de Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

Email: [patriciacfacina@gmail.com](mailto:patriciacfacina@gmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p. 39-47, outubro 2020

ISSN 2447-9837

### **RESUMO:**

Este ensaio busca apresentar situações experienciadas pelos agrupamentos familiares da Tekoa Ywy Porã (PR) em meio à pandemia atual do novo coronavírus, traçando um paralelo inicial com as situações históricas pela qual passaram, assim como com a memória da epidemia de febre amarela de 1930. As reflexões apresentadas foram realizadas com base em conhecimentos adquiridos através da vivência de uma das autoras, indígena, como Guarani Nhandewa desta Tekoa, e da experiência de campo da autora não indígena nesta mesma localidade. Podemos observar com base nestes diálogos a repetição de uma política ineficiente para com as especificidades étnicas e de agrupamentos indígenas em caso de doenças virais, o que causa enorme preocupação com a possibilidade de uma repetição de quadros de genocídio; e a prática, como estratégia perante isso, do isolamento social coletivo pautado no fortalecimento espiritual.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Coronavírus. Isolamento social coletivo. Guarani Nhandewa. Retomada.

### **ABSTRACT:**

This essay seeks to present situations experienced by family groups of Tekoa Ywy Porã (PR) in the midst of the current pandemic of the coronavirus, drawing an initial parallel with the historical situations which they went through, as well as the memory of the yellow fever epidemic of 1930. The reflections presented were based on knowledge acquired through the experience of one of the authors, indigenous, such as Guarani Nhandewa of this Tekoa and the field experience of the non-indigenous author in this same location. Based on these dialogues, we can observe the repetition of an inefficient policy towards ethnic specificities and indigenous groups in the case of viral diseases, which causes enormous concern about the possibility of a repeat of genocide, and the practice, as a strategy in this regard, the collective social isolation based on spiritual strengthening.

### **KEYWORDS:**

Coronavírus. Collective social isolation. Guarani Nhandewa. Resumed.





A Tekoa Ywy Porã (TYP) localiza-se no norte do Paraná, no município de Abatiá. É uma terra de retomada, que está em um processo de ocupação desde 2005<sup>1</sup> por agrupamentos familiares Guarani Nhandewa<sup>2</sup>, tendo sido morada de seus antepassados até a década de 1960, aproximadamente<sup>3</sup>. A luta do agrupamento familiar<sup>4</sup> da TYP é pela demarcação de 1.238 hectares (ha) de terras. Porém, hoje, estes têm a garantia de usufruto de uma parcela de 7,5 ha, cedida por meio de processo judicial ocorrido em 2006, em resposta à situação de risco pela qual estavam passando, a partir dos conflitos com os fazendeiros localizados ao redor da TYP, visto que o local ocupado atualmente é cercado por estas fazendas. Além de este território ser diminuto, a área própria para realização de plantios e moradia é próxima a 3 ha, situação que dificulta as garantias de viver com agricultura de subsistência e renda advinda da produção da TYP.

Neste ano de 2020, a Tekoa Ywy Porã completa quinze anos de resistência para garantir a legalização do território. No entanto, neste momento o que causa maior preocupação e atenção dos indígenas da comunidade é a garantia da saúde de todos, visto que, novamente, foram expostos a um vírus trazido pelos não indígenas, denominado novo coronavírus, causador da doença covid-19, sendo a dificuldade respiratória um dos sintomas mais graves, podendo levar a óbito. Esse novo vírus pode, mais uma vez, causar a dizimação de povos indígenas, uma vez que são os mais vulneráveis, levando em consideração o porte que a pandemia atingiu, já que as doenças respiratórias são ainda hoje, mesmo antes da pandemia, a principal causa da mortali-

---

<sup>1</sup> No dia 5 de dezembro de 2005, cerca de 27 famílias nucleares da etnia Guarani Nhandewa, até então moradores da Terra Indígena Nara'í, mais conhecida como Terra Indígena Laranjinha, localizada na cidade de Santa Amélia, no Paraná (PR), fazem a retomada de seu território tradicional, onde estão enterrados seus antepassados, o qual denominam como Posto Velho (cerca de 12km da T.I Laranjinha, território pertencente ao município de Abatiá-PR), devido à implantação do Posto de Atração Krénu pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na década de 1930.

<sup>2</sup> Os Guarani Nhandewa pertencem ao tronco linguístico tupi-guarani, dentre o qual o guarani se ramifica em três subgrupos; o Mbya, Kaiowá e Nhandewa. Aqui utilizaremos a grafia de uso comum entre os Nhandewa da TYP.

<sup>3</sup> Esta informação nos é dada pelos mais velhos da TYP, os quais narram a época em que seu Bertolino caçou a última anta na mata perto do Rio Laranjinha na década de 1960. A data não é precisa, porém pelos cálculos realizados com base nos acontecimentos e nascimentos esta é a estimativa.

<sup>4</sup> A população atual da TYP é de aproximadamente 70 pessoas, distribuídas em 17 unidades habitacionais, formando um agrupamento familiar. A etnia majoritária é a Guarani Nhandewa, tendo também entre sua parentela casamentos com Guarani Mbya, Kanhgág, e Xetá, os quais compõem juntos a retomada e as estratégias em busca do viver bem atual neste território.



dade infantil entre os povos indígenas, destacando que viroses e epidemias causaram genocídio em muitas populações indígenas<sup>5</sup>.

Acerca disso, é válido ressaltar que, antes da Tekoa Ywy Porã ser retomada, quando o território era ainda reconhecido como Posto Krénau, do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), ocorrera um surto de febre amarela que levou, principalmente, os Kanhgág que habitavam as terras, junto com os Guarani Nhandewa, à morte. Estes relatos são presentes na memória dos Guarani Nhandewa e Kanhgág da região, visto que seus parentes foram diretamente afetados por este contágio. Kunhã Tudja<sup>6</sup>, que viveu naquela época no Posto, relatou<sup>7</sup> que quando a doença da febre amarela chegou ao território, causou a dizimação do povo Kanhgág que dividia aquele território com os Guarani. Conta ela que os indígenas, no seu estado febril, um dos sintomas do vírus, manifestavam delírios pelo misto de frio e calor que sentiam. Na tentativa de parar com aquela angústia causada pela febre, se jogavam de um penhasco em direção ao rio e, na sua visão, com o impacto da água e com choque térmico causado pelas temperaturas opostas, acabavam morrendo. Concluiu ainda ressaltando que daquele território habitado por mil indígenas da etnia Kanhgág; após esse surto, sobreviveram apenas três mulheres e um homem. Este acontecimento, além da profunda perda social ocasionada a toda a parentela, também desencadeou uma desocupação do território, forçada pelo Estado para com os Guarani Nhandewa e Kanhgág, os quais tiveram de deixar a localidade se deslocando para outros territórios indígenas, devido à febre amarela e aos loteamentos da região por parte de companhias de terras do norte do Paraná<sup>8</sup>.

Todavia, este processo não se deu somente pela doença em si, sendo necessário elencar a participação de órgãos governamentais, tendo em vista que o diminuto território no qual foram forçados a viver e dividir entre ambas as etnias, com intuito

---

<sup>5</sup> Como destaca o debate encontrado no site [www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br) do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), acerca da pandemia e os povos indígenas.

<sup>6</sup> Palavra em Guarani Nhandewa que está relacionada a mulher indígena mais velha.

<sup>7</sup> O relato foi me dado [Angélica] por meio de uma conversa com essa indígena Guarani Nhandewa que viveu naquela época. Quando procurada para dar seu depoimento sobre a situação dos indígenas com as novas epidemias relembrou quando viveu o primeiro contato com a epidemia no seu território.

<sup>8</sup> O que podemos entender sobre o viés da *situação histórica* a partir do *processo de territorialização* cunhado por João Pacheco de Oliveira (1988).



de que os Nhandewa “civilizassem” os Kanhgág, foi uma medida de implementação do *grande cerco da paz*<sup>9</sup> pelas políticas do SPI (LIMA, 1995), o que maximizou os efeitos da febre amarela naquele contexto.

Infelizmente, a realidade de diminutos territórios persiste até os dias atuais implicando em duas outras questões problemáticas e que se acentuam no momento da pandemia do novo coronavírus no Brasil. O pequeno território de 7,5 ha não possibilita um *viver bem* em equilíbrio com a caça, pesca, coleta de ervas, dentre outras formas cotidianas antes utilizadas pelos Nhandewa para manutenção de sua organização social, impedindo que estes possam manter seu modo de viver apenas a partir de seu ambiente territorial. Essa impossibilidade, por sua vez, ocasiona uma nova situação, uma busca cotidiana pela sobrevivência marcada por deslocamentos para trabalhar em estufas de fazendeiros da região e para a realização de compras e afazeres no centro urbano das cidades que os circundam. Logo, estes deslocamentos, necessários para a manutenção do *viver* da população da TYP, colocam imediatamente a impossibilidade de manter-se integralmente dentro do território neste período de pandemia, no qual a principal indicação dos órgãos de saúde para que a doença não se prolifere é o isolamento social. Com isto, percebemos que falar sobre a garantia de saúde básica para as comunidades indígenas é um desafio, sendo necessário olhar para especificidades de agrupamentos familiares ao debater políticas públicas e campanhas de saúde. Todavia, o que observamos é um enorme descaso por parte do Estado para com estas situações.

Na especificidade da Tekoa Ywy Porã, o surgimento desse novo vírus vem causando medo, angústias e inseguranças com o *bem-estar* de todos, assim como vem ocasionando um movimento de conscientização por parte de lideranças e universitários da área de saúde na comunidade. O primeiro contato com a notícia acerca da pandemia veio através das mídias sociais, e logo depois foi reforçada pela equipe de saúde da comunidade, que é composta por uma única técnica de enfermagem não indígena e um agente de saúde indígena. Inicialmente, a leitura da pandemia foi

---

<sup>9</sup> O *grande cerco da Paz* consistiu em uma política do SPI com objetivo de manter a vigilância, ao mesmo tempo cortando a liberdade de circulação da população indígena, cercando-os, no sentido literal da palavra, em termos de mobilidade, onde desempenhavam a implementação de catequese com objetivo de “civilizar” os povos indígenas, assim como a iniciação à mão de obra, disciplinarização corporal etc. que podem ser melhores compreendidos com Lima (1955).



como algo distante da realidade, uma vez que ainda não tinha nenhum caso suspeito ou confirmado nos municípios vizinhos; logo, nesse momento, houve medidas para controlar a entrada e saída de indígenas e não indígenas na comunidade de forma flexível.

Entretanto, com o aumento gradativo nos casos de contaminação entre os indígenas, a nível nacional, e entre os não indígenas dos municípios vizinhos, houve recomendações da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) para que os indígenas não saíssem de suas aldeias, modificando a situação de flexibilização. Todavia, nenhuma assistência<sup>10</sup> foi tomada por parte do órgão, ou pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), seja de conscientização mais eficaz, seja de recursos básicos, como entrega de máscara, álcool em gel, e até mesmo recursos financeiros e cestas básicas – para ser possível o não deslocamento às cidades. Sendo assim, a comunidade decidiu se mobilizar de forma coletiva e arrecadar o que podia para que fosse possível comprar itens básicos de higienização e prevenção ao coronavírus. Desta forma, cacique e lideranças, juntamente com a equipe de saúde da comunidade, estão fazendo o papel dos órgãos responsáveis por atender as áreas indígenas, buscando conscientizar toda a comunidade para evitar os deslocamentos, designando duas lideranças para realizar as compras de mantimentos, pagamento de contas, entre outras demandas que são realizadas por meio do deslocamento a Santa Amélia<sup>11</sup>, para toda a comunidade<sup>12</sup>.

Como foi dito, o isolamento nesse momento é a única medida eficaz para a não proliferação do vírus, porém quando trata-se de populações indígenas, e em especial

---

<sup>10</sup> Desde o início da pandemia a TYP recebeu de suporte da SESAI para combater o coronavírus, apenas uma caixa de máscara, uma caixa de luvas, um vidro de álcool em gel, alguns aventais e panfletos informativos encaminharam vários para o e-mail da enfermeira responsável, no entanto, ficaria a cargo da mesma retirar do próprio bolso, para imprimir e distribuir para a comunidade.

<sup>11</sup> Os municípios vizinhos como Abatiá, Cornélio Procópio e Bandeirantes já apresentavam casos suspeitos do coronavírus. Foi permitido circular apenas por Santa Amélia que até o momento não apresenta nenhum suspeito, para realizações de atividades essenciais, como compras de mantimentos, recebimento de salários e pagamentos de contas, serviços que julgou serem essenciais no momento.

<sup>12</sup> Uma estratégia realizada pela comunidade para que não indígenas (não moradores da TYP) tivessem contato com a comunidade foi realizar uma barreira para fechar as entradas que dão acesso a TYP. No entanto houve represália dos fazendeiros que utilizam a mesma estrada – embora teriam outros meios de chegar em seus sítios/fazendas sem passar necessariamente por esta estrada, que fica estritamente perto das casas da TYP. Em um ato de total desrespeito com a comunidade e uma forma de opressão, retiraram a barreira, acentuando a exposição da comunidade aos riscos de contágio.



para a TYP, o isolamento operado é coletivo<sup>13</sup>, à diferença do comumente pautado nas mídias sociais que lemos como individual, que opera uma lógica de que cada família, sob um mesmo teto, se isole de outras famílias que vivem em outras habitações, ou seja impedindo – pelo menos na orientação – qualquer deslocamento entre lugares.

Esta recomendação do isolamento social “individual” coloca diretamente em cheque duas importantes facetas do modo de organização social dos Guarani Nhandewa: o *Nhandereko*, modo de relacionar-se com o ambiente em sua totalidade e compor com isso sua identidade e espiritualidade, seu modo de ser; e o *Oguata*, expressão da mobilidade territorial Guarani, de suas visitas a parentes e caminhadas rumo à *Terra sem Males*. Sendo assim, o modo de ser Guarani Nhandewa, aqui centralizados na realidade da Tekoa Ywy Porã, está estritamente relacionado a um viver em comunhão; é a partir da comunhão dos espaços, histórias, comidas, do caminhar junto, que perpassa a concepção de identidade entre os Guarani Nhandewa da TYP. Com isso, como estratégia de manter-se fortalecido em coletividade, um dos elementos principais acionados pela comunidade está focalizado no fortalecimento espiritual, por meio tanto das rezas na *Oy Gwatsu* como das rodas de conversas diárias que surgem espontaneamente nos espaços em comum e varandas das casas de lideranças e mais velhos. E, na busca de um isolamento social coletivo dentro dos agrupamentos familiares que ali residem, restringiram a mobilidade entre aldeias, entre casa de parentes de outras localidades, situação que, como vimos, altera diretamente o *Oguata*. Um exemplo importante no momento é o fato de que a realização dos *Mbora’i*<sup>14</sup> (cânticos sagrados) na *Oy Gwatsu* contava com a presença de jovens Guarani da T.I Laranjinha, que agora estão impossibilitados de tal circulação.

Com isso, observamos que a forma de se identificar no espaço, enquanto indígena desta comunidade, perpassa necessariamente um estar junto da comunidade e

---

<sup>13</sup> Durante o Acampamento Terra Livre (ATL) *online* de 2020, evento organizado e voltado aos povos indígenas que ocorre todo o ano, desde 2003, no mês de abril em caráter presencial em Brasília e que esse ano, devido à pandemia do coronavírus, foi realizado online, ouvimos relatos de diversos povos manifestando como estão enfrentando a pandemia utilizando o máximo de esforços para proteção da comunidade, ao passo que possam continuar desempenhando seus meios de organização social com base na coletividade entre os grupos domésticos que compõem cada aldeia.

<sup>14</sup> Para os Guarani Nhandewa da TYP não existe uma denominação para a realização dos cânticos sagrados a *Nhanderu*, quando vão à casa *Oy Gwatsu* chamam os demais com uma expressão no seu idioma, *Dja’a Porai Nhanderu Upe* (vamos cantar para *Nhanderu*).



de seu agrupamento familiar extenso. Neste sentido podemos ressaltar que o isolamento social no sentido nuclear/individual não condiz com a realidade e com o *modo de ser* (*Nhandereko*) Guarani Nhandewa, uma vez que a própria construção identitária é coletiva.

Por fim, reconhecemos que a forma em que a campanha de prevenção ao vírus vem sendo debatida não leva em consideração a especificidade étnica das mais de 305 etnias indígenas brasileiras, a qual deveria ser considerada do ponto de vista das diferenças entre agrupamentos indígenas, assim como das especificidades de cada território que, como vimos no caso da TYP, manifesta-se até mesmo na dificuldade em operar o isolamento social coletivo da forma como desejam, tendo em vista o diminuto território e sua proximidade, além dos desrespeitos de fazendeiros ao seu redor. Logo, pesquisar sobre a pandemia do coronavírus e como ela atravessa os povos indígenas deve perpassar um leque de especificidades socioeconômica, cultural, ecológica e política.



## REFERÊNCIAS

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes: 1995.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **“O Nosso Governo”**: Os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo/Brasília: Editora Marco Zero/MCT-CNPq, 1988.

Recebido em: 31/05/2020

Aceito para publicação em: 20/06/2020





**UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE AS CIRCUNSTÂNCIAS DA PANDEMIA DE  
COVID-19 (SARS-COV-2) PARA OS POVOS INDÍGENAS**

***A brief reflection on the circumstances of Covid-19 (SARS-COV-2) for  
indigenous people***

Ana Manoela Primo dos Santos Soares  
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia,  
Universidade Federal do Pará.  
Email: [anamanoelakaripuna@gmail.com](mailto:anamanoelakaripuna@gmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p. 48-56, outubro 2020

ISSN 2447-9837



**RESUMO:**

Este texto é um breve relato de uma mulher indígena do povo Karipuna do Amapá, sobre como, entre sua transitoriedade entre a aldeia e a cidade, ela percebe a pandemia de covid-19 (Sars-Cov-2), que está a atingir seu povo de origem, assim como mais de cento cinquenta povos no país. A reflexão que a autora desenvolve é construída com base em memórias, experiências pessoais e dados quantitativos sobre a pandemia.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Pandemia. Covid-19. Povos Indígenas. Povos Indígenas de Oiapoque.

**ABSTRACT:**

This text is a brief account of an indigenous woman from the Karipuna of Amapá people, about how, between her transience between the village and the city, she perceives the covid-19 (SARS-Cov-2) pandemic, which is reaching its people of origin, as well as more than fifty people in the country. The reflection that the author develops is based on memories, personal experiences and quantitative data about the pandemic.

**KEYWORDS:**

Pandemic. Covid-19. Indigenous People. Indigenous People of Oiapoque.



## **QUARENTENA – PRIMEIRA EXPERIÊNCIA**

Quando tinha nove anos de idade tive duas doenças virais que foram consecutivas, varicela seguida de dengue. Foram dois meses sem ir à escola e sem poder encontrar amigos e colegas com quem compartilhava os momentos de brincadeiras e confidências. Foi um período maçante e difícil de minha infância, lembro de sentir muita agonia por conta das feridas de catapora, dia e noite, principalmente de noite, pois elas coçavam tanto que não me deixavam dormir, ao menos não de maneira tranquila, o que fazia, conseqüentemente, com que meus pais, principalmente minha mãe, também não dormissem direito; enquanto na dengue meu grande inimigo era a fraqueza. Foram dois meses em que não me concentrava em nada e que meus pais permaneceram profundamente preocupados com a única filha. Porém, foi também em meio a estas circunstâncias que aprendi o significado de uma nova palavra, anteriormente inexistente em meu vocabulário infantil, e esta era a palavra “quarentena”.

Pelo que meu pai me explicou, ao perceber a catapora, eu deveria ficar durante quarenta dias sem sair de casa e durante esse tempo eu deveria ter muito cuidado com minha alimentação e saúde, principalmente por ser uma criança indígena, o que segundo ele fazia com que eu tivesse um sistema imunológico mais vulnerável para a recepção de doenças do que o de outras pessoas, informação sobre saúde indígena que na época eu também desconhecia. Nunca esqueci das explicações que meu pai me deu nesse dia. Uma vez por outra refletia sobre elas, e jamais imaginei que 16 anos depois estaria a passar novamente por uma quarentena que, no momento em que escrevo, já conta muito mais que quarenta dias e que é coletiva, sendo novamente permeada pelas insônias e pelas preocupações. Em 2020, já adulta, aprendi uma nova palavra e esta era “pandemia”.

## **TRANSITORIEDADES ENTRE O TERRITÓRIO DA ALDEIA E O TERRITÓRIO URBANO – OS CONVÍVIOS COM A PANDEMIA**

Sou indígena do povo Karipuna do Amapá, que é um povo composto por três mil pessoas que vivem em 23 aldeias localizadas nas Terras Indígenas Uaçá, Galibi e



Juminã, que estão no extremo norte do estado do Amapá, no município de Oiapoque, região de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Nestas três Terras Indígenas compartilhamos os territórios, espiritualidades e demandas políticas com outros três povos parentes: os Palikur, os Galibi Marworno e os Galibi Kalinã. Juntos, formamos o grupo povos indígenas de Oiapoque; com cerca de 57 aldeias, somos 8 mil indígenas<sup>1</sup>, isto em um município que de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2019, conta com uma população de 27 mil habitantes.

Porém, desde criança não moro em Oiapoque com os/as parentes/as<sup>2</sup>, mas sim com minha mãe, também Karipuna, e com meu pai, um não indígena, na cidade de Belém, capital do estado do Pará. É nas transitoriedades entre a aldeia e a cidade, em estados distintos, que teço uma pequena reflexão sobre estes tempos da pandemia para os povos indígenas.

A primeira vez que tive notícias da covid-19 (doença provocada pelo Sars-Cov-2) foi em janeiro de 2020, quando estava no Oiapoque com meus parentes e minhas parentas Karipuna; naquela época as informações sobre a doença chegaram para nós através dos telejornais. Todo dia se falava da covid na TV, mas ela parecia muito distante da aldeia e, para mim, igualmente distante da cidade de Belém. Durante fevereiro, eu, meus/minhas parentes/as e amigos/as mais próximos não nos preocupamos com a doença, “ela estava muito distante de nós”. Os dias seguiram seu fluxo normal. Já havia voltado para o Pará no final de janeiro e planejava retornar para a aldeia em maio, para ver os/as parentes/as e estudar para a dissertação em antropologia. Mas em março, com a confirmação da doença no Brasil e nos estados da Amazônia em que transito (Pará e Amapá), os territórios pelos quais costumava estar fisicamente se limitaram. Os povos indígenas e os não indígenas, no país, passaram a

---

<sup>1</sup> Informações presentes no Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque lançado no ano de 2019.

<sup>2</sup> De acordo com Primo dos Santos Soares (2019) “Parente” é um termo que as pessoas de origem indígena, no Brasil, utilizam-se para se referir a outras pessoas também indígenas, sejam estas oriundas de seu povo ou de algum outro povo originário. Sendo o feminino de parente, “parenta”. Enquanto Gersem Baniwa (2006, p. 30) diz que “O termo parente não significa que todos os indígenas sejam iguais e nem semelhantes. Significa apenas que compartilham de alguns interesses comuns, como os direitos coletivos, a história de colonização e a luta pela autonomia sociocultural de seus povos diante da sociedade global”.



estar naquilo que a parenta Célia Xacriabá chama de “guerra respiratória”. O que as narrativas veiculadas pela mídia indicavam era que isto havia ocorrido por causa das problemáticas relações que os não indígenas mantêm com os animais e a natureza.

A pandemia no começo chegou a me lembrar as distopias dos livros de literatura que comecei a ler na adolescência. O governo me lembrou diversas vezes a necropolítica e a censura de 1984 (ORWELL, 2009). Só que o genocídio dos povos indígenas não é distopia e a necropolítica, está enraizada desde 1500, junto com as várias epidemias que já vivenciamos e que destruíram muitos de nossos parentes/as, territórios e conhecimentos. As epidemias para nós são parte de uma política colonialista e engajada em nossos genocídios, etnocídios e epistemicídios. Na morte de nossos corpos e espíritos, de nossas ancestralidades. Como disse a antropóloga Artionka Capiberibe (2020), em recente texto para Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), “os vírus e bactérias são aliados, há séculos, da ganância da exploração econômica, agindo junto com esta na mortandade das populações indígenas”.

Até o momento em que escrevo (19/09/2020), a Prefeitura de Oiapoque já confirmou 2660 casos de covid-19 entre indígenas e não indígenas. Todos os quatro povos da região já foram infectados, sendo que entre estes a doença fez 420 vítimas, 417 parentes já se encontram recuperados, todavia, a prefeitura não confirma quantos são os óbitos entre os povos da região. Já a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), através de seu site “Emergência Indígena<sup>3</sup>” em 21/09/2020 confirmou 17 mortes de indígenas no estado do Amapá, todos eles entre os povos de Oiapoque: 5 entre os Galibi Marworno, 5 entre os Karipuna e 4 entre os Palikur, não constando nenhum óbito entre os Galibi Kalinã. O Oiapoque em 14 de maio de 2020 havia sido declarado como o quarto município mais atingido pela covid no Amapá (que conta ao todo com 16 municípios), neste mesmo dia entrou em estado de calamidade. Atualmente, ainda de acordo com os dados da Emergência Indígena, ele é o quinto município com mais óbitos em populações indígenas no Brasil. Já no estado do Pará, em 21 de setembro de 2020, foram confirmados em 28 os povos infectados, sendo que houve 89 óbitos até então, alcançando-se a triste posição de segundo estado mais

---

<sup>3</sup> Emergência Indígena Disponível em <http://emergenciaindigena.apib.info/> . Acesso em 19 set. 2020.



atingido pela covid entre os povos originários.

De acordo com os boletins informativos da APIB, que junta dados levantados por si mesma com dados levantados pela Secretária Especial de Saúde Indígena (Sesai)<sup>4</sup>, já seriam na Amazônia Brasileira, até a data de 19 de setembro de 2020, 32615 casos confirmados de covid-19 entre povos indígenas, havendo 821 óbitos em 158 povos. Entre estes estão os: Kokama, Xavante, Guajajara, Tikuna, Macuxi, Munduruku (PA), Kayapó Mebêngôkrê, Terena, Huni Kuin, Kaingang, Baniwa, Baré, Warao, Tukanó, Guarani Mbya, Xikrin do Cateté, Omagua-Kambeba, Yanomami, Apurinã, Assurini do Trokará, Galiby Marworno, Fulni-ô, Karipuna, Wapichana, Xukuru, Palikur, Mura, Bororo-Boe, Tapeba, Kaapor, Potiguara (RN), Kariri Xocó, Kamayurá, Manchineri, Krikati, Kaimbé, Suruí de Sororó, Apyãwa Tapirapé, Wai Wai, Karapanã, Pitaguary, Tabajara, Potiguara (PB), Karitiana, Cinta Larga, Parakanã Arawete, kurã Bakairi, Gavião Pakatêjê, Sateré Mawé, Guarani Kaiowá, Taurepang, Koripako, Javaé, Kalapalo, Arara, Tupiniquim, Tremembé, Arapiun, Kanela Apanjekrá, Tiriyo, Borari, Munduruku (AM), Tuyuca, Tiriyo/Wayana, Puyanawa, Kambiwá, Puruborá, Shawãdawa Arara, Jaminawa, Yawalapiti, Matsés / Mayoruna, Tupinambá de Olivença, Arapaso, Anacé, Nafukua, Umutina, Camba, Chiquitano, Madija-Kulina, Paumari, Shanenawa, Pataxó, Marubo, Yawanawa, Pankará, Nadëb, Dessana, Tembê, Akroá-Gamela, Mirititapuya, Xerente, Tariano, Wajuru, Paresi, Kaiabi, Tapuia, Parintintim, Rikbaktsa, Pipipã e Karajá. A APIB divulga estes dados juntamente com uma fala da parenta Célia Xacriabá, que diz: “Não é somente número, cada corpo indígena tem uma encantaria ancestral. A cada indígena que é morto, morre parte de nossa história coletiva” (Célia Xacriabá). Varga et al. (2020) dizem que os povos indígenas são os mais vulneráveis às doenças da “sociedade envolvente”, isto devido ao recente tempo de contato com os brancos.

Há povos que estão em contato desde 1500, mas também há aqueles que entraram em contato em um passado mais recente, além dos povos que estão em isolamento voluntário, sendo estes dois últimos mais vulneráveis ainda que os que possuem um contato mais antigo e mais intenso. Além disso, de acordo com a Orga-

<sup>4</sup> A SESAI não contabiliza os casos de covid-19 entre indígenas que vivem em regiões urbanas. Já a COIAB e a APIB contabilizam.



nização Mundial de Saúde (OMS), a covid-19 é facilmente disseminada pelo contato físico, o que faz com que nossos modos de vida, que são coletivos, facilitem sua propagação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Belém, a única pessoa indígena com quem compartilho fisicamente o cotidiano é minha mãe, Suzana Karipuna, que é alguém triplamente vulnerável ao vírus, por ser idosa, indígena e mulher que reside na periferia. A cada mensagem ou ligação que chega em nossos celulares, observo sua preocupação e suas saudades das aldeias e dos/as parentes/as. Fico preocupada pelos mesmos motivos que ela, mas também fico preocupada com ela, com seu *bem-viver* e sua sabedoria ancestral de mulher *antiga*<sup>5</sup>. O ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcio Meira, disse em recente entrevista que “Um ancião indígena que morre é uma perda para toda a humanidade” (RIBEIRO, 2020). Ora, quem mais detém os conhecimentos de nossos povos são nossas avós e avôs, pais e mães, estes são um dos nossos maiores bens culturais; quando eles se vão, uma parte importante de nossas culturas vai junto. Neste momento, os povos indígenas, temem e zelam pela saúde de seus/suas *antigos/as*.

Não sei quando eu e minha mãe poderemos retornar ao Uaçá. Mas a pandemia não vem sozinha, ela vem de mãos dadas com a crise política, esta última anterior à primeira, ocasionada por um governo que antes mesmo de eleito já declarava em seus discursos e ações seu caráter anti-indígena e fortemente alinhado ao agronegócio (TERENA, 2020).

É difícil não pensar que de alguma forma, nós, povos indígenas, previmos a ameaça que agora ataca e que atende pelo nome de covid-19. Lógico que não sabíamos a forma como ela viria, nem quando viria. Mas sempre questionamos e discutimos as consequências para a saúde da Terra e da humanidade, caso as relações que

---

<sup>5</sup> Os *antigos* e *antigas* são os/as ancestrais dos povos de Oiapoque. São mulheres e homens que viveram a muito tempo atrás e que já faleceram ou são idosas e idosos que detém os conhecimentos que são passados às novas gerações.



os não indígenas mantêm com os animais, o ar, a água, o solo e entre si, continuassem as mesmas, devastadoramente pautadas no consumo desenfreado neoliberal.

Ailton Krenak (2019) e Davi Kopenawa (2015) são dois parentes que em seus escritos discutem como nós, povos indígenas, agimos para “adiar o fim do mundo”, pois os não indígenas, em acordo com o modo de vida capitalista, agem para adiantá-lo e a pandemia muito está ajudando neste último caso. Creio que se ela não adiantar o fim do mundo, ao menos adiantará o da humanidade.



## REFERÊNCIAS

- BANIWA, Gersem. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE OIAPOQUE. **Boletim Coronavírus Covid-19**. Disponível em: [www.oiapoque.ap.gov.br](http://www.oiapoque.ap.gov.br) Acesso em: 19 set. 2020
- CAPIBERIBE, Artionka Manuela Góes. COVID-19: Um novo velho conhecido dos indígenas. **Boletim Anpocs**, n. 18 | Cientistas sociais e o coronavírus. Boletim Especial n. 18 - 10/04/2020. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2331-boletim-n-18-covid-19-um-novo-velho-conhecido-dos-indigenas> Acesso em: 28 mai. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Oiapoque. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/oiapoque/panorama> Acesso em: 19 set. 2020.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: Palavras de um xamã Yanomami; tradução Beatriz Perrone-Moisés. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CCPIO – Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque. **Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque**. Oiapoque – AP: CCPIO, RCA, Iepé, 2019.
- RIBEIRO, Fernanda Maria. Coronavírus: “Um ancião indígena que morre é uma perda para toda a humanidade”. **Amazônia real**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/coronavirus-um-anciao-indigena-que-morre-e-uma-perda-para-toda-a-humanidade-diz-marcio-meira/> Acesso em: 13 abr. 2020.
- TERENA, Luiz Henrique Eloy. O direito e sua magia: a grilagem revestida de legalidade. **Mídia Ninja**. 2020. Disponível em: <https://midianinja.org/luizhenriqueeloy/o-direito-e-sua-magia-a-grilagem-revestida-de-legalidade/> Acesso em: 24 mai. 2020.
- VARGA, István van Deursen; et. al. Vulnerabilidade em Comunidades Rurais, Negras, Quilombolas e Indígenas Frente à Covid-19. **Boletim Anpocs**, n. 18 | Cientistas sociais e o coronavírus. Boletim Especial n. 28 - 27/04/2020. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2342-boletim-n-28-cientistas-sociais-e-o-coronavirus> Acesso em: 11 mai. 2020.

Recebido em: 31/05/2020

Aceito para publicação em: 12/09/2020





**A UMMAH FICOU EM CASA:  
EXPERIÊNCIAS DE MUÇULMANOS PARAIBANOS NO MÊS DO RAMADAN E  
NA FESTA DO EID ALFITR DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19.**

***Ummah stayed home: experiences of Paraíba moslems in the month of  
ramadan and at the Eid Alfitr festival during the COVID-19 pandemic***

Vanessa Karla Mota de Souza Lima

Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, bolsista CAPES de doutorado, pesquisadora do Grupo GEC – Grupo de Estudos Culturais e do Grupo Religare – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Religiosidade – CNPq/PPGA-UFPB.

Email: [vkmotese@gmail.com](mailto:vkmotese@gmail.com)

Maria Patrícia Lopes Goldfarb

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do Grupo GEC - Grupo de Estudos Culturais, CNPq/ PPGA-UFPB.

Email: [patriciagoldfarb@yahoo.com.br](mailto:patriciagoldfarb@yahoo.com.br)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p. 57-64, outubro 2020

ISSN 2447-9837

**RESUMO:**

Neste artigo, propomos abordar as implicações da quarentena, causada pela pandemia de covid-19, durante o período do Ramadan e da Festa do Eid Alfitr, entre os muçulmanos da comunidade sunita de João Pessoa, capital da Paraíba. Utilizamos pesquisas bibliográficas e nas redes sociais, além de conversas por mídias digitais para coleta dos relatos com os entrevistados. Os resultados tratam da abordagem antropológica, sobre os efeitos da quarentena para os indivíduos e suas relações sociais, especificamente nas práticas religiosas de muçulmanos no nordeste do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Muçulmanos brasileiros. Pandemia covid-19. Ramadan. Festas.

**ABSTRACT:**

In this article, we propose to address the implications of quarantine, caused by the covid-19 pandemic, during the Ramadan period and the Eid Alfitr Festival, among the Muslims of the Sunni community of João Pessoa, capital of Paraíba. We used bibliographic and social network research, as well as digital media conversations to collect the reports with the interviewees. The results deal with the anthropological approach, on the effects of quarantine on individuals and their social relations, specifically on the religious practices of Muslims in northeastern Brazil.

**KEYWORDS:**

Brazilian Muslims. Covid-19 pandemic. Ramadan. Festivals



## INTRODUÇÃO

A presença islâmica na capital da Paraíba inicia-se recentemente, com as reversões (MANSSON-MCGINTY, 2006) do boxeador Ali e do ex-pastor evangélico da Assembléia de Deus, Ibrahim. A adesão à religião islâmica nesse contexto é marcadamente identitária (SOUZA-LIMA, 2016), tendo em vista que, o “ser muçulmano” perpassa pelo “tornar-se” muçulmano (MANSSON-MCGINTY, 2006). A construção da nova identidade após a adesão a uma religião translocal (ELLER, 2018) requer, de acordo com as práticas dos revertidos, a adesão e assimilação de alguns importantes sinais diacríticos: aprendizado da língua árabe, uso do Hijab, mudança de nome, reorganização do tempo e espaço sagrados, que são distintos das práticas religiosas da antiga fé.

## O RAMADAN E A FESTA DO EID ALFITR

O mês do Ramadan e a Festa do Eid AlFitr são algumas destas ocasiões, onde há a reordenação do tempo sagrado e a celebração do jejum obrigatório, como é mencionado no Alcorão, o livro sagrado dos muçulmanos: “Ó crentes, está-vos prescrito o jejum, tal como foi prescrito aos vossos antepassados, para que se conscientizeis de Deus” (ALCORÃO 2, p.183). Nas comunidades islâmicas pesquisadas, são promovidas celebrações para a refeição (Iftar) da quebra do jejum. Durante estas noites, os muçulmanos se reúnem ao redor de uma mesa farta, com comidas brasileiras, marroquinas, libanesas e de outras nacionalidades, cozinhadas pelos fiéis. É também um momento para fazer, em comunidade, as orações (Salat) do final da tarde (Maghrib) que marcam o fim do jejum diário.

A celebração do final do mês do Ramadan (Eid AlFitr) é uma das mais importantes festas da comunidade islâmica em todo o mundo. Esse é um dia de grande celebração também para a comunidade muçulmana paraibana. A mesquita se enfeita, as crianças recebem presentes, as mulheres vestem suas mais belas abayas e hijabs, a comida é ainda mais farta e variada, os muçulmanos estão felizes com o jejum que puderam ofertar e cantam cânticos em árabe, fazem as orações, se congratulam, dis-



tribuem presentes e doces para as crianças e comem juntos, as comidas preparadas com muito capricho pelas mulheres.

As mensagens de congratulações são compartilhadas com muita alegria, abraços e sorrisos (respeitando as regras religiosas de contato físico entre gêneros) dentre os muçulmanos de todas as partes do mundo. Estas são algumas das características observadas na etnografia durante este período considerado sagrado para os muçulmanos, mas isso em tempos “normais”, o que se modificou durante a pandemia da covid-19.

## **OS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 DURANTE O RAMADAN E A FESTA DO EID ALFITR NA COMUNIDADE ISLÂMICA EM JOÃO PESSOA / PB**

Diante das restrições, impostas pela quarentena, iniciadas no Brasil em 18 de março de 2020/1441<sup>1</sup>, líderes de instituições islâmicas brasileiras restringiram o acesso às mesquitas de todo o país. Durante todo o mês de Ramadan (24 de abril a 23 de maio de 2020/1441) e na Festa do Eid AlFitr (24 de maio de 2020/1441), os muçulmanos não se reuniram em mesquitas ou nas casas uns dos outros, em nenhuma parte do mundo. As imagens de Meca na Arábia Saudita mostram uma cidade praticamente vazia sem os peregrinos. A Ummah – comunidade religiosa islâmica transnacional – ficou em casa; o que nos fez pensar em novas formas coletivas de vivenciar tradições religiosas.

Embora distantes fisicamente, as interações entre os muçulmanos se mantiveram por meio de conferências em aplicativos da internet, sites e blogs e, principalmente, através de lives (Instagram, Youtube e Facebook) e transmissões nas páginas das instituições islâmicas (Dal Curitiba, Mesquita Foz, Fambrás, Mesquita do Pari, Mesquita Brasil, União Nacional Islâmica, apenas para citar algumas), de sheikhs (Rodrigo Rodrigues, Jirad Hamadeh, Ali Rahimi, Mohamad Bukai, dentre outros) e muçulmanas *influencers* (@vidanasarabias, @habibadasilva, @mag\_halat). Os hábitos de higiene já comuns entre os muçulmanos: as abluções antes das orações e o não entrarem no ambiente doméstico calçados, se tornaram importantes aliados no combate à pandemia.

---

<sup>1</sup> O calendário lunar muçulmano inicia a contagem do tempo a partir da Hégira (a fuga de Muhammad para Medina), em 622 a.D.



O mês do jejum coincidiu com o maior período de propagação da doença, o que elevou o número de acessos à página da Organização Mundial de Saúde com recomendações para os muçulmanos, durante o Ramadan (HARVA, 2020). As ações sociais promovidas por mesquitas e outras instituições (da'wahs) também foram ampliadas. Solicitamos a alguns membros da comunidade muçulmana paraibana que nos relatassem as experiências vividas e também acompanhamos, por meio das suas páginas nas redes sociais, os relatos e acontecimentos deste período. Os muçulmanos pessoenses enfrentaram a perda de um dos seus membros. Abdul foi vitimado pela covid-19, no início do mês de maio (todos os depoimentos foram enviados por mensagem eletrônica, respeitando as normas de distanciamento social).

Assalamu aleikum wa ramatullahi wa barakatu! Ramadan Mubarak! Chegamos ao 300 dia do abençoado mês da Revelação e da Misericórdia de Allah (swt). Durante esse mês muitas famílias tiveram entes queridos, que foram levados à presença de Allah (swt). Especificamente, nossa comunidade em João Pessoa, não pôde se despedir de um de nossos irmãos (...). Particularmente fiquei triste, pois havia conversado com ele no primeiro Dia desse Mês. Mas, fui aliviado pelas palavras do Profeta de Allah(saws) que afirma sobre morrer em consequência de uma peste: “A pestilência é martírio para todo muçulmano” (Bukhari e Muslim). Disse ainda o mensageiro de Allah (saws): “Quando começa o Ramadan, abrem-se as portas do Paraíso e fecham-se as portas do inferno e o demônio é preso a correntes”. (Bukhari 3103 e Muslim 1079). Allah (swt) afirma na Surata Al Hadid (O Ferro). “E aqueles que crêem em Deus e em Seus mensageiros são os leais, e os mártires terão, do Seu Senhor, a sua recompensa e a sua luz. Em troca, os incrédulos que desmentem, os Nossos versículos, serão os éprobos.” Esses textos consolam meu coração, pois morrer no Ramadan é ir ao Paraíso, In Sha Allah! Partir desse mundo por conta de uma peste é receber o status de Mártir, In Sha Allah! Amanhã será o Dia de Eid al-Fitr. Relembro aos irmãos se anteciparem na entrega do Zakat al-Fitr, pois é altamente recomendado. Eid Mubarak à toda comunidade Islâmica mundial.

(Postado na página do Facebook do Centro Islâmico de João Pessoa /PB, no dia 23 de maio de 2020/1441 às 3h45).

Ao que parece, a principal dificuldade que os muçulmanos enfrentaram foi a recomendação para não frequentarem a mesquita nesse período e, conseqüentemente, a ausência do tempo em que podiam estar juntos em comunidade. No contexto de pandemia, quando estão impossibilitados de participarem da reunião de fiéis às sextas-feiras no Centro Islâmico, precisam encontrar alternativa, pois é durante o Iftar, no mês do Ramadan e nas festas religiosas como a do Eid Alfitr, que o sentido de irmandade da comunidade se fortalece:



Ramadan é um mês de renovação, de mais proximidade com o criador e harmonia com os irmãos. Esse Ramadan está sendo diferente para todos os muçulmanos do mundo inteiro, estamos vivendo tempos bem difíceis. Em todo Ramadan, os muçulmanos se reúnem em suas mesquitas para quebrar o jejum juntos e rezar juntos, nas dez últimas noites do Ramadã geralmente os muçulmanos se reúnem para rezar juntos, pois entre essas noites tem a noite do decreto de Deus, onde o anjo Gabriel passeia na terra e leva nossas súplicas para Deus. Nesse Ramadã certamente eu senti falta da harmonia com os irmãos, do calor humano, de fazer comida nas mesquitas e das festas ao tocar a oração do por do sol, que é quando quebramos o jejum com muita alegria e rezamos com os nossos corações cheios de fé, nesse Ramadan eu senti falta de tudo isso, porém fiquei mais próxima de Deus, era só eu e Deus o tempo todos e todos os dias, e acredite, foi a experiência mais extraordinária da minha vida e a frase que mais repeti esse dias para as pessoa foi: na adversidade nasce a oportunidade. Tive a oportunidade de está mais com o meu criador, de agradecer mais e de glorificar mais por está viva enquanto tem tantas pessoas morrendo. É esse Ramadã foi bem diferente, não teremos a festa do EID, mas teremos a dádiva da vida, e por isso eu quero apenas agradecer a Deus por está aqui, por ter saúde para jejuar, por está viva e com saúde para adorá-lo durante esses 30 dias de jejum. Que com todos esses acontecimentos, as pessoas possam refletir mais sobre o valor da vida, sobre a importância de estarmos próximos de Deus e que seja cada dia mais gratos ao nosso criador por todo o cuidado que Ele tem por nós. Que Deus continue nos protegendo desse vírus e que no próximo Ramadã estejamos todos bem e com saúde para celebrarmos mais um Ramadã juntos. InshaAllah ameen. (Khadija, comunidade islâmica em João Pessoa, Paraíba, Brasil).

Um dos líderes da comunidade muçulmana, o Ibrahim, que atualmente mora em Dubai nos Emirados Árabes, relatou como tem sido a sua experiência num país de maioria muçulmana.

Hoje é 15 de Maio de 2020 e 22 de Ramadan do ano de 1441 da Hégira, e estamos vivenciando uma experiência inusitada. A pandemia causada pelo covid-19 tem mudado nossa rotina aqui no Emirados Árabes. Nossa prática do Jejum continua normalmente, o que nos afeta mesmo é o afastamento social, que não nos permite a oração comunitária nas Mesquitas. Para o Iftar, refeição de quebra do Jejum desse abençoado mês de Ramadan, fomos autorizados a nos reunirmos em família, com até 10 pessoas por casas. Para nós, eu minha esposa, filha, genro e netas, tem sido uma oportunidade abençoada de retornarmos à convivência. No mais, Allah tem nos protegido dessa Pandemia, levando em conta que respeitamos o distanciamento social e ficamos em casa, saindo somente para eventos essenciais. Passamos por um momento de aprendizado, de como nos relacionar com Deus, as pessoas e com toda a criação de Allah! InshaAllah, tempos melhores virão. (Ibrahim, membro e líder da Comunidade islâmica em João Pessoa desde 2009, Dubai nos Emirados Árabes Unidos).

Como podemos ver na fala acima, embora a pandemia exija isolamento social, o jejum e as celebrações do Ramadan continuam ocorrendo no espaço dos lares,



onde se ressignifica a ideia de comunidade, agora muito mais interconectada. Neste novo contexto, as famílias nucleares passam a reproduzir os mesmos rituais, com a possibilidade de sua divulgação mundial através dos meios digitais, de modo que o registro visual reafirma os ritos e sua propagação mundial.

## CONCLUSÃO

Há muitos outros relatos que poderiam ser mencionados, como a experiência da Khadja, uma muçulmana da comunidade que também é enfermeira e está atuando na assistência aos doentes da cidade. Há muçulmanos de outras nacionalidades que vivem no Brasil e participam da comunidade islâmica pessoense e ainda aqueles que visitam o Centro Islâmico e Mesquita em João Pessoa, vindos de longe, nestes tempos rituais e de celebrações, para festejar entre outros fiéis. Neste sentido, os muçulmanos em João Pessoa modificaram a forma de realizar o Ramadan, não mais como indivíduos agregados e unidos num mesmo espaço e em plena sociabilidade.

Por conta da covid-19 encontraram-se nos espaços domésticos em substituição das mesquitas e as famílias passam a instar no sentido de irmandades, permanecendo a importância da agregação ante a realização dos rituais e da tradição. Já a internet passa a ser o principal veículo de divulgação da associação, dos rituais e sociabilidade. Encontram uma possibilidade objetiva para o Ramadan, sempre atada a um desejo de intersubjetividade, onde a interação pressupõe a existência de uma simultaneidade vivida (SCHUTZ, 1979).

Entendemos que estas são realidades importantes para pensarmos a cidade, numa perspectiva antropológica, tendo em vista a sua diversidade, que também é marcadamente religiosa. Inch'Allah, que venham tempos melhores para toda a humanidade.



## REFERÊNCIAS

ALCORÃO. **El noble Coran y su traduccion-comentario em lengua española.**

Abdel Ghani Melara Navio. [S.l.; s.n.].

ELLER, Jack David. **Introdução à Antropologia da Religião.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HARVA, Tarmizy. Ramadan et Covid-19: les conseils de l'OMS. **ONU info**, Santé, 20 de abril de 2020. Disponível em: <https://news.un.org/fr/story/2020/04/1067012>. Acesso em: 20 maio 2020.

MANSSON-MCGINTY, Anna. **Becoming Muslim: Western women's conversions to Islam.** New York, N.Y: Palgrave Macmillan, 2006.

SCHUTZ, Alfred. O mundo das relações sociais. In: WAGNER, Helmut R. (Org.). **Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

SOUZA-LIMA, Vanessa Karla Mota de. **A casa da Ummah: comunidades religiosas islâmicas sunitas no Nordeste do Brasil – Paraíba e Agreste de Pernambuco.** 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

Recebido em: 31/05/2020

Aceito para publicação em: 20/07/2020







**REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS SOBRE A COVID-19 E O CORPO MORTO**

***Anthropological reflections on COVID-19 and the dead body***

Weverson Bezerra Silva

Mestrando em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Email: [weversonbezerra@hotmail.com](mailto:weversonbezerra@hotmail.com)

Uliana Gomes da Silva

Doutoranda em Antropologia, ambos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Email: [uliana.gomes@hotmail.com](mailto:uliana.gomes@hotmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p. 65-72, outubro 2020

ISSN 2447-9837

**RESUMO:**

A situação de pandemia que o mundo enfrenta tem acarretado não apenas a perda diária de imensuráveis vidas em decorrência da covid-19, como também a implementação de mudanças importantes no que diz respeito ao manejo do corpo morto em decorrência de uma doença que se sabe altamente contagiosa. Tendo isso em mente, visamos desenvolver reflexões sobre como está ocorrendo o *post-mortem* dessas vítimas, do ponto de vista técnico e em suas implicações simbólicas no processo ritualístico, bem como as possíveis ressignificações do corpo morto. Observamos que o sistema de biossegurança implementado tem se mostrado como um elemento que dificulta o enfrentamento da dor da perda pelos familiares das vítimas da covid-19.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Morte. Ritual. Covid-19. Isolamento Social. Corpo.

**ABSTRACT:**

The pandemic situation has led not only to the daily loss of immeasurable lives due to covid-19, but also to major changes regarding the dead body due to a disease known as highly contagious. With this in mind, we reflect on post-mortem processes of these victims, from a technical point of view and on its symbolic implications in the ritualistic process, as well as the possible resignifications of the dead body. We observed that the implemented biosafety system has proved to be an element that makes it difficult for the relatives of covid-19 victims to cope with the pain of loss.

**KEYWORDS:**

Death. Ritual. Covid-19. Social Isolation. Body.



## *Aos Corpos sem velórios*

Quando começamos a escrever esse texto<sup>1</sup>, em maio de 2020, as manchetes dos principais jornais brasileiros traziam diariamente a contagem atualizada dos casos de morte ocorridos no país pela covid-19, doença causada pelo vírus Sars-CoV-2. De repente, a morte não era mais mostrada a conta-gotas ou noticiada apenas nos casos ilustres. Essa incômoda convidada era agora debatida em redes sociais e nas televisões, penetrava as conversas entre familiares e povoava os sonhos inquietos de muitos de nós. A renovada solidão dos moribundos nos hospitais, a proibição de realizar velórios e enterramentos, as cenas de cadáveres despejados nas ruas de Guayaquil, no Equador, foram elementos que nos desafiaram a refletir sobre a morte no contexto da pandemia.

Como antropólogos, entendemos a morte e o morrer como um fato social total (MAUSS, 2003, p. 364) que permite compreender a sociedade em que vivemos e suas transformações, de acordo com o contexto histórico em que o indivíduo está inserido. Em meio a uma pandemia, em que a doença e a morte individuais se fundem numa experiência coletiva e traumática, os desafios se multiplicam, chamando a atenção não apenas para os aspectos sanitários, mas para as dimensões sociais, simbólicas, políticas e éticas desse fenômeno.

Atualmente, no Brasil, assim como em outros países, o chamado ‘isolamento social’ tem sido a principal medida sócio-sanitária implementada pelos governos com o objetivo minimizar os impactos da proliferação da covid-19. Em que pesem as enormes dificuldades para a implementação desta medida no país, o fato é que o isolamento social tem atingido diretamente os rituais fúnebres. Ausência do velório, sepultamentos restritos, túmulos sendo cavados em grande quantidade por máqui-

---

<sup>1</sup> Gostaríamos de agradecer a contribuição da nossa orientadora Mónica Franch na elaboração desse artigo.



nas escavadeiras, são algumas mudanças que a pandemia trouxe ao cenário habitual da morte e do morrer. Pensando essas práticas dentro de um contexto como o do Brasil, que tem nos rituais de enterramento um momento de expressar o vínculo com os que se foram e com os que ficam, bem como de elaborar coletivamente a perda de um ser querido, compreendemos que a pandemia modifica a forma como os sujeitos lidam com os processos envolvidos no morrer, levando-os, provavelmente, a desenvolver novas formas de significar o fim da vida de pessoas próximas.

Cabe ressaltar que essas ressignificações trazem impactos para a forma como as pessoas vão vivenciar o luto. Uma realidade marcada pela ausência da reverência ao morto, que impede a realização do ritual de despedida, traz certamente expressivas mudanças no processo de superação da perda. É importante destacar que o modo como as pessoas agem frente aos fenômenos ligados ao luto está interligado diretamente com a concepção de vida que estas pessoas têm (MOTTA, 2009).

Quando pensamos no significado tanto do velório quanto do sepultamento como rito de passagem, de reverência presencial, culto e despedida, deparamo-nos, neste período de pandemia, com um momento de repensar e restabelecer o modo como iremos lidar com os processos rituais fúnebres. Há uma quebra ou, no mínimo, uma suspensão de uma prática cultural consolidada, o luto sendo vivenciado de forma diferente. Essas mudanças têm se mostrado como elementos que dificultam o enfrentamento da dor da perda, sabendo que a prática dos rituais fúnebres se dá quando os sujeitos iniciam o processo de tomada de consciência e reconhecimento da perda. Ainda de acordo com Motta (2009), as práticas fúnebres colaboram para o enfrentamento da dor, pois “é preciso seguir a vida mesmo tendo perdido alguém”. Nas práticas fúnebres as pessoas encontram a saída ou as justificativas para lidar com a dor da perda, como um conjunto de atitudes que se realizam coletivamente. Silva (2015) também vai nesta direção ao afirmar que o culto aos mortos é uma forma que as pessoas encontram para lidar com o sentimento de perda.

Mesmo que cada grupo tenha a sua peculiaridade no processo do ritual de passagem, Mauss (2003) atenta para o fato de que os sentimentos de tristeza, dor e perda consistem em experiências usualmente associadas à morte e ao morrer. E um dos momentos de expressar esses sentimentos é no ritual fúnebre, sendo o cor-



po morto objeto de um forte investimento simbólico. No contexto de pandemia, as práticas do lidar com o corpo de um indivíduo vítima da covid-19 são especialmente afetadas, e com elas todo o processo ritual envolvido, como destaca Rial (2020):

A morte da COVID-19, a ausência dos corpos, a ausência de velórios, diminui as chances de uma última relação presencial com o morto, um último momento em que o corpo ainda está no lado da vida, cercado pelos seus. Ao contrário, estamos diante do medo do cadáver, agente ele mesmo de morte, e esse medo inconscientemente provavelmente se traduzirá em uma agressividade em relação ao morto, a uma aversão prematura, mas protetora. As fantasias do contágio do morto, simbólicos, aqui são bem reais (RIAL, 2020, p.5).

A palavra “velório”, termo luso-brasileiro, vem do ato de velar, olhar pelo morto durante as últimas horas que passa no mundo dos vivos, quando estes protegem o morto para garantir que ele não se perca do caminho que leva da morte à outra vida (REESINK 1995, p. 92). Dessa forma, de acordo com o pensamento de Reesink, o processo de velório consiste em uma exposição do corpo, para ser visto no grupo social, pois é uma ocasião pública (RODRIGUES, 1983).

Entretanto, em tempos de pandemia as medidas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceram novas formas de enterrar ou cremar os mortos. No Brasil, o Ministério da Saúde utiliza o termo de “manejo de corpos” ou “manuseio do corpo” no *post-mortem*, termos técnicos que, se bem podem dar conta das dimensões sanitárias da morte, também objetificam os corpos e produzem profundo impacto social. Neste ensaio, visamos a desenvolver reflexões de como está sendo o sistema de *post-mortem* da vítima da covid-19, do ponto de vista técnico e em suas implicações simbólicas.

Consumada a morte de um indivíduo, existem as representações que circundam formas específicas de como tratar o corpo<sup>2</sup>. Em tempos de pandemia, temos o fortalecimento das normas sanitárias para o corpo morto, por exemplo, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) intensifica as normas de orientações de cuidado com o corpo através do Comunicado DVST-CVS 09/2020, em função do caráter altamente contagioso do vírus Sars-CoV2, causador da covid-19. Percebe-se diante desse comunicado uma intensificação nas normas higienizadoras. A forma de lidar com o corpo morto vem

<sup>2</sup> Para compreender as formas que a sociedade lida com o corpo morto consultar Morais (2009).



passando por modificações ao longo do tempo. A proibição de enterros nos espaços das igrejas, a construção de cemitérios em locais específicos no campo urbano, estão relacionadas como o processo urbano higienizador conforme é apontado por (MOTTA, 2009). Nesse período de pandemia, percebemos que essas mudanças continuam acontecendo, trazendo modificações nas concepções e práticas em relação à despedida.

Nesse novo contexto, o velório não pode ter a participação de quaisquer pessoas do grupo de risco como gestantes, portadores de doenças crônicas, maiores de 60 anos, pessoas com problemas respiratórios e imunodeprimidos. Diversos autores, como Reesink (1995) e Turner (1974), indicam que os rituais de passagem que cercam a morte e o morrer são processos eminentemente coletivos. Essas afirmações nos levaram a ponderar sobre em que medida a experiência coletiva no processo de velar o corpo interfere positivamente no processo de luto do indivíduo. O corpo seria a última lembrança, a materialidade na memória para os vivos, o lugar onde se apoia o rito de passagem, desde o momento de agregação até a separação total.

Embora não haja consenso, reconhecemos que o morrer em período de epidemia como o que estamos vivenciando envolve uma grande carga de sofrimentos, além de estigmas e reações negativas sobre o não ver o cadáver do seu “ente querido”. Guias de orientações, medidas provisórias e treinamento foram realizados para a prevenção e controle de infectados para saber como gerenciar os corpos dos mortos por covid-19.

Outro aspecto importante diz respeito à liberação de enterrar com a declaração de óbito, que é o primeiro documento jurídico atestando a morte de um indivíduo. Essa declaração de óbito é elaborada com a data e hora do óbito e a *causa mortis*; o indivíduo que recebia essa declaração precisava ir ao cartório de registro civil com a documentação do morto para fazer o atestado de óbito. Porém, podemos perceber a urgência do distanciamento do corpo do convívio social por causa da sua *causa mortis* por coronavírus (covid-19), quando o atestado de óbito não é mais necessário para enterrar, sendo liberados os enterros com a declaração de óbito.

Nesse contexto, uma das formas de manifestar presença frente à morte de um ser próximo seria a realização de um enterro à distância via *web*, os chamados enterros online, para os que não podem participar. Pensar nesses sistemas dos processos da morte faz pensar também nas modificações e adaptações dessas práticas de morrer. Cabe



frisar que procedimentos como esses colaboram no entendimento de como a sociedade ocidental (não) pensa na morte em seus contextos, algo que não é debatido, como procedimentos em tempos de guerras, epidemias etc., por isso é necessário pensar em estrutura coletiva de políticas públicas e práticas para os mortos que vão muito além do enterrar.

Nessa nova forma de ritualística, não temos os abraços, os apertos de mãos seguidos de cumprimento, as reuniões, os reencontros, as celebrações religiosas de modo presencial. Essas práticas deram lugar a caixões lacrados, cerimônias fúnebres restritas, palavras de conforto proferidas em ligações telefônicas, mensagens e publicações em redes sociais e até a um aumento de velórios e memoriais virtuais. Um sofrimento que é gerado pela falta de vivenciar o luto, pela falta do último adeus, como era de costume.

Pensar sobre esse contexto de forma a observar e buscar entender como esses processos estão acontecendo se mostra uma tarefa antropológica importante, pois nos convida a refletir sobre a mudança no modo como as pessoas estão vivenciando os rituais fúnebres em meio a uma experiência traumática coletiva. No decorrer deste texto, trouxemos alguns conceitos, situações e apontamentos que visam tecer um diálogo antropológico abordando as mudanças que vêm acontecendo frente aos processos de vivenciar o luto. O processo de luto é subjetivo, ou seja, cada pessoa vai vivenciar e expressar de uma forma diferente, mas os rituais fúnebres que acontecem no campo da coletividade exercem um papel fundamental no enfrentamento da perda.

Refletimos, então, que os guias de orientações levantadas no artigo apontam para uma restrição das práticas religiosas e culturais dos indivíduos no processo do rito de passagem. Mesmo no caso da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), as preocupações com a dignidade dos mortos e suas relações culturais e tradicionais deveriam ser respeitadas. Porém, como realizar manifestações tais se o isolamento social e o prazo de enterrar são determinados (?), casos como pessoas que morreram foram enterradas de forma errada, como seria a sensação dessas famílias (?), ou os próprios familiares abrindo cova para os seus mortos pela escassez de coveiros. São questões sociais que precisam ser problematizadas. Esses indivíduos não só lidam com seus próprios sentimentos, como também com o imaginário social de calamidade em contexto de pandemia.



## REFERÊNCIAS

- MAUSS, M.. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MORAIS, I.. **Pela hora da morte**: estudo sobre o empresariar da morte e do morrer uma etnografia do grupo parque das flores em Alagoas. (Tese de Doutorado em Antropologia). Universidade Federal De Pernambuco, Recife, 2009.
- MOTTA, A.. À flor da pedra. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. Recife: Massangana, 2009.
- REESINK [LINS], Mísia. (1995), **Morte, católicos e imaginário**: o caso do Alto do Reservatório, Casa Amarela. Dissertação de mestrado em antropologia, PPGA, UFPE.
- RIAL, C.. Mortes Belas, Mortes Boas, Mortes Malignas e a Covid-19. **ANPOCS, Boletim n.20 - Ciências Sociais e Coronavírus**. 2020. Disponível em: < [http://anpocs.com/images/stories/boletim/boletim\\_CS/Boletim\\_n20.pdf](http://anpocs.com/images/stories/boletim/boletim_CS/Boletim_n20.pdf)> Acesso em: 30 maio 2020.
- RODRIGUES, J. C.. **Tabu da morte**. Rio de Janeiro, Achiamé, 1983.
- SILVA, U. G. da . **“Já cumpri minha obrigação”**: um olhar antropológico sobre o cemitério da comunidade Nossa Senhora da Guia, Lucena /PB (Monografia Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa, 55 f, 2015.
- TURNER, V.. O processo ritual. In: TURNER, V. **Liminaridade e Communitas** Petrópolis: Vozes, p.116-159, 1974.

Recebido em: 31/05/2020

Aceito para publicação em: 20/06/2020





**A MORTE POR COVID-19: REFLEXÕES ACERCA DAS NARRATIVAS  
DA PERDA E LUTO FAMILIAR**

***Death by covid-19: reflections on narratives  
family loss and mourning***

Adriano Farias Rios

Universidade Federal do Maranhão, Campus Pinheiro, Pinheiro, Maranhão, Brasil.

Email: [adriano.rios@ufma.br](mailto:adriano.rios@ufma.br)

Alice Bianca Santana Lima

Universidade Federal do Maranhão, Campus São Luís, São Luís, Maranhão, Brasil.

Email: [alicebiancalima@hotmail.com](mailto:alicebiancalima@hotmail.com)

Anne Caroline Nava Lopes

Universidade Federal do Maranhão, Campus Pinheiro, Pinheiro, Maranhão, Brasil.

Email: [anne.nava@ufma.br](mailto:anne.nava@ufma.br)

Elza Lima da Silva

Universidade Federal do Maranhão, Campus São Luís, São Luís, Maranhão, Brasil.

Email: [elzalima051@gmail.com](mailto:elzalima051@gmail.com)

Sílvia Cristianne Nava Lopes

Universidade Federal do Maranhão, Campus São Luís, São Luís, Maranhão, Brasil.

Email: [professorasilviaufma@yahoo.com.br](mailto:professorasilviaufma@yahoo.com.br)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p. 73-80, outubro 2020

ISSN 2447-9837

**RESUMO:**

A covid-19 é uma doença de alta infectividade que tem produzido colapso dos sistemas de saúde ao redor do mundo e em alguns estados brasileiros. O objetivo do estudo é desvelar os sentidos produzidos sobre as mortes em decorrência da covid-19 no Brasil, a partir de narrativas e vivências dos familiares de vítimas fatais. Foi realizada uma revisão bibliográfica, de base qualitativa, no período entre 16 março e 26 de abril de 2020, a partir de matérias jornalísticas digitais de grande circulação nacional. Foram analisadas cinco matérias jornalísticas das vítimas fatais da covid-19, a maioria das vítimas possuía 60 anos de idade ou mais, apresentavam comorbidades, o óbito aconteceu no âmbito hospitalar e o tempo de duração dos rituais foi reduzido em relação aos habituais. Nas narrativas esteve presente o sentimento de dor e sofrimento pela impossibilidade de despedida dos familiares.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Morte. Covid-19. Luto. Despedida.

**ABSTRACT:**

Covid-19 is a highly infectious disease that has caused health systems to collapse around the world and in some Brazilian states. The objective of the study is to unveil the meanings produced about deaths due to Covid-19 in Brazil, based on the narratives and experiences of the families of fatal victims. A bibliographic review, on a qualitative basis, was carried out in the period between March 16 and April 26, 2020, based on digital journalistic articles of great national circulation. Five journalistic stories of the fatal victims of covid-19 were analyzed, most of the victims were 60 years of age or older, had comorbidities, the death occurred in the hospital and the duration of the rituals was reduced in relation to the usual ones. In the narratives, there was a feeling of pain and suffering due to the impossibility of leaving the family.

**KEYWORDS:**

Death. Covid-19. Mourning. Farewell.



## INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, em Wuhan, China, um novo coronavírus (Sars-CoV2) foi identificado como causa de doença respiratória aguda grave (covid-19). Em março de 2020, com a disseminação do vírus em diferentes países, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia (BRASIL, 2020).

A pandemia modificou o controle sobre o tratamento da doença e o manejo com a morte e seus rituais. Nesse contexto, Elias (2001) destaca que a morte sempre esteve nas relações humanas, sendo retratadas nos rituais de despedida. No entanto, esses rituais vêm sendo modificados ao longo do tempo, inicialmente eram de domínio público e atualmente representam situações praticamente privadas.

O que chama a atenção em tempos de pandemia da covid-19 é a significativa mudança de hábitos sobre o processo do morrer e seus rituais fúnebres. Nesse contexto, o objetivo deste artigo é desvelar os sentidos produzidos sobre as mortes em decorrência da covid-19 no Brasil, a partir de narrativas e vivências dos familiares de vítimas fatais.

Quanto aos aspectos metodológicos, realizou-se uma revisão bibliográfica, de base qualitativa, no período entre 16 março e 26 de abril de 2020, a partir de cinco matérias jornalísticas digitais (texto, hipertexto e hiperímídia) publicizados em jornais de grande circulação nacional. Vale ressaltar que o “ciberjornalismo” representa a forma mais atual de produção, veiculação e consumo de notícias, representando uma tendência entre os grandes veículos de comunicação na contemporaneidade, sendo “a Internet tanto objeto de pesquisa (aquilo que se estuda), quanto local de pesquisa (ambiente onde a pesquisa é realizada) e, ainda, instrumento de pesquisa (ferramenta para coleta de dados sobre um determinado tema)” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p.17).

Foram selecionadas, de forma intencional, cinco matérias jornalísticas associadas ao objeto de estudo. A seleção dos sujeitos da pesquisa foi dividida em seis etapas: 1ª) catalogação das informações em jornais digitais relativas a morte pela covid-19 no Brasil; 2ª) sistematização das informações e digitalizações das notícias; 3ª) elaboração de um banco de dados; 4ª) análise das matérias jornalísticas; 5ª) seleção



das vítimas; 6<sup>a</sup>) transcrição das entrevistas jornalísticas com os familiares.

No processo de transcrição das entrevistas, selecionou-se as seguintes categorias de análise: idade ao morrer, gênero, profissão, presença de comorbidades, local do óbito, presença e duração dos rituais de despedida, tipo de sepultamento e sentimentos acerca do óbito em consequência da covid-19. Após a coleta de dados, foi realizada uma análise do conteúdo, observando os aspectos metodológicos, a partir das vivências dos familiares. Em seguida, foram elaborados os resultados, que serão apresentados a seguir.

## COVID-19 E A MORTE NO BRASIL: RELATO DE PARENTES QUE PERDERAM SEUS ENTES QUERIDOS

Na Tabela 1, são apresentados os dados biográficos das vítimas fatais da covid-19. A maioria possuía 60 anos de idade ou mais, sexo masculino e apresentava comorbidades. O óbito aconteceu no âmbito hospitalar e o tempo de duração do velório foi reduzido em conformidade com as recomendações do Ministério da Saúde (MS).

Tabela 1: Dados Biográficos das Vítimas Fatais da Covid-19 no Brasil

Fonte/Jornal	Paciente	Idade ao Morrer	Gênero	Profissão	Presença de Comorbidades	Local do óbito	Presença de velório (duração)	Tipologia de Sepultamento
Época	V.A.	33	feminino	fisioterapeuta	Não	Hospitalar	não	enterramento
DCM	M.M.F.F.	62	masculino	aposentado	Diabetes e hipertensão	Hospitalar	não	enterramento
G1.Globo	M. S.V.	60	feminino	supervisora de um centro clínico	Diabetes e hipertensão	Hospitalar	Sim, 10 minutos	enterramento
G1.Globo	C. V.	62	masculino	mecânico	não	Hospitalar	Sim, 10 minutos	cremação
G1.Globo	P. V.	61	masculino	servidor público	hipertenso	Hospitalar	Sim, 10 minutos	enterramento

Fonte: elaboração própria.

### Caso 1. M.M.F.F., 62 anos, porteiro aposentado:

M.M.F.F. foi o primeiro caso fatal oficialmente reconhecido do novo coronavírus no Brasil e representa o retrato do brasileiro que mais sofrerá: a população de baixa renda, que nunca viajou para o exterior. M.M.F.F. levava uma vida modesta e o hospital onde estava internado avisou primeiramente a imprensa antes de comunicar o óbito à família.



Seu enterro foi tão solitário e tão triste, que faltou gente para segurar na alça no caixão [...] quando eu cheguei em casa, depois que enterrei meu irmão eu liguei a televisão e foi na televisão que vi a causa da morte. Foi uma falta de respeito e humanidade com a gente, disse a irmã, M.G. (Reportagem 2, 19 abr.2020).

M.M.F.F. tinha comorbidades, a família suspeita que ele contraiu o vírus numa unidade hospitalar que atende idosos que utilizam plano de saúde no Estado de São Paulo.

#### *Caso 2. V.A., 33 anos, fisioterapeuta, grávida de 32 semanas:*

A fisioterapeuta V.A. se tornou o primeiro caso oficialmente reconhecido de óbito de gestante por Covid-19. Estava na 32ª semana da gravidez. Durante o processo de hospitalização na UTI, V.A. foi submetida a uma cirurgia cesariana, para iniciar o tratamento com Hidroxicloroquina, que é contraindicado na gravidez. Seu bebê sobreviveu. No entanto, V.A. evoluiu para óbito.

Os médicos estavam numa tensão enorme [...] foi nesse momento que ela iniciou o tratamento à base de cloroquina. Por estar grávida, não podia tomar a medicação. À noite, veio a notícia de ela teve três paradas cardíacas. O coração estava muito fraco, não sustentou. Minha irmã sequer conheceu o filho [...] não houve despedida, nem tocamos nela, isso deixou tudo ainda mais dolorido [...] ela se cuidava, ia à academia, tinha o corpo resistente. O bebê prematuro ainda se recupera na UTI. O que minha irmã deixou foi essa criança, e agora temos essa missão, afirmou o irmão de V.A. (Reportagem 1, 30 mar.2020).

O irmão de V.A., se surpreendeu quando foi informado sobre o óbito, uma vez que a irmã era saudável e não tinha comorbidades. Não houve velório.

#### *Caso 3. Os irmãos - M.S.V., C.V. e P. V.:*

Uma festa de aniversário em 13 de março de 2020, em Itapeverica da Serra - SP, marcou para sempre uma família. Depois do evento, 14 convidados tiveram sintomas da Covid-19. Entre eles, os irmãos P.V. de 61 anos; M.S.V. de 60 anos e C.V. de 62 anos. M.S.V. foi internada na noite de 25 de março. Os médicos fizeram uma Tomografia Computadorizada (TC), que apontou que 60% dos pulmões dela estavam comprometidos. Ela foi intubada e ficou em isolamento.

Ela sofreu muito, foi piorando a cada dia. Não aguentava mais comer nada, nem tomar água. Não desejo esse sofrimento para ninguém [...] poucos antes dela entrar na UTI, eu disse para a M.S.V. que a filha dela estava bem e que iria ficar tudo bem. Eu falei para a minha irmã que as coisas iriam



melhorar, mas depois dali a gente nunca mais se viu, diz M.C.V., a irmã de M.S.V., em meio às lágrimas. *(Reportagem 3, 07 abr.2020)*.

O segundo irmão a apresentar um quadro grave de Covid-19 foi o mecânico C.V., de 62 anos.

Três dias depois da festa, o meu pai começou a tossir muito, teve dor de cabeça, febre e perdeu o olfato e o paladar, explica A.R., de 30 anos, filho do idoso. Meu pai não tinha comorbidades, mas também piorou com o passar dos dias. *(Reportagem 4, 07 abr.2020)*.

A.R. conta que levou o pai a um hospital no dia 23 de março de 2020, quando os problemas pioraram.

Os médicos receitaram alguns medicamentos e o liberaram. Sequer cogitaram que pudesse ser coronavírus, diz A.R., que também esteve no aniversário, teve sintomas de Covid-19, mas não conseguiu fazer exames. *(Reportagem 4, 07 abr.2020)*.

Horas mais tarde, C.V. foi levado para um hospital público em Itapeverica.

O quadro de saúde dele piorou muito três dias depois que ele foi ao hospital. O meu pai estava completamente fraco e abatido, não conseguia comer e tinha muitas dificuldades para respirar[...] ele não deveria ter sido liberado pelos médicos na primeira vez em que procuramos ajuda, diz A.R. *(Reportagem 4, 07 abr.2020)*.

Na segunda internação, ele foi entubado. No dia seguinte, o outro irmão P.V., também foi ao hospital com dispneia. Ele era considerado o mais saudável entre os irmãos, tinha hipertensão controlada e diariamente praticava exercícios físicos.

O meu marido chegou muito bem, foi apenas para a internação, para que pudesse ficar em observação. Mas dois dias depois o quadro dele piorou muito e ele foi para a UTI, relata a esposa de P.V. *(Reportagem 5, 07 abr.2020)*.

Assim como toda a vida, C.V. e P.V. ficaram juntos em seus últimos dias, foram colocados em camas próximas na UTI. A irmã M.S.V. faleceu na manhã de 01 de abril de 2020, C.V., no dia 02 de abril e P.V., no dia 03 de abril.

Foi tudo muito horrível, nós éramos sete irmãos muito unidos, nos amávamos muito. A vida da família virou um pesadelo. Tenho vivido à base de calmantes. Ainda me pergunto se tudo isso foi real. Acompanhei de perto o sofrimento dos meus três irmãos, principalmente o da minha irmã e não desejo isso para ninguém, desabafa a irmã M.C.V. *(Reportagem 5, 07 abr.2020)*.

M.C.V. se despediu dos três irmãos. M.S.V. e P.V. foram enterrados em caixão lacrado. O irmão C.V. foi cremado. Os rituais fúnebres duraram alguns minutos, reunindo apenas 10 pessoas.

O novo coronavírus, não é democrático e, apesar de ser perigoso para todos, ele mata mais a população de baixa renda, evidenciando as desigualdades sociais de maneira potencialmente letal. Nesse contexto, Stavenhagen (2008, p. 246) afirma que “as estratificações sociais estão baseadas nas relações entre as classes e, tendem a refleti-las”. É um erro irreparável associar as desigualdades sociais à vida. Elas também se refletem na morte, de forma assustadoramente desproporcional.

A covid-19 também emitiu seus reflexos negativos no que concerne à saúde reprodutiva das mulheres brasileiras. O Brasil representou o país em que morreram 77% de todas as gestantes e puérperas vítimas da Covid-19 no mundo. Além disso, é preciso considerar uma questão que tem sido pouco explorada, mas que tem devastado famílias inteiras, num contexto de perdas múltiplas dentro da mesma família, nas quais os enlutados permanecem num luto coletivo atípico, potencializando o sofrimento psíquico individual e coletivo.

Em suma, a pandemia da covid-19 escancarou as desigualdades sociais, evidenciou um problema de saúde pública que envolve as mulheres na fase reprodutiva e assistiu à disseminação da indicação de “cura” de um medicamento não reconhecido pela ciência, a Hidroxicloroquina. O novo coronavírus continua fazendo estragos nas sociabilidades humanas e mostrando seu conjunto de fragilidades na preservação da vida e de sua dignidade.



## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é coronavírus?** 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#transmissao>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- CASTRO, Rodrigo. O enxoval do bebê está em casa, diz irmão de grávida morta por coronavírus no Recife. **Época**, 07 abr. 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/o-enxoval-do-bebe-esta-em-casa-diz-irmao-de-gravida-morta-por-coronavirus-no-recife-24356175>. Acesso em: 30 mar. 2020.
- ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**: seguido de “envelhecer e morrer”. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulinas, 2011.
- LEMOS, Vinícios. Coronavírus: a festa que pode ter espalhado o vírus em uma família de SP e matado 3 pessoas. **G1 Globo**, 07 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/07/coronavirus-a-festa-que-pode-ter-espalhado-o-virus-em-uma-familia-de-sp-e-matado-3-pessoas.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- STAVENHAGEN, R. Classes sociais e estratificação social. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, M. A.; SOUZA, J. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 37-249.
- TREVISAN, Daniel. Seu Manuel, primeira vítima fatal do coronavírus, é o retrato do brasileiro que mais sofrerá: pobre e que nunca viajou para o exterior. **DCM**, 19 abr. 2020. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/seu-manuel-primeira-vitima-fatal-do-coronavirus-e-o-retrato-do-brasileiro-que-mais-sofrera-pobre-e-que-nunca-viajou-para-o-exterior-por-daniel-trevisan/>. Acesso em: 26 abr. 2020.

Recebido em: 26/05/2020

Aceito para publicação em: 12/09/2020







**COVID-19 E OS NÚMEROS: O QUESITO RAÇA/COR E AS CONTROVÉRSIAS  
DAS NOTIFICAÇÕES**

***Covid-19 and the numbers: race/color variable and controversies of  
notifications***

Tatiane Pereira Muniz  
Doutoranda/PPGAS/UFRGS. Docente de Sociologia/IFBA.  
Email: [taty\\_rp@yahoo.com.br](mailto:taty_rp@yahoo.com.br)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p. 81-88, outubro 2020

ISSN 2447-9837

**RESUMO:**

A notificação dos casos de covid-19, no Brasil tem sido objeto de uma série de disputas, que vão desde a dificuldade de diagnóstico (devido à escassez de teste no início da pandemia), passando pelas dificuldades de atualização diária dos dados (face à demora dos resultados da testagem dos pacientes) até o levantamento de dados por raça/cor, que é o objeto de atenção deste ensaio. Ao longo do texto exploro as disputas em torno da classificação racial dos pacientes pelos serviços de saúde, chamando a atenção para o maior rigor no emprego das categorias raciais nos diferentes contextos regionais, de modo que os dados sejam produzidos e interpretados, garantindo fidedignidade à realidade das diferentes populações atendidas, já que é a partir desses indicadores que se formulam políticas públicas para a mitigação das iniquidades em saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Covid-19. Classificação racial.  
Subnotificação. Invisibilidade.

**ABSTRACT:**

The notification of Covid-19 in Brazil has been in the middle of series of disputes, since diagnosis difficulties (due to scarcity of tests in the first beginning of pandemics), difficulty related to daily data updating (due to delay of patient's testing results), until the mistakes around data survey by race/color, the subject under analysis in this essay. I seek to explore throughout this text the disputes surrounding racial classifications in health services in the country, calling attention to the need of better accuracy in the use of racial categories in different regional contexts and ensuring trustworthiness of data according the reality of different populations, once it is based on this data that public policies are formulated to fight against health disparities.

**KEYWORDS:**

Covid-19. Racial classification.  
Subnotification. Invisibility.



Antes mesmo da pandemia da covid-19 chegar ao Brasil, as notícias acerca da subnotificação dos casos ao redor do mundo já eram objeto da atenção da imprensa nacional, seja pela indisponibilidade de testes em quantidade suficiente para serem aplicados em toda a população, seja pelas mais diversas teorias sobre as tentativas de encobrimento dos dados, a fim de evitar alarmar a população ou no sentido de justificar o retardo nas medidas de isolamento social e seus custos econômicos.

Logo que a pandemia se instalou no país, também assistimos a diversas controvérsias em torno das notificações. Tais controvérsias recaíam, sobretudo, nas disputas em torno do diagnóstico, tendo em vista que, conforme as orientações do Ministério da Saúde no que tange à definição de casos e notificação, “casos de síndrome gripal (SG), de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) hospitalizado e óbito por SRAG, independente da hospitalização, que atendam à definição de caso” e “indivíduos assintomáticos com confirmação laboratorial por biologia molecular ou imunológico de infecção recente por COVID-19”<sup>1</sup> deveriam ser notificados no Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe (SIVEP-Gripe). Desse modo as secretarias de saúde de alguns municípios consideravam os pacientes com tais características como casos de covid-19 e outros não. O resultado da falta de uniformização na contabilização foi a subnotificação ou supernotificação dos casos de infecção e do número de mortes.

Com o aumento do número de testes disponíveis, somaram-se a estas controvérsias as mudanças na metodologia do cômputo destes números, pois à medida que os resultados dos testes de pacientes mortos ficavam prontos, é que se tornava possível precisar se a morte por SRAG foi decorrente ou não da covid-19. Assim, as notificações passaram a ser objeto de recorrentes retificações, tendo em vista que os resultados dos testes e a atualização dos boletins de saúde não acompanhavam a velocidade da divulgação diária pela imprensa. Como consequência, muitas vezes, os boletins diários traziam casos acumulados de vários dias anteriores que estavam aguardando a confirmação dos testes, o que dava a impressão de crescimentos vertiginosos na contagem diária do número de infectados e de mortos por covid-19.

---

<sup>1</sup> Informações disponíveis em: <https://coronavirus.saude.gov.br/definicao-de-caso-e-notificacao>. Acesso em: 25 set. 2020.



Ao lado destas controvérsias, outras disputas em torno das notificações – e sobre as quais eu me deterei aqui, sem a pretensão de esgotar o debate nestas breves linhas – dizem respeito à coleta do quesito raça/cor dos pacientes acometidos por covid-19. Inicialmente ocorreram denúncias de que a divulgação dos boletins diários não trazia esta informação. Em maio de 2020, a Justiça Federal do Rio de Janeiro determinou que os dados registrados e divulgados sobre os casos de coronavírus no país incluíssem, obrigatoriamente, informações sobre a raça dos infectados<sup>2</sup>, em atenção ao pleito da Defensoria Pública da União e do Instituto Luiz Gama e reconhecendo a necessidade de identificar grupos mais vulneráveis à pandemia.

Ao lado das desigualdades de classe, as assimetrias de raça, no contexto da pandemia, logo ficaram evidentes quando se começou a verificar que, proporcionalmente, morrem mais negros do que brancos no enfrentamento à doença, tendo em vista as vulnerabilidades socioeconômicas e de acesso à saúde às quais a população pobre e, majoritariamente negra, já está historicamente exposta, em função do racismo estrutural e institucional sobre o qual se organiza a sociedade brasileira.

Diante deste cenário, embora a situação distópica colocada pela pandemia tenha criado um conjunto de demandas para organização da vida de todos durante o isolamento social, a crise sanitária evidenciou e exacerbou a gravidade de nossa desigualdade socioeconômica, racial e de gênero, além da nossa crise política. Na contramão de discursos que afirmavam o caráter democrático da doença, tendo em vista a novidade do vírus e a suscetibilidade biológica de todos o contraírem, perspectivas mais críticas destacam adoecimento e morte específicos, considerando a estratificação social por variáveis como idade, classe, raça e gênero. Isto significa dizer que as mazelas e sofrimento social que afetam desigualmente diferentes estratos da população recrudesceram ante o caos.

A análise de quase 30 mil casos de internação pela covid-19 feita pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da PUC-Rio, destacando o impacto das desigualdades sociais na letalidade da doença no país, evidenciou que as chances de um paciente preto ou pardo e analfabeto morrer em decorrência do novo coronavírus

---

<sup>2</sup> Ver: <https://terradereitos.org.br/noticias/noticias/justica-determina-registro-obrigatorio-de-raca-em-casos-da-covid19/23292>

no Brasil são 3,8 vezes maiores do que de um paciente branco e com nível superior. De acordo com o estudo, “este efeito pode ser resultado de diferenças de renda, que geram disparidades no acesso aos serviços básicos sanitários e de saúde”<sup>3</sup>.

Conforme o acompanhamento das notícias e das mobilizações dos movimentos sociais, pudemos acompanhar que as disputas em torno do quesito raça/cor não se encerraram com a determinação da justiça quanto à obrigatoriedade da coleta deste dado referente aos casos de covid-19 pelos serviços de saúde. Dali em diante, o que passa a ser objeto de denúncia é a classificação inadequada dos pacientes. Em uma entrevista concedida a um telejornal de exibição em rede nacional, em maio de 2020, em uma reportagem que tratava dos casos de subnotificação da covid-19 entre os indígenas do Amazonas, uma técnica de enfermagem indígena de Manaus-AM reivindicava que os pacientes indígenas fossem classificados como tal, e não como pardos, como vinha acontecendo nas unidades de saúde.

É importante considerar, aqui, que já existe uma legislação pertinente ao preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde que normatiza o preenchimento deste dado. Conforme a Portaria nº 344, de 1º de fevereiro de 2017, em seu artigo primeiro:

A coleta do quesito cor e o preenchimento do campo denominado raça/cor serão obrigatórios aos profissionais atuantes nos serviços de saúde, de forma a respeitar o critério de autodeclaração do usuário de saúde, dentro dos padrões utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que constam nos formulários dos sistemas de informações da saúde como branca, preta, amarela, parda ou indígena (BRASIL, 2017).

Entretanto, o que a técnica de enfermagem chamava atenção, na entrevista, era para o fato da autodeclaração não estar sendo considerada, e de que os profissionais classificavam os pacientes indígenas como pardos, sem consultá-lo ou aos seus acompanhantes. O suposto comportamento dos profissionais de saúde estaria desrespeitando o artigo 2º da Portaria, que preconiza que “nos casos de recém-nascidos, óbitos ou diante de situações em que o usuário estiver impossibilitado para a autodeclaração, caberá aos familiares ou responsáveis a declaração de sua cor ou

---

<sup>3</sup> “Negros sem escolaridade têm 4 vezes mais chances de morrer por Covid-19 no Brasil, mostra estudo” Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/27/negros-sem-escolaridade-tem-4-vezes-mais-chances-de-morrer-por-covid-19-no-brasil-mostra-estudo.ghtml>. Acesso em: 31 maio 2020.



pertencimento étnico-racial” (BRASIL, 2017).

Além do desrespeito ao direito de autodeclaração e da subnotificação dos números da covid-19 decorrente da classificação racial inadequada, entre os indígenas atendidos em Manaus, capturou minha atenção na denúncia da profissional de saúde indígena o modo como a noção de “pardo” tem substituído a categoria “indígena” no norte do Brasil, quando no restante do país este deslizamento ocorre entre pretos e pardos que, em conjunto, figuram na categoria englobante “negros”.

Conforme observa a historiadora Larissa Viana no livro *O idioma da mestiçagem*, “o termo pardo teve múltiplos usos e significados no contexto colonial” (2007, p. 35), sendo empregado no século XVII, em São Paulo, para designar indígenas escravizados ilegalmente. No nordeste açucareiro, com expressiva presença africana, “tendia a ser sinônimo de mulato” (2007, p. 35). Entretanto, conforme adverte a autora, deve-se considerar que a emergência dos pardos no século XVII esteve ligada também às uniões entre europeus e africanos, e destes com os indígenas. No sudeste o termo pardo se referia à mestiçagem, “mas também era usado como sinônimo de liberto ou homem livre de cor nascido na colônia, independentemente de ser ou não mestiço” (2007, p. 35). Assim, conforme observa Viana (2007), a categoria pardo, neste último caso, era empregada para se referir a homens e mulheres livres de ascendência africana, relativamente distanciados da escravidão mas não necessariamente mestiços.

Mais recentemente as noções de pardo e preto, apesar de estarem separadas entre as categorias de classificação racial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), figuram conjuntamente na categoria “negro”, no que se refere à interpretação dos indicadores sociais e à formulação de políticas públicas com recorte racial, dentre elas as ações afirmativas. Uma das justificativas utilizadas por algumas instituições, que consideram a categoria “negro” como englobando pretos e pardos, é que quando se observam os indicadores socioeconômicos estas populações parecem muito próximas, especialmente no que diz respeito à marginalização do acesso à saúde, à educação, ao mercado de trabalho, sendo também as que mais partilham de vulnerabilidades sociais e exposição aos mais diversos tipos de violência.



Considerando a histórica complexidade das relações raciais e dos processos de classificação no contexto brasileiro, bem como a importância da qualidade da produção de indicadores sociais para subsidiar políticas públicas para a mitigação das iniquidades, causa perplexidade a falta de rigor na coleta de dados de um dado fundamental para caracterização de populações alijadas do acesso ao serviço público de saúde. Neste sentido, o emprego das categorias de classificação racial deve garantir maior fidedignidade possível às realidades locais, especialmente porque tais dados são generalizados na interpretação dos indicadores nacionais. Isto é, como a categoria “pardo” tem sido mais comumente associada à categoria “negro”, não fica evidente sua relação com populações indígenas quando os dados produzidos em Manaus são interpretados nacionalmente, o que resulta na invisibilização desta população.

Com a breve recuperação do modo como a categoria “pardo” tem sido historicamente empregada no Brasil, no texto de Viana (2007), bem como da situação de disputa em torno das classificações raciais na notificação dos casos e mortes por entre indígenas em Manaus, busquei lançar luz sobre a necessidade de se conferir maior atenção ao exame do lugar do pardo, nos processos de classificação racial e no emprego do quesito raça-cor na produção e interpretação de dados oficiais.

Tendo em vista a diversidade populacional e a distribuição racial, em um país continental como o Brasil, é preciso atentar para as especificidades regionais na produção de indicadores sociais correlacionados com a variável raça-cor, pois na manipulação destes dados, em nível nacional, ficam ocultas as controvérsias inerentes ao processo de produção de indicadores estatísticos com os quais se busca a pretensa objetividade de que os números falem por si sós.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria nº 344, de 1º de fevereiro de 2017. Dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 02 fev. 2017, Seção I, p. 62. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-344-de-1-de-fevereiro-de-2017-20785508>. Acesso em: 25 set. 2020.

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem**: as irmandades de pardos na América Portuguesa, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

Recebido em: 31/05/2020

Aprovado em: 15/09/2020







**ENFRENTAMENTOS:  
DESIGUALDADE RACIAL, RACISMO E A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS**

***Confrontations:  
racial inequality, racism and a new coronavirus pandemic***

Rosiane Trabuco de Oliveira

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).  
Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba/Programa de Pós Graduação em  
Antropologia (UFPB/PPGA).  
Email: [rosi.trabuco@gmail.com](mailto:rosi.trabuco@gmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p. 89-97, outubro 2020

ISSN 2447-9837

**RESUMO:**

A pandemia do novo coronavírus evidenciou as desigualdades (raciais e sociais) pujantes no Brasil. Tendo em vista esse contexto, procuro abordar neste ensaio os efeitos da pandemia frente à população negra que, assim como outras minorias sociais, tiveram suas vulnerabilidades atingidas em cheio, dificultando ainda mais suas relações sociais e, também, o desenvolvimento de atividades econômicas essenciais para sobrevivência de si e de seus familiares. Neste sentido, apresento dados que mostram a realidade da população negra e a extensão de suas fragilidades neste momento de covid-19. Outro ponto que abordo é a manifestação de atos racistas advindos do uso da máscara por pessoas negras, um dos itens de proteção essencial na contenção do vírus. Por fim, o que se apreende é que as lutas se intensificaram. Luta-se pela vida contra o racismo e contra um vírus com maior letalidade entre a população negra.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Pandemia do coronavírus. População negra. Desigualdades raciais. Racismo.

**ABSTRACT:**

The pandemic of the new coronavirus highlighted the strong (racial and social) inequalities in Brazil. In view of this context, I try to address in this essay the effects of the pandemic against the black population, which, like other social minorities, had their vulnerabilities hit hard, making their social relations even more difficult, and also the development of economic activities essential for survival. themselves and their families. In this sense, I present data that show the reality of the black population and the extent of their weaknesses at this moment in covid-19. Another point I address is the manifestation of racist acts arising from the use of the mask by black people, one of the essential protection items in the containment of the virus. Finally, what is learned is that the struggles have intensified. Fight for life against racism and against a virus with greater lethality to the black population.

**KEYWORDS:**

Coronavirus pandemic. Black population. Racial inequalities. Racism.



Enquanto estudiosa da área das humanidades, especificamente da antropologia, sinto as dores e as belezas entrelaçadas por ela. É a sensibilidade que brota. Mas também o desejo de denúncia de um sistema impregnado de dívidas históricas, mazelas sociais e econômicas. Uso-a como ferramenta política para a não manutenção desse sistema corrosivo para determinados grupos que padecem em estatísticas alarmantes. A antropologia enquanto filosofia viva (INGOLD, 2015) é um mundo infinito de possibilidades, de *perceptos e afectos* – seguindo a máxima deleuziana, os perceptos não são percepções, e sim o conjunto de sensações que vai além de quem as sente; ao passo que afectos são devires. Segundo Deleuze (1994), não há perceptos sem afectos. É nesse sentido que teço as reflexões a seguir.

O que nunca foi escondido, agora, com a pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2) é escancarado. Sim, estou falando das desigualdades que colocam o Brasil como sendo um dos países que padece com esse mal. Sendo um dos dez países com maior PIB (Produto interno Bruto), o país alcança a oitava posição com maior índice em desigualdades sociais e econômicas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) as desigualdades possuem o pior índice desde 2012, análise feita a partir de educação, trabalho e renda. Alguns grupos são mais afetados nesse período pandêmico, pretos e pobres são mais vulneráveis, de acordo com pesquisa realizada pela Faculdade de Medicina da UFMG (2020), sendo vítimas tanto da covid-19 quanto da crise econômica que se instaura no país, com o fechamento de meios econômicos para provimento de renda e sobrevivência dessas famílias brasileiras.

A sobrevivência é uma característica forte à população negra. Nunca foram tempos fáceis para quem é julgado primeiramente por sua cor. A cada 23 minutos um jovem negro é morto neste país, de acordo com o Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), a população negra lidera alguns setores de desigualdade, sendo que os trabalhadores informais somam 47,3%, os desempregados 64,2%; a população negra ainda apresenta os menores ganhos sendo 75,2%, na faixa de pobreza se encontra 32,9%, e na extrema pobreza esse percentual é de 8,8%. Diante de tais dados e neste cenário as dificuldades só aumentaram. Ao que parece, padecemos em



um eterno 14 de maio.<sup>1</sup>

O racismo cotidiano que atravessa corpos negros se faz pujante neste período, mais uma guerra enfrentada pela população negra em meio à pandemia. Estamos falando de um sistema de opressão que ceifa vidas diariamente, que nega direitos básicos a determinado grupo e condiciona a miserabilidade. A falta de saneamento básico, de água nas torneiras, de acesso à saúde são agravantes que tornam o povo negro vulnerável ao contágio pelo novo coronavírus. Recomenda-se “lave as mãos com água e sabão frequentemente”. A periferia pergunta: “com qual água?” O mínimo ato de prevenção se torna inviável frente às circunstâncias e revela a contenção de direitos básicos previstos para todas e todos os cidadãos brasileiros, como assim proclama a retórica jurídica de igualdade entre os homens. A questão é: mas de quais homens estamos falando?

O combate é dual. A violência não cessou em meio à pandemia, há corpos que são marcados, o olhar inquisidor ganhou nova ferramenta para mapear e perseguir os corpos negros: a máscara. O *Alma Preta jornalismo* (2020) realizou uma pesquisa, em abril do corrente ano, em sua rede social (Twitter) e apontou que 72% das pessoas negras têm medo de sair de máscara, vários relatos mostram situações variadas de racismo. Através dessa pesquisa foram compartilhadas algumas experiências; o jovem estudante da Universidade Federal do Rio de Janeiro relatou a truculência de um segurança ao adentrar uma loja para fazer compras: “Em tempos de coronavírus, a máscara para preto é um problema sério. Os seguranças querem ver a cara da gente, para onde estamos indo e o que estamos comprando”. Fora do Brasil não é diferente, o professor universitário Aaron Thomas (EUA), publicou em suas redes sociais (Twitter): “I don’t feel safe wearing a handkerchief or something else that isn’t CLEARLY a protective mask covering my face to the store because I am a Black man living in this world. I want to stay alive but I also want to stay alive.” (Eu pensei que poderia usar uma das minhas bandanas antigas como máscara. Mas então minha voz de autoproteção me lembrou que eu, um homem negro, não posso entrar em uma loja com uma bandana cobrindo a maior parte do meu rosto,

---

<sup>1</sup> A data faz referência ao primeiro dia após abolição da escravatura no Brasil com a promulgação da Lei Áurea, em 1888. Esta lei averbava a liberdade para todos(as) escravizados(as), no entanto não houve políticas públicas para a inserção dos ex-escravizados a vida social. O cantor e compositor Lazzo Matumbi, em parceria com o professor Jorge Portugal (1956-2020), compuseram a música *14 de maio* retratando o que teria sido o dia 14 de maio, sem amparo social e econômico para a população negra escravizada e, certa constância desse dia nos aos tempos atuais.



se também espero sair dessa loja vivo).<sup>2</sup> O jornalista global Manoel Soares (até então, repórter do programa matinal *É de casa*) também foi alvo do racismo em uma entrada ao vivo para o programa ao ser constrangido com a seguinte frase: “Esse preto de máscara. Assalto?” (GLOBOPLAY, 2020).

De acordo com o antropólogo Kabengele Munanga, em entrevista<sup>3</sup> recente para a ECOA (2020), quando perguntado sobre racismo em meio à pandemia o antropólogo reflete que o que conta é a geografia dos nossos corpos. Nesse sentido, sempre foi o olhar do Outro, no caso do branco, o elemento de opressão, no qual o negro percebe seu corpo por meio da negação. O conhecimento do corpo vem eivado de incertezas que dificultam sua elaboração corporal em meio ao mundo branco, pois o olhar do Outro é inquisitivo. Fanon (2018) nos alerta sobre o peso do corpo negro ao circular pela sociedade: “quando me amam dizem que o fazem apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é pela minha cor... Aqui ou ali, sou prisioneiro do círculo infernal” (FANON, 2018, p. 109). É um círculo condicionando pelo racismo estrutural e questões históricas mal resolvidas.

As facetas do racismo se propagam de diversas formas. São vários os meios de extermínio da população negra; o não investimento em políticas públicas eficazes é uma delas. Investe-se em “políticas de morte”. Formulam-se “necropolíticas”, isto é, “vidas matáveis”, sujeitos que podem ser eliminados, escravizados. Por meio de um juízo de identidade, a vida é subjugada ao poder da morte, conforme Mbembe (2016). A hipótese de testagem da vacina contra a covid-19 na África, proferida pelo médico Francês Jean-Paul Miraa e reportada pela Folha de Pernambuco (2020), é fruto dessas políticas: o corpo preto é um corpo descartável.<sup>4</sup> Não, o continente africano não será cobaia. Não é permissível tamanha violência. Antes mesmo ou com casos da doença em continente africano – diga-se de passagem, mesmo com suas fragilidades, os países têm tomado

---

<sup>2</sup> Cf. Alma Preta. *Covid-19: enquête aponta que 72% das pessoas negras têm medo de sair de máscaras*. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/covid-19-enquete-aponta-que-72-das-pessoas-negras-tem-medo-de-sair-de-mascaras-171504687.html>.

<sup>3</sup> Cf. ECOA. *Mudar as coisas: Aos 79 anos, antropólogo Kabengele Munanga defende papel do intelectual de influenciar na transformação social*. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/intelectual-deve-influenciar-na-mudanca-diz-antropologo-kabengele-munanga/#cover>.

<sup>4</sup> Historicamente a população negra é fruto de políticas de extermínio de sua raça. O processo de colonização e as teorias raciais colocam à população negra à margem da sociedade como corpos indesejados. As práticas eugênicas e a ideia de uma suposta hierarquia racial marcam o histórico de um proces-

medidas eficazes no combate à propagação do coronavírus, seja através do isolamento rígido com poucos casos ou mesmo investimento em propagandas com informações de proteção para população – outros países foram drasticamente afetados, vide China, Itália, França, Inglaterra etc. Assim, por que não iniciar a testagem por um deles?

As práticas racistas, sejam elas conscientes ou inconscientes, resultam em danos irreparáveis, seja para quem sofre ou para o grupo racial que pertence. Estamos imersos em um sistema que explora ou retira de circulação corpos negros. De uma forma ou de outra a violência é o meio de expurgo social de uma realidade da qual o Estado não quer se responsabilizar. Ao que parece, a pandemia de coronavírus é mais uma batalha que o povo negro vem enfrentar de tantas outras e com uma letalidade maior. É esse povo que lota o transporte público quando o recomendado é o isolamento social. É esse povo que move o sistema que o oprime. É esse povo que não conta com o privilégio de aprender infinitas receitas de bolo e praticar ioga na varanda de casa. O povo preto é o povo que não desacelera, mas não por vontade e sim por imposição sistêmica.

O que deveria ser forte aliado a quem teve suas atividades econômicas suspensas nesse período possui uma eficácia duvidosa. O auxílio emergencial disponibilizado pelo Governo Federal (por pressão da Câmara dos Deputados) teria por finalidade beneficiar os socialmente vulneráveis que tiveram sua renda reduzida ou impedida, pois o isolamento social é a melhor medida para conter a propagação do vírus. Uma questão preocupante para o acesso ao auxílio é o fato de que o processo de adesão deveria ocorrer totalmente por via remota – uso de aplicativo em celular ou acesso a site. No entanto, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018), os brasileiros que não tinham acesso a internet somavam 25,3%, e parte dos que não usavam a internet e alegavam não saber usar, reunia 41,6%, ao passo que resumia em 34,6% os que não tinham interesse em usá-la. Nesse sentido, pensar um meio para sanar os problemas da pandemia para os mais vulneráveis a partir de um acesso restrito já exclui o número de beneficiários, o que provocou aglomerações em agência bancária (o que de todas as formas deveria ser evitado) para sanar dúvidas ou inconsistências entre o App e os dados do proponente.

Algumas destas atitudes evidenciam a máxima de que “somos todos humanos, e somos todos iguais”. Todos humanos, sim, apesar de certas atitudes desumanizarem so longo que toma o corpo negro como propriedade e, assim, desvincula-o de qualquer humanidade.



uma parcela da população. A igualdade é uma abstração que não condiz com as diferenças sociais retratadas no Brasil. Há muito tempo a ideia de humanidade é questionada, a ideia de um humano *a priori* que reconhece apenas seu semelhante (branco e ocidental), e escanteia o que não condiz com essa imagem. Mbembe (2018) nos alerta que o ocidente sempre se considerou o centro, dono da razão, da vida universal e da verdadeira humanidade, e com todo esse poder transformou a pessoa humana em coisa, objeto ou até mesmo propriedade. Postulou o que é humano e não-humano e/ou quem possui mais e menos humanidade. Questionar esse tipo de “autoevidência” é acusar a necessidade de políticas públicas e reparação histórica a atos persistentes.

O respiro final deveria vir com pensamentos futuros, mas não consigo me ater a esse devaneio com urgências tão presentes e latentes. O futuro é incerto, sempre foi para o povo negro, a pandemia da covid-19 agravou a situação. Seguir à risca as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) não é tão fácil quando o alimento precisa chegar à mesa ou mesmo quando a água não sobe o morro, mas o vírus sim. Não é fácil. Nunca foi. Mas não podemos desanimar diante das atrocidades, não nos é permitido e, principalmente, não permitimos tamanho dissabor nos penetrar. Findar com as palavras e a força de Maya Angelou (1994), talvez seja esse anseio de dias melhores neste momento, em *Ainda assim eu me levanto (Still I Rise)*, para os dias tortuosos e a esperança não faltar:

Pode me atirar palavras afiadas,  
Dilacerar-me com seu olhar,  
Você pode me matar em nome do ódio,  
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.  
[...]  
De um passado enraizado na dor  
Eu me levanto  
Sou um oceano negro, profundo na fé,  
Crescendo e expandindo-se como a maré.  
Deixando para trás noites de terror e atrocidade  
Eu me levanto  
Em direção a um novo dia de intensa claridade  
Eu me levanto  
Trazendo comigo o dom de meus antepassados,  
Eu carrego o sonho e a esperança do homem escravizado.  
E assim, eu me levanto  
Eu me levanto  
Eu me levanto.



## REFERÊNCIAS

- ANGELOU, Maya; BROUN, Heywood Hale. **Still I rise**. Jeffrey Norton Publishers, 1994.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **O abecedário de Deleuze**. Entrevista concedida à Claire Parnet, 1994.
- ECO. **Mudar as coisas**: Aos 79 anos, antropólogo Kabengele Munanga defende papel do intelectual de influenciar na transformação social. Disponível em: < <https://www.uol.com.br/eco/reportagens-especiais/intelectual-deve-influenciar-na-mudanca-diz-antropologo-kabengele-munanga/#cover> >. Acesso em: 16 maio 2020.
- FACULDADE DE MEDICINA UFMG. **População negra é mais vulnerável ao coronavírus**. Coronavírus, Covid-19, racismo, racismo institucional. 07 de maio 2020. Disponível em: <<https://www.medicina.ufmg.br/populacao-negra-e-mais-vulneravel-ao-novo-coronavirus/>>. Acesso em: 11 maio 2020.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FOLHA DE PERNAMBUCO. **África não será campo de teste para vacina contra o coronavírus**. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/africa-nao-sera-campo-de-testes-para-vacina-contracoronavirus-diz-dir/136306/>>. Acesso em: 08 maio 2020.
- GLOBOPLAY. **Repórter do EDC é alvo de publicação racista**. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8542374/>. Acesso em 20 maio 2020.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2017**. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>>. Acesso em: 18 maio 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor e Raça e no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Informações Demográficas e Socioeconômicas, nº 41, 2019.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Vidas perdidas e racismo no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/131119\\_notatecnicadiest10.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131119_notatecnicadiest10.pdf)>. Acesso em: 19 maio 2020.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Boletim do Mercado de Trabalho nº 65, ano 24, 2018. Disponível em: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em: 20 maio 2020.
- INGOLD, Tim. **Antropologia não é etnografia**. Estar vivo. Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. Artes e ensaios. **Revista do PPGAV/UFRJ**, n. 32, 2016.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1, 2018.
- NEWS/BRASIL. **Coronavírus: o que está por trás da aparente resistência da África à pandemia**. BBC News Mundo. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52626740> >. Acesso em: 11 maio 2020.





PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal Pnad contínua 2018.** Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Anual/Acesso\\_Internet\\_Televisao\\_e\\_Posse\\_Telefone\\_Movel\\_2018/Analise\\_dos\\_resultados\\_TIC\\_2018.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Acesso_Internet_Televisao_e_Posse_Telefone_Movel_2018/Analise_dos_resultados_TIC_2018.pdf). Acesso em: 19 maio 2020.

Recebido em: 31/05/2020

Aprovado em: 15/09/2020





**“MORRE DE CORONA OU MORRE DE FOME”: O RISCO DUAL DOS  
TRABALHADORES AMBULANTES FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19**

***“Die of corona or starve to death”: the dual risk of street workers in the  
face of the pandemic of the covid-19***

Mylena Serafim da Silva

Mestranda em Sociologia, Bacharela em Serviço Social e Licencianda em Ciências Sociais pela UFPB.

Email: [mylenaserafim25@gmail.com](mailto:mylenaserafim25@gmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p. 98-108, outubro 2020

ISSN 2447-9837

### **RESUMO:**

O isolamento social enquanto medida frente à pandemia da covid-19 foi, e ainda é, fundamental para a prevenção da disseminação do vírus. Todavia a recomendação fundamentada pelo conhecido imperativo “fique em casa” não contempla a toda a população, muito menos aqueles que dependem do trabalho para sobreviver. Neste sentido, o objetivo dessa escrita tem por finalidade problematizar a exposição dos trabalhadores informais, com recorte para os ambulantes, os quais dependem do trabalho para obter uma renda, e assim viver. Como recurso metodológico, junto à sistematização teórica, foram levadas em consideração as observações realizadas no comércio ambulante do centro da cidade de João Pessoa-PB, além do acompanhamento de notícias pelos meios virtual e televisivo. Sob a égide de um governo neoliberal no qual a responsabilização individual pelos direitos é cada vez mais normatizada, é perceptível a acentuação do contexto de vulnerabilidade que perpassa a vida desses trabalhadores no período pandêmico.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Covid-19. Isolamento social. Neoliberalismo. Trabalho informal.

### **ABSTRACT:**

Social isolation as a measure in the face of the covid-19 pandemic was, and still is, fundamental for preventing the spread of the virus. However, the recommendation based on the well-known imperative “stay at home”, does not include the entire population, much less those who depend on work to survive. In this sense, the purpose of this writing aims to problematize the exposure of the workers informal, with clipping for the street walkers, who depend on the work to obtain an income, and thus live. As a methodological resource, together with theoretical systematization, the observations made in the street trade of the city center of João Pessoa-PB were taken into account, in addition to the monitoring of news by virtual and television media. Under the aegis of a neoliberal government in which individual responsibility for rights is increasingly standardized, it is noticeable the accentuated context of vulnerability that permeates the lives of these workers in the pandemic period.

### **KEYWORDS:**

Covid-19. Informal work. Neoliberalism. Social isolation.



O dilema “morre de corona ou de fome” deixou de ser apenas um *meme*<sup>1</sup> representando então uma realidade de milhões de brasileiros e brasileiras, fato este que só se agrava com o isolamento social. De início, esclareço que não quero criticar essa medida de saúde pública comprovada cientificamente em ser resolutiva, mas problematizar o contexto de pessoas que “vivem do trabalho” – ou seja, que se não trabalharem não têm renda para sobreviver no meio social – e que, com o isolamento, não estão tendo suas necessidades básicas atendidas. Conseguir o sustento familiar, o que já era difícil em dias normais, agora ficou aparentemente impossível.

Como a população trabalhadora é bastante plural em seus modos de ser e de viver, o recorte aqui será dado para a categoria intitulada enquanto informal<sup>2</sup>, mais precisamente para os vendedores ambulantes de todo o país que, sem nenhum tipo de política social que atenda às suas particularidades, não podem fazer uso das ruas para mostrar seus produtos à venda. Então a questão que fica é: como as pessoas que dependem do trabalho informal ficam com o isolamento social decretado? Neste caso a indagação cai diretamente sobre o modo de vida desses trabalhadores que precisam das ruas e das pessoas circulando para comercializarem seus produtos e, só assim, possivelmente vender e arrecadar um valor, comumente chamado de renda e popularmente chamado por eles de sustento<sup>3</sup>.

No que concerne então ao aparato estatal, estes trabalhadores dependem da concessão do auxílio emergencial (Lei nº 13.982, BRASIL, 2020) no valor de R\$ 600 que, ainda assim, pode não ser suficiente, não custeando todas as demandas desses trabalhadores – por ser inclusive menor que o salário mínimo vigente (R\$ 1.045). Somando as incertezas e dificuldades que foram postas desde antes de sua aprovação, o acesso ao auxílio está sendo, em muitos casos, sinônimo de um processo de lutas,

---

<sup>1</sup> Meme é um termo relativamente novo em nossa linguagem que diz respeito a uma ideia produzida em algum tipo de texto ou de imagem e que foi compartilhado por várias pessoas nas redes sociais, passando a ser conhecido, ou melhor, viralizado.

<sup>2</sup> Por trabalho informal compreende-se aqui a forma de trabalho não registrado. Apesar de ser bastante plural, a característica de não ser regulamentado perante a lei é aqui a de principal destaque. Para mais informações sobre este tema, ler Cacciamali (2000).

<sup>3</sup> A intenção dessa ênfase é para realmente chamar a atenção ao termo utilizado. Ao procurar o significado da palavra sustento, trazemos enquanto sinônimos para sua explicação outros termos profundamente relevantes como resistência, equilíbrio e apoio. É imprescindível levar em consideração uma afirmação que, aparentemente pode ser tão simples, mas que tem um forte sentido, sobretudo no estudo aqui pretendido.



até mesmo jurídicas, o qual não apenas é incerto – podendo ser negado – assim como não atende a toda a demanda. Observando a gestão governamental, podemos afirmar “[...] que desde o início da crise sanitária as medidas lançadas não alcançam a todos, e aos que alcançam, não cumprem o seu papel, pois não suprem nem parte das suas necessidades mais básicas” (GIZZI; MENDONÇA, 2020, p. 238).

No início da pandemia – o primeiro caso notificado no Brasil foi no final de fevereiro, sendo nesse mesmo mês sancionadas as medidas para o isolamento social e somente em abril a aprovação do auxílio emergencial federal<sup>4</sup> – muitos trabalhadores já tiveram suas rendas drasticamente afetadas, devido às medidas de prevenção a covid-19. Além de ser um valor consideravelmente baixo, ainda há os percalços para a sua concessão e aquisição. A morosidade do governo em aprovar tal medida veio juntamente com objeções para seu acesso (ROCHA, 2020).

Era necessário fazer um cadastro online, esperar a avaliação dos dados, para saber se foi deferido ou não o pedido. Tal medida envolve uma série de dificuldades que vão desde a barreira tecnológica, já que só foi possível o cadastro por quem tinha um número de telefone e sabia fazer cadastros online, além de necessitar fazer uma conta bancária virtual, para aqueles que não a possuíam antes da pandemia. Ao conversar com ambulantes, percebi que alguns tiveram a ajuda dos filhos para realizar o cadastro, outros precisaram enfrentar as filas gigantescas, se expondo ao vírus e somente assim regularizar os dados divergentes do sistema e poder realizar o cadastro. Ainda assim há relatos de pessoas que tiveram seus pedidos negados e precisaram realizar uma nova solicitação por meio judicial.

A regularização do Cadastro de Pessoa Física (CPF), junto ao fato de a inscrição ser realizada apenas pelo aplicativo no celular, foram outras das múltiplas dificuldades encontradas pelos trabalhadores que necessitavam urgentemente do auxílio e que tiveram seus pedidos negados, seja por não ter o CPF regularizado naquele momento ou mesmo por não ter acesso a internet, tampouco o manejo para realizar seu pedido por essa via (IBIAPINA, 2020; SOPRANA, 2020). Tais situações apenas evidenciaram a tamanha vulnerabilidade que acompanha a vida desses trabalhadores.

<sup>4</sup> O primeiro caso foi noticiado em 27 de fevereiro de 2020 pelo Ministério da Saúde (AQUINO; MONTEIRO, 2020), ao passo que as medidas para o enfrentamento à covid-19 foram através da lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020. Já o auxílio emergencial foi em 2 de abril sob a lei nº 13.982 aqui já citada.



Essa burocratização do acesso ao auxílio emergencial em meio à pandemia da covid-19 ocasionou a formação de filas gigantescas frente às agências da Caixa Econômica Federal (CEF) de todo o país, nas quais pessoas madrugavam e até dormiam para poder ter acesso ao benefício – ou seja, ficaram expostas à contaminação do coronavírus. Um grupo que já é marcado pela marginalização na sociedade, na medida em que não possui garantias trabalhistas, diante da pandemia da covid-19, esta marginalização foi não somente evidenciada, mas agravada. É preciso enfatizar também que muitos dos trabalhadores ficaram sem renda e, não conseguindo pagar as dívidas, somaram-se ao grupo das pessoas em situação de rua (CUT, 2020).

Obviamente a pluralidade que já existia dentro do comércio ambulante permaneceu durante a pandemia, sendo as estratégias utilizadas inúmeras, mas o que fica evidente é a ampliação de situações que colocam essas pessoas em um contexto de vulnerabilidade. Com a abordagem etnográfica em campo – o comércio ambulante do centro da cidade de João Pessoa/PB – interrompida devido à pandemia da covid-19, minha pesquisa de mestrado sobre os significados do trabalho para essa população não parou, mas está seguindo novos rumos e percebendo a dimensão da vulnerabilidade nesse contexto. A frase com que iniciei essa escrita foi dita por um vendedor ambulante em um telejornal, ainda no início da pandemia, no mês de março, e reproduzida por várias pessoas nas redes sociais – inclusive em protestos que ocorreram por todo o país.

Vale destacar aqui a situação da cidade de Salvador em que, além do auxílio emergencial viabilizado pelo governo federal, a prefeitura lançou, ainda no final de março, um auxílio mensal no valor de R\$ 270. Este benefício também não é exclusivo para os ambulantes, e inclui outros trabalhadores informais que estejam inscritos no banco de dados do município. Porém, ainda assim, ambulantes foram flagrados tendo suas mercadorias apreendidas no início do mês de maio no conhecido “comércio do rolo”. Naquele dia, trabalhadores entrevistados pela mídia afirmaram que estavam ali porque precisavam de dinheiro para manter o seu sustento e de suas famílias.

Neste sentido, problematiza-se a vulnerabilidade desses trabalhadores, agora não apenas em evidência, mas também agravada diante da covid-19. São trabalhadores que mesmo não regulamentados, ou até mesmo sob a égide da “semiformalida-



de”<sup>5</sup>, em dias comuns dependem estritamente da venda de mercadorias na rua para obter uma renda e que, frente a uma pandemia, se veem impossibilitados ou com dificuldades ainda maiores – como a ausência de consumidores e a necessidade de ficar em casa por ser ou ter alguém próximo do grupo de risco, por exemplo.

No centro da cidade de João Pessoa, alguns poucos vendedores continuam trabalhando. Como a estratégia é ficar em ruas movimentadas para que as pessoas visualizem seus produtos e a chance de compra seja maior, os pontos principais são justamente um hipermercado e uma agência da CEF. Neste último, as pessoas vêm formando filas gigantescas para a aquisição do auxílio emergencial. Ao conversar com um dos ambulantes, ele confessou que mesmo sendo diabético e hipertenso não aguenta mais ficar em casa, mas que “a coisa é séria”. Já outra ambulante, juntamente com sua família, conseguiu passar os primeiros dias em casa, mas agora tiveram que voltar a trabalhar.

Relatos como o da “feira do rolo” em Salvador e dos ambulantes do centro de João Pessoa só reafirmam a vulnerabilidade em que essas pessoas se encontram. O termo vulnerabilidade é polissêmico e pode ser interpretado a partir de diferentes perspectivas, mas aqui duas características apontadas por Castel (1998) são levadas em consideração, sendo elas a incerteza e o infortúnio, as quais acompanham as pessoas que se encontram em contextos de vulnerabilidade. Ser trabalhador enquanto vendedor ambulante frente a conjuntura que estamos vivendo é não saber como sobreviver nos próximos dias, com um conjunto de problemáticas que se somam ao financeiro e os deixam suscetíveis a todo e qualquer tipo de infortúnio.

Neste sentido, está em jogo não apenas morrer de fome, mas também de “corona”. São pessoas com histórias e sentimentos que estão se arriscando – na medida em que não cumprem o isolamento social – diária e diuturnamente para conseguirem atender suas necessidades básicas. Pode-se afirmar que é a ausência do Estado e a responsabilização individual dos direitos que acentua essa realidade. Ao passo em que exercer uma atividade remunerada, ou seja, trabalhar na sociedade contemporânea é

<sup>5</sup> Termo bastante utilizado para reconhecer que entre as categorias formal e informal há mesclagens e uma certa heterogeneidade da caracterização dos trabalhadores. Aqui com destaque para os vendedores ambulantes que mesmo trabalhando por conta própria, podem estar registrados e formalizados através de um banco de dados ou do pagamento de uma taxa ao órgão municipal, por exemplo. Sobre este assunto, ler Silva (2018).



uma prática não apenas necessária para viver, mas individual (FOUCAULT, 2008).

As transformações no modo de governo advindas com o neoliberalismo interferem diretamente nas relações de trabalho, seja com os seus princípios que agem diretamente no modo de governar se tratando do Estado, ou mesmo no cotidiano, nas relações de trabalho e de produção, não somente da mercadoria, mas agora da vida. Neste sentido, o “[...] efeito combinado é a geração de indivíduos extremamente isolados e desprotegidos em risco permanente de desenraizamento e de privação dos meios vitais básicos, completamente vulneráveis as vicissitudes do capital” (BROWN, 2018, p. 8).

O debate sobre trabalho informal no Brasil é relativamente recente, datado da década de 1970 – o que não significa sua inexistência antes desse período. É o caso dos vendedores ambulantes que, mesmo não sendo uma nova modalidade de trabalho e acompanhando tradicionalmente o desenvolvimento da sociedade capitalista, vem se reconfigurando e comportando mais trabalhadores, na medida em que há aumento do desemprego, ou mesmo da necessidade de uma renda complementar, diante da precarização das relações de trabalho que se atenuam nos últimos anos (CAVALCANTI, 1987; LIMA, 1996; ANTUNES, 2001).

Diante das reportagens e da observação em campo, é reafirmada a necessidade dessas pessoas terem uma renda advinda do comércio ambulante e que, sendo assim, precisam continuar trabalhando, apesar das recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) para o isolamento social e do Decreto do Auxílio Emergencial enquanto um benefício. A partir do exposto, partindo de autores clássicos, como os aqui referenciados, que debatem numa perspectiva macrossociológica, é possível problematizar a nível mais individual a situação dos vendedores ambulantes frente à pandemia da covid-19.

Vê-se, a partir das condições econômicas que lhe foram impostas, a acentuação dos contextos de vulnerabilidade. Quando pensamos em uma família que depende do trabalho para garantir seu meio de subsistência, percebemos a centralidade do trabalho e, mais que isso, que as relações de trabalho estão se modificando, sobretudo no que se refere à defasagem dos direitos e garantias trabalhistas, além das transformações sucessivas no modo de governo devido ao viés neoliberal aqui exposto. A





polêmica do “morre de corona ou morre de fome” é real e atinge diretamente esses trabalhadores, sendo perceptível que:

Em meio a tantas incertezas, uma certeza: enquanto persistirem estes padrões de desigualdade, são os trabalhadores, suas famílias e comunidades que vão sucumbir à COVID-19. Estão sendo empurrados a uma escolha perversa e mentirosa entre a atividade econômica, assegurando o alimento, ou o isolamento social, garantindo a sobrevivência. Mas, que economia se salva quando não há mais trabalhadores para fazê-la funcionar? O Brasil tornou-se laboratório de um experimento totalitário neoliberal. É preciso quebrar os padrões das desigualdades antes que nos quebrem! (MARTINS, 2020, p. 4)

A partir dessa afirmação, podemos perceber a dimensão da problemática social que perpassa a vida dessas pessoas. Estamos diante de uma crise não somente sanitária, mas também econômica, na qual os vendedores ambulantes são um dos grupos que saem mais prejudicados pois, além de não terem uma renda mínima garantida, estão inseridos em um contexto de responsabilização pelos seus direitos e garantias, não somente trabalhistas mas também sociais, que os acompanham em suas trajetórias de vida. Nesse momento, não cabe a afirmação de que “é um novo tempo”, que teremos de lidar com o “novo normal”, mas sim de problematizá-las a partir de quem irá “se encaixar” nas mesmas.

Fica evidente o quanto esses trabalhadores se encontram em um contexto de vulnerabilidade ampliado, diante da disseminação do vírus, se expondo – inclusive aqueles que fazem parte do grupo de risco ou possuem algum familiar em casa nesta situação – abertamente e sem uma alternativa secundária para tal, já que dependem do trabalho. É perceptível que as medidas estatais para minimizar os agravos se mostram ineficientes e potencializadoras dos riscos (a exemplo das filas para os saques dos benefícios assistenciais).

Juntamente com o “morre de corona ou morre de fome”, desde o início da pandemia também foi muito afirmado que “o vírus é democrático” e, com o isolamento social como principal estratégia para a prevenção, o lema da vez foi “fique em casa”. Mas como afirmar que “o vírus é democrático” se algumas pessoas estão mais suscetíveis ao passo que estão expostas diariamente para poderem adquirir uma renda? Como usar do imperativo “fique em casa” se há pessoas trabalhadoras que precisam trabalhar na rua todos os dias para conseguir seu sustento? São dilemas



que ultrapassam a dualidade e as oposições – aqui destacado o morrer de fome ou de coronavírus – e que precisam ser pensados no caso específico dos ambulantes.

Há ainda um conseqüente retrocesso econômico que também os afeta diretamente, como por exemplo, com a baixa das vendas, agravando ainda mais a desigualdade social e as disparidades de renda, que são dados pontuais para esse grupo de trabalhadores (CAVALCANTI, 1987). Diante de tal suscetibilidade o “morre de corona ou morre de fome” acaba sendo um risco dual e acentuado para os trabalhadores ambulantes.



## REFERÊNCIAS

AMBULANTES protestam após ação de fiscalização em feira popular de Salvador: “Se eu não vier não ganho nada”. **G1 Bahia**, 04 de maio de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/05/04/ambulantes-protestam-apos-acao-de-fiscalizacao-em-feira-popular-de-salvador-se-eu-nao-vier-nao-ganho-nada.ghtml>> Acesso em: 12 mai. 2020.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **A Cidadania Negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 35-50.

AQUINO, Vanessa; MONTEIRO, Natália. **Brasil confirma primeiro caso de doença**: Ministério da saúde confirmou o primeiro caso em São Paulo. Brasil: Ministério da Saúde Disponível em: <[saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus](http://saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus)> Acesso em: 10 de ago. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020**. Brasília: DF, Presidência da República, 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm)> Acesso em: 16 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.982 de 02 de abril de 2020**. Brasília: DF, Presidência da República, 2020. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>> Acesso em: 12 mai. 2020.

BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial**: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Rio de Janeiro: Zazie, 2018.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, vol 14, 2000, p. 153-174.

CAVALCANTI, Clóvis. O mercado do pequeno e a síndrome da informalidade: atividades informais e população de baixa renda no Nordeste. **Caderno de Estudos Sociais**, v. 3, n. 1, jan./jun. 1987, p. 65-74.

CASTELS, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CUT. **Com vendas em baixa, vendedores ambulantes sofrem para garantir sobrevivência**: sem receber auxílio emergencial, a maioria dos ambulantes não consegue vender nada e não conseguem dinheiro para pagar o aluguel. Muitos acabam indo morar na rua. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/com-vendas-em-baixa-vendedores-ambulantes-sofrem-para-garantir-sobrevivencia-fbcc>> Acesso em: 10 de ago. de 2020.

FOUCAULT, Michel. Aula de 14 de março de 1979. In: FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 297-328.

GIZZI, Jane Salvador de Bueno; MENDONÇA, Ricardo Nunes de. A crise do trabalho e o covid-19: o futuro não é mais como era antigamente. In: AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogério Dutra dos (org.) **Pandemias e pandemônio no Brasil**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.



IBIAPINA, Rosa. **Os “SEM SEM” no Brasil de pandemia COVID-19:** desenCPFsados Anônimos-Aparentes e o Auxílio Emergencial. Boletim Ciências Sociais e o Coronavírus - ANPOCS, 43, 19/05/2020. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2753-publicacoes/boletim-cientistas-sociais/2358-boletim-n-43-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>> Acesso em: 16 ago. 2020

LIMA, Jacob Carlos. **Trabalho, mercado e formação de classe:** estudo sobre operários fabris em Pernambuco. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1996.

MARTINS, Mônica Dias. **A pandemia expõe de forma escancarada a desigualdade social.** Boletim ciências sociais e o Coronavírus – ANPOCS, 51, 29/05/2020. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2373-boletim-n-51-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>> Acesso em: 12 de ago. 2020.

RIO DE JANEIRO cria cinturão para isolar região metropolitana da Covid-19. **Jornal Nacional:** exibição em 17 de março de 2020. Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/8407465/>> Acesso em: 12 mai. 2020.

ROCHA, Camilo. **Quais as principais falhas de acesso ao auxílio emergencial.** Nexo Jornal. Disponível em < <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/05/03/Quais-as-principais-falhas-de-acesso-ao-aux%C3%ADlio-emergencial>> Acesso em: 16 ago. 2020.

SALVADOR. **Lei nº 9515 de 30 de março de 2020.** Salvador-BH: Prefeitura de Salvador, 2020. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391996>> Acesso em: 12 mai. 2020.

SILVA, Sandro Pereira. Informalidade: “o que é e o que não pode ser que não é”. **Revista Radar: tecnologia, produção e comércio exterior.** IPEA, nº 55, fev./2018.

Recebido em: 21/05/2020

Aceito para publicação em: 04/08/2020





**SEGURAS EM SEUS LARES? UMA REFLEXÃO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A  
MULHER EM TEMPOS DE PANDEMIA**

***Safe in their homes? A reflection about violence against women in  
pandemic times***

D'Angelles Coutinho Vieira

Psicólogo/a e mestre em Psicologia Social.

Doutorando/a em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Email: [dangelles1@hotmail.com](mailto:dangelles1@hotmail.com)

Linderson Christian Sales de Oliveira

Psicólogo e mestrando em Computação, Comunicação e Artes pela UFPB.

Email: [lindersonch@gmail.com](mailto:lindersonch@gmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p.109-118, outubro 2020

ISSN 2447-9837

**RESUMO:**

O fenômeno da violência contra a mulher, no cenário brasileiro, ainda é bastante atual. Neste contexto de pandemia, com a proliferação do coronavírus (Sars-CoV-2), os órgãos de saúde buscam incentivar a permanência das pessoas em suas casas. Por outro lado, percebe-se que houve um aumento no número de casos de violência doméstica registrados, porque as pessoas passaram a estar mais frequentemente nos espaços domésticos. Ocorre, então, uma contradição: como seguir as medidas de distanciamento social quando o próprio ambiente doméstico oferece risco de violência? O espaço de proteção se torna, para as mulheres, um lugar de perigo. É nesta problemática que este artigo se insere, diante da qual buscamos fornecer algumas reflexões acerca da situação, pensando também na situação das mulheres negras, lésbicas, bissexuais e trans. Além disso, ponderando em nível de respostas diante do problema, apresentamos algumas estratégias de enfrentamento que vêm surgindo no Brasil tanto no âmbito público como privado.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Mulheres. Violência. Pandemia.

**ABSTRACT:**

The phenomenon of violence against women, in the Brazilian scenario, is still very present. In this pandemic context, with the proliferation of the coronavirus (SARS-CoV-2), health agencies encourage people to stay in their homes. On the other hand, it is noticed that there was an increase in the number of registered cases of domestic violence, because people started to be more often in domestic spaces. A contradiction then arises: how to follow measures of social distance when the domestic environment itself poses a risk of violence? The protection space becomes a place of danger for women. It is around this problem that this article is inserted, in which we seek to provide some reflections about the situation, thinking also about black, lesbian, bisexual and trans women. In addition, pondering the level of responses to the problem, we present some coping strategies that have been emerging in Brazil both in public and private context.

**KEYWORDS:**

Women. Violence. Pandemic.



O contexto atual de pandemia, que surgiu devido à proliferação do coronavírus (SARS-CoV-2), provocou profundas mudanças na maneira que pessoas e sociedades se organizam. Estratégias governamentais para o controle de transmissão do vírus envolvem promover o distanciamento social através da restrição de serviços disponíveis para a sociedade, bem como fortalecer os serviços de saúde para que seja possível lidar com as demandas crescentes e evitar um possível colapso (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS, 2020).

Dentro deste contexto uma saída protetiva é o confinamento dentro das casas, não somente porque com isso é possível cumprir com as medidas de distanciamento social, mas porque esses espaços representam segurança para nós. O espaço da “casa” ou do “lar”, que configura o ambiente doméstico, atenderia à função de abrigo do corpo. Com a revolução industrial esses espaços atendiam a necessidades majoritariamente funcionais; na medida em que pessoas trabalhavam nas indústrias surgiu a necessidade de haver um lugar para que elas pudessem descansar. Porém, esse espaço atende, atualmente, muito mais do que a um aspecto funcional, ele também configura um lugar de refúgio e cuidado (GONÇALVES, 2014).

Faz sentido, por essa linha de raciocínio, entender que o distanciamento social provoque uma maior permanência nesse espaço doméstico, no entanto, para muitas pessoas isso possui outros significados. Se antes se considerava que a violência estaria presente na figura do delinquente que permeia por espaços públicos considerados perigosos, como numa rua escura, agora se percebe que os perpetradores dessa violência podem possuir rostos familiares. Se antes a violência era percebida como um fenômeno próprio do espaço público, que ocorre fora do ambiente doméstico, percebe-se agora que ela também pode aparecer nos espaços privados do lar (DAY et al., 2003; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020). Surge uma contradição: o espaço doméstico representa, ao mesmo tempo, refúgio e perigo. Sendo assim, dentro do atual contexto da pandemia, como lidar com a necessidade de permanecer nesse ambiente doméstico que também se configura como perigoso? Neste breve ensaio buscamos fornecer algumas reflexões acerca do assunto.

Os dados coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) nos meses de março e abril de 2020 indicam um aumento, se comparado com o mesmo



período em 2019, no número de casos de feminicídio e de denúncias realizadas por meio do número 190 em mais de um dos estados da federação. Em contrapartida, houve queda nos registros de Boletins de Ocorrência e também na concessão de Medidas Protetivas de Urgência em pelo menos três estados. Dentro do universo das redes sociais, especificamente no *Twitter*, foi observado um aumento de 431% nos relatos que indicavam diretamente situações de violência doméstica e familiar contra a mulher<sup>1</sup>, geralmente publicados por vizinhos entre 20h e 3h da manhã. Esses dados refletem as condições atuais em que se encontram as mulheres. Elas se veem obrigadas a passarem mais tempo com seus agressores, sem grandes possibilidades de saírem de casa para fazerem denúncias, dado o contexto de distanciamento social, e de poder realizar a denúncia dentro de casa, pois é onde se encontram os agressores (FBSP, 2020).

As características típicas dos parceiros que perpetraram as agressões intensificam a condição de perigo que essas mulheres vivenciam dentro de casa. Alguns estudos (DRESCH, 2011; LEITE et al., 2019) apontam que esses agressores normalmente fazem uso de bebidas alcoólicas, possuem perfil controlador e tendem a recusar o uso de preservativos nas relações sexuais. Também há uma relação entre escolaridade e ocupação profissional e as agressões. Este último, inclusive, comumente utilizado como justificativa para minimização da violência, na medida em que o homem se vê como único provedor da família. Entendendo que existe uma relação entre classe social e raça no Brasil, apontada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011), e compreendendo ambas como sendo co-constitutivas da variável gênero, perguntamo-nos: como essa situação de distanciamento social está sendo vivenciada pelas mulheres negras que são vítimas de violência familiar e doméstica? Dado que o Ipea (2011) aponta para o fato de que essas mulheres estão na porção mais desvalorizada em termos de ocupação e salário no Brasil, que condições de estabilidade financeira e de acesso às políticas públicas elas possuem para concretizar um enfrentamento da situação de violência? Almeida e Pereira (2012) apontam que geralmente a violência familiar e doméstica contra a mulher negra é invisibilizada pe-

---

<sup>1</sup> De acordo com a Lei Maria da Penha, em seu artigo 5º: “(...) configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.” (BRASIL, 2006).





rante as políticas de enfrentamento.

Analisando um pouco mais a fundo o espectro da experiência humana, mas sem vista de terminá-la nestas breves páginas, atemo-nos também ao caso das mulheres lésbicas, bissexuais e trans<sup>2</sup>. Questões específicas, também frequentemente invisibilizadas, atravessam esses grupos, como a homofobia e bifobia internalizada nas relações conjugais (SANTOS, 2012). A comunidade LGBTQIA+ sofre preconceito e discriminação em diversas esferas sociais, incluindo o ambiente familiar e doméstico. Além disso, esse grupo é mais vulnerável ao coronavírus dados os índices mais elevados de tabagismo e câncer, contudo este grupo não dispõe de um sistema de saúde preparado para lhes receber com respeito (NATIONAL LGBT CANCER NETWORK, 2020). Como ficar em casa diante de experiências de sofrimento psíquico? A que serviços podem recorrer, uma vez que neles é possível encontrar mais preconceito?

É interessante salientar, para além do que foi exposto, que essa realidade descrita se materializa no Brasil, que de acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2016) é o quinto país do mundo em termos de feminicídio. Os dados até aqui descritos nos fazem refletir sobre um contexto histórico e sociocultural de violência doméstica e familiar contra as mulheres anterior ao distanciamento social imposto pela pandemia. Assim, entende-se que essas violências são multifacetadas e diversas, perpassando por questões econômicas, sociais, étnicas, geográficas, relacionais, físicas, emocionais, psicológicas, entre outras. Partindo de um olhar antropológico, também pensamos a respeito de como a instituição família contribui para o surgimento desse fenômeno e também sua intensificação, visto que por meio dela se constroem identidades, valores, afetos, cidadania (NEVES; ROMANELLI, 2006).

É importante se ater ao fato de que a família enquanto estrutura social é também perpetuadora de práticas, costumes e valores que estão no cerne da sociedade e da cultura na qual os indivíduos que a compõem estão inseridos (BOURDIEU, 1996). Essa relação entre a constituição da família e as práticas machistas e consequentemente misóginas pode ser vislumbrada nas autoras Rubin (1993) e Piscitelli (1998). Minayo (2005) chama a atenção para o machismo e sua estreita relação com a violência, que produz consequências para os próprios homens e principalmente para as

---

<sup>2</sup> Transgêneros e transexuais.

mulheres, discorrendo que este fenômeno surge no discurso desses homens agressores como “atos corretivos”, numa lógica patriarcal da mulher enquanto subjugada e obediente ao homem.

Diante desse cenário atípico da pandemia e do contexto de violência doméstica e familiar ao qual as mulheres estão expostas, surgem no Brasil diversas iniciativas na internet e nas redes sociais que procuram estimular e incentivar que essas mulheres, enclausuradas com seus violentadores, busquem denunciar e pôr fim ao contexto de violência vivenciado. Essas campanhas também estimulam que vizinhos e pessoas próximas denunciem potenciais agressões observadas a partir de seus lares/apartamentos. Campanhas estas que surgem a partir de uma luta e iniciativa de Organizações Não-Governamentais (ONGs), do Governo Federal, por meio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Brasil (MMFDH), e de grandes empresas, principalmente as que possuem como consumidoras majoritárias as mulheres. Tratam-se de iniciativas que podem salvar a vida de mulheres brasileiras, ainda que possa haver interesses financeiros na atividade de empresas.

Nesse contexto observamos que são diversos os modos de construção dessas campanhas veiculadas por meio das redes sociais, bem como das *hashtags*<sup>3</sup> difundidas conjuntamente a estas. A campanha visual veiculada pelo Governo Federal e de seu Ministério da Cidadania em conjunto com o MMFDH caracteriza-se por uma imagem na qual muda apenas a figura humana (alternando entre uma mulher, um idoso, um adolescente e uma jovem com síndrome de *down*) segurando uma placa/papel com os dizeres: “Estou em casa 24 horas com quem me agride”, trazendo como *hashtags*: #Denuncieviolênciadoméstica #GovernoFederal #MMFDH.

Em paralelo, a campanha veiculada pela ONG Instituto Maria da Penha (2020) aborda especificamente a violência doméstica e familiar contra a mulher. Trata-se de uma vídeocampanha fictícia, denominada Campanha *Call*, que retrata a situação de Carla, uma mulher que sofreu violência de seu cônjuge e que consegue pedir ajuda

---

<sup>3</sup> *Hashtag* é uma palavra ou conjunto de palavras interligadas que são precedidas de um # (*hash*, em inglês), usadas em serviços de redes sociais como o *Twitter*, *Google+*, *Instagram* e *Facebook*, e que são formadas por uma lógica própria que permite combinações ilimitadas. Uma mesma *hashtag*, indicada em mensagens nessas e em outras redes sociais, agrupa as informações de todas as postagens, funcionando como uma etiqueta que as classifica (*tag*, em inglês) e que permite serem acessadas a partir de um clique (COSTA-MOURA, 2014).



para uma colega de trabalho em meio a uma vídeochamada realizada com a equipe de trabalho. Essa campanha também mostra a importância do processo de sororidade e de como este pode ser importante na luta contra as violências vivenciadas pelas mulheres; outro ponto a destacar sobre a campanha é a seguinte frase veiculada conjuntamente: “A violência doméstica teve um aumento de até 50% em alguns Estados durante o confinamento. Preste atenção nos sinais. Alguém pode estar precisando de você.”<sup>4</sup>

A partir do vídeo veiculado pela ONG, tal como na frase central da campanha do MMFDH, é possível refletir sobre o questionamento levantado inicialmente nesse ensaio, ambos destoando completamente da ideia de “estar em casa, estar em segurança”. Essas campanhas evidenciam que o estar em casa para essas mulheres não representa um local de segurança, mas sim um lugar de perigo constante, tanto quanto é o estar fora desse local em meio a uma pandemia. Neste caso específico das mulheres e de diversas outras pessoas suscetíveis a sofrer episódios de violência doméstica e familiar, a noção de estar seguro em casa tornar-se uma falácia.

É válido citar, também, a campanha de ajuda a vítimas de violência doméstica lançada pelo Conselho Nacional de Justiça e pela associação dos Magistrados Brasileiros. Intitulada Sinal Vermelho, a campanha incentiva a mulheres em situação de violência a solicitarem ajuda nas farmácias do país. Ao fazer um X na palma de sua mão, a mulher indica a farmácia que está em perigo e, então, o atendente pode, de modo silencioso e discreto, ligar para o 190 para prestar o auxílio necessário (CNJ, 2020).

Seguindo a premissa das campanhas citadas anteriormente, algumas empresas privadas abraçaram a luta contra a violência a mulher, tais como: Instituto Avon, Natura, *The Body Shop* e Magazine Luiza. Por meio de campanhas publicitárias em suas redes sociais, as empresas utilizam principalmente frases de impacto e *hashtags* como: “Você pode cuidar da sua vida. E da sua vizinha também”; “Ao invés de ser a vizinha que só vê, seja a que cuida”, bem como as *hashtags*: #IsoladasSimSozinhasNão #VizinhaVocêNãoEstáSozinha #EuMetoAColherSim. Essas empresas buscam uma sensibilização e até empatia, principalmente de mulheres que podem presenciar tais

---

<sup>4</sup> Link de acesso à campanha Call: <https://youtu.be/A6CslhHgTrA>



tipos de violências. Além disso, uma das empresas citadas fornece um espaço para denúncia, frente a situações de violência, dentro do seu aplicativo de compras online.

Observa-se aqui que as propostas descritas acima buscam desmistificar e até invalidar determinadas crenças populares existentes em nossa cultura, principalmente as relacionadas com os dizeres “Em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Buscando promover empatia, essas campanhas estimulam a denúncia, apostando principalmente na sororidade como forma para tal e concedendo alternativas discretas de denúncia para essas mulheres, pois como dito anteriormente aqui, o perfil de seus agressores tende a ser controlador, podendo dificultar a efetivação da denúncia.

Analisando as campanhas citadas, percebe-se que um dos objetivos base é mostrar apoio às mulheres que podem estar vivenciando uma violência. Por estarem isoladas num contexto de pandemia, essas mulheres podem se sentir sozinhas e/ou sem amparo por estarem em convívio praticamente ininterrupto com seus agressores. Iniciativas como essa são extremamente importantes dentro da atual conjuntura.

Fica evidente que a presença do coronavírus mudou de maneira significativa nossas vidas. Estamos diante de vários desafios que se interpõem e que são produto não somente da chegada de um novo vírus, mas também de como as próprias sociedades se organizam em termos políticos, econômicos, sociais e culturais. Muitos desses desafios não são necessariamente inéditos, eles apenas ficaram em maior evidência.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tânia Mara Campos; PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Violência doméstica e familiar contra mulheres pretas e pardas no Brasil: reflexões pela ótica dos estudos feministas Latino-Americanos. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, v. 2, n. 2, p. 42-63, dez. 2012. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/21941/12030>>. Acesso em: 28 maio 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996. ISBN: 85-308-0393-0.

BRASIL. Lei N.º 11.340, de 7 de Agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 08 ago. 2006, Seção IV, p. 1.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Sinal Vermelho: CNJ lança campanha de ajuda a vítimas de violência doméstica na pandemia**. Disponível em < [www.cnj.jus.br/sinal-vermelho-cnj-lanca-campanha-de-ajuda-a-vitimas-de-violencia-domestica-na-pandemia/](http://www.cnj.jus.br/sinal-vermelho-cnj-lanca-campanha-de-ajuda-a-vitimas-de-violencia-domestica-na-pandemia/)>. Acesso em: 17 set. 2020.

COSTA-MOURA, Fernanda. Proliferação das #hashtags: a lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos. *Ágora*, v. XVII, n. especial, p. 141-158, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/agora/v17nspe/12.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2020.

DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista Psiquiatr**, v. 25, n. 1, p 9-21, 2003. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1>>. Acesso em: 28 maio 2020.

DRESCH, Gabriela. **Violência perpetrada contra a mulher pelo seu parceiro íntimo: uma análise sobre os estudos empíricos na realidade brasileira**. 2011. 28 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19**. 2020. Disponível em < <http://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2020.

GONÇALVES, Maria Teresinha. Habitar. A casa como contingência da condição humana. **Revista invi**, v. 29, n. 80, p 83-108, maio 2014. Disponível em: < <https://scielo.conicyt.cl/pdf/invi/v29n80/arto4.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipea. **Retrato das desigualdades de Gênero e Raça**. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 28 maio. 2020.



INSTITUTO MARIA DA PENHA. Campanha Call - Instituto Maria da Penha. **Publicado pelo canal Instituto Maria da Penha**. 2020. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=A6CslhHgTrA>>. Acesso em: 26 maio. 2020.

LEITE, Franciéle Marabotti Costa; LUIS, Mayara Alves; AMORIM, Maria Helena Costa; GIGANTE, Denise Petrucci. Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, p. 1-14, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v22/1980-5497-rbepid-22-e190056.pdf>>. Acesso em: 28 maio. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 23-26, 2005. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a03cv10n1.pdf>>. Acesso em: 30 maio. 2020.

NATIONAL LGBT CANCER NETWORK. **Open Letter about coronavirus and the LGBTQ+ communities: over 100 organizations ask media & health officials to weigh added risk**. 2020. Disponível em <<https://cancer-network.org/wp-content/uploads/2020/03/Press-Release-Open-Letter-LGBTQ-Covid19-1-2.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2020.

NEVES, Anamaria Silva; ROMANELLI, Geraldo. A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar. **Estudos de Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 299-306, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n3/v23n3a09.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Operational guidance for maintaining essential health services during an outbreak: interim guidance**. 2020. Disponível em <[http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331561/WHO-2019-nCoV-essential\\_health\\_services-2020.1-eng.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331561/WHO-2019-nCoV-essential_health_services-2020.1-eng.pdf)>. Acesso em: 26 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução**. 2017 Disponível em <<https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>>. Acesso em: 28 maio 2020.

PISCITELLI, Adriana. Nas Fronteiras do Natural: gênero e parentesco. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 305, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12010/11296>>. Acesso em: 30 maio 2020.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993.

SANTOS, Ana Cristina. ‘Entre duas mulheres isso não acontece’ - Um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica. **Revista Crítica de Ciências sociais**, v. 98, p. 3-24, 2012. Disponível em <<https://journals.openedition.org/rccs/pdf/4988>>. Acesso em: 30 maio 2020.

Recebido em: 31/05/2020

Aprovado para publicação em: 29/08/2020





**SOBRE AS POLÍTICAS DA ANGÚSTIA**

***On the policies of anguish***

Alef de Oliveira Lima

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGAS/UFRGS. Bolsista CNPq, Brasil.

Email: [aleflimaufrgs@gmail.com](mailto:aleflimaufrgs@gmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p.119-125, outubro 2020

ISSN 2447-9837

**RESUMO:**

O presente ensaio tem uma proposta teórica voltada para as políticas da angústia, uma maneira encontrada pelo autor para designar uma série de questionamentos e urgências sociais vivenciados pelas Pessoas Trans, no decorrer da pandemia de covid-19. Portanto, esse texto examina algumas emoções e depoimentos com o intuito de apreender as experiências politicamente angustiantes que atravessam o período de isolamento social. De modo geral, essas sentimentalidades são lidas com atributos sociais e somáticos que refratam uma determinada situação sociopolítica do Brasil contemporâneo. Metodologicamente retiro os depoimentos das minhas vivências enquanto professor de sociologia, e por um acaso, etnógrafo em um Coletivo de Educação Popular voltado para Pessoas Trans em Porto Alegre/RS. Assim, proponho como reflexão as dimensões da ansiedade e da temporalidade na forma de marcadores das experiências dos discentes Trans que acompanho.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Angústia. Temporalidade. Conjuntura. Etnografia.

**ABSTRACT:**

This essay has a theoretical proposal focused on the politics of anguish, a way found by the author to designate a series of questions and social urgencies experienced by Trans People, during the covid-19 Pandemic. Therefore, this text examines some emotions and statements in order to understand the politically distressing experiences that go through the period of social isolation. In general, these sentimentalities are read with social and somatic attributes that refract a determined socio-political situation in contemporary Brazil. Methodologically I withdraw the testimonies of my experiences as a professor of sociology, and by chance, ethnographer in a Collective of Popular Education aimed at Trans People in Porto Alegre / RS. Thus, I propose as a reflection the dimensions of anxiety and temporality in the form of markers of the experiences of Trans students that I follow.

**KEYWORDS:**

Anguish. Temporality. Conjuncture. Ethnography.





## INTRODUÇÃO

Gostaria de começar este ensaio confessando seu caráter fragmentário. Não por um desejo de que o texto em si fosse assim, mas pelo efeito das minhas próprias experiências que fornecem a matéria da qual retiro as considerações que quero compartilhar. Eu sou doutorando em Antropologia Social (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e venho atuando no campo da Antropologia da Educação e da Aprendizagem, tendo como foco empírico as iniciativas políticas e pedagógicas de coletivos de Pessoas Trans<sup>1</sup> que se insurgiram pelo Brasil a partir de 2015. Esses coletivos visam auxiliar o ingresso da população Trans no ensino superior e também na conclusão das etapas finais da educação básica. Seu escopo e sua organização se filiam a uma Educação Popular baseada na ação de voluntários que organizam cursinhos populares vinculados a alguns projetos de extensão de instituições superiores. Dois deles acompanho mais de perto (não tanto agora): o TransEnem/POA (no caso desse coletivo, particularmente, além de pesquisador eu atuo como voluntário na condição de professor de sociologia) e o TransPassando/FOR.

Não é preciso muito para dizer que a quarentena e o isolamento frustraram seriamente as iniciativas e sua atuação em diversos aspectos: logísticos, pedagógicos, organizacionais. Várias medidas foram tomadas; começamos com tutoriais individuais, vídeo-aulas, atividades no *Google Classroom*, exercícios de leitura. Mas a adesão era silenciosa, tímida, quase inexistente. Em 20 de abril de 2020 ministrei uma aula bem específica para alguns estudantes tentando perspectivar sociologicamente o que estávamos vivendo: abordar a quarentena como um fenômeno social. Bem, obtive um conjunto de respostas esmagadoramente angustiadas (ou na terminologia contemporânea, ansiosas). Do que se tratavam o que descreviam as emoções dessas/as estudantes é matéria prima do texto que se segue.

---

<sup>1</sup> Pessoas Trans no maiúsculo tem uma conotação política, compreensível para marcar tanto sua existência enquanto sujeitos de direito, quanto sua singularidade e seu direito a diferença. O termo no geral é utilizado na forma de um guarda-chuva para fazer menção a indivíduos cujas as identidades de gênero estão ou são questionadas de variados modos: ético, político, corporal e simbólico.



## A ANGÚSTIA NA DESIGUALDADE

[...]vocábulo angústia significa primeiramente estreiteza, limite, redução, restrição, significantes que expressam com clareza as sensações que acometem um sujeito angustiado: aperto, sufocação, vertigem. Por esse motivo, não é raro encontrarmos nos relatos de sujeitos angustiadados uma referência à necessidade imperiosa de sair à rua, andar do lado de fora da casa, tomar ar fresco, caminhar a ermo, eventualmente correr. (POLLO; CHIABI, 2013, p. 138)

O recorte da realidade das Pessoas Trans no Brasil é tomado por violências sutis ou explícitas, que variam de um olhar de rejeição ao espancamento ou assassinato frio. De certa maneira, o isolamento social como prática preventiva e de sobrevivência já vem sendo tacitamente posto em prática por essa população. O que se agrava na quarentena é a potencialização de uma angústia tomada frente à desigualdade de condições – não apenas materiais (resistir os três meses com o auxílio emergencial), mas subjetivas mesmo. É preciso, nesse sentido, situar a experiência da pandemia em uma conjuntura sociopolítica hostil à existência das Pessoas Trans. Se exercita no contexto da crise sanitária uma espécie de pânico ideologicamente orientado, entranhado na administração governamental bolsonarista, que afeta profundamente as pessoas transgêneros. Não por serem privilegiadas pelo discurso “anti-gênero”, e sim, por se constituírem como grupo cuja vulnerabilidade passa pelo apagamento.

Na referida aula, perguntei aos estudantes como se sentiam e quais emoções o isolamento estava gerando. A maioria dos comentários à minha pergunta foi desvelando uma condição subjetiva (ou um modo de subjetivação) em que a angústia se caracterizava na forma de uma resistência implicitamente tomada em vários direcionamentos. Alguns diziam sentir raiva – raiva de si mesmos, raiva do momento, raiva pela falta de dinheiro; outros explicitavam essa mesma fúria por uma “sensação de inutilidade” frente às dificuldades financeiras pelas quais a família atravessava ou mesmo a ausência de uma família para atravessar a crise. Todas as respostas citavam a ansiedade como algo inerente à pandemia – todos/as estavam ansiosos, angustiadados.

Tal retrato emocional me fez pensar sobre a micropolítica das emoções, conceito derivado da abordagem foucaultiana pelas antropólogas Lila Abu-Lughod e Catherine Lutz (1990). Para as autoras, falar de um discurso emocional é pensar por



quais modos as emoções agenciam dimensões políticas em níveis de subjetivação, velados, quase imperceptíveis, do contexto macrosocial. A questão, segundo elas, é pensar: o que as emoções fazem agir, o que despertam nos sujeitos enquanto uma experiência social vivida no recorte subjetivo singular? O retrato dos depoimentos que os/as discentes fizeram ao exercício demonstrava esse compartilhamento e suas torções individuais – critérios de classe, raça, identidade de gênero e mesmo idade estavam subentendidos nas respostas. O que chamo de *políticas da angústia* é justamente a pressão social/simbólica somatizada nesses sujeitos em um contexto de luto e dor, que faz com que suas existências sejam duplamente refletidas: refletidas enquanto um critério de vida precária (ver: BUTLER, 2004) em meio à crise e também no limite de sua saúde mental. Assim, essas políticas não refratam apenas um Eu íntimo afetado pela saúde, mas um indivíduo enlutado na luta de uma conjuntura política.

## TEMPORALIDADES

O enquadramento temporal desse momento também não poderia ser deixado de lado. Nos comentários da pergunta, um aspecto de “ansiedade” ficava latente. A questão colocada pelos/pelas estudantes girava numa espécie de excesso de tempo: demora, esperança, espera eram termos recorrentes, como se a pandemia retardasse suas percepções temporais. Havia, nesse sentido da experiência com o tempo uma dimensão em que a angústia supracitada também era aludida como em uma vivência do tempo mediada pela crise – pelos efeitos da mesma em traços variados ou com graus de profundidade diferenciados. A antropóloga Maria José A. de Abreu, no texto *Technological indeterminacy: Medium, threat, temporality* (2013), produz com grande acuidade uma leitura antropológica das mediações tecnológicas que se somam a uma nova sensibilidade cultural em que a agência humana e as causações históricas e naturais são ultrapassadas por uma saturação de relações tecnologicamente “determinadas”.

A despeito da leitura de Abreu sobre um “determinismo tecnológico”, é possível identificar ganchos com o atual momento por dois critérios: 1) o texto aponta a re-



lação singular entre tempo e tecnologia, que se avoluma de modo veloz; 2) essa sensibilidade é acompanhada de um critério de risco societário e ambiental. Do mesmo ângulo enxergo que os depoimentos dos/das estudantes sintetizam uma preocupação semelhante, mas sem o rebuscamento teórico da antropóloga. Trata-se de perceber um tempo afetado pela crise e vivenciado ansiosamente já mediado por uma infraestrutura tecnológica que nem sempre atende as expectativas. Muitos estudantes relataram as dificuldades de construir uma rotina de aprendizagem suficientemente estruturada para se dedicar aos estudos. Diante dessa informação é necessário reafirmar que os impactos tecnológicos ou uso das redes sociais, dos smartphones ou notebooks não se realize sem as mínimas condições somático-emocionais em que o aproveitamento seja possível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentei de forma breve compartilhar alguns pontos da experiência de uma aula de sociologia em tempos de pandemia junto com Pessoas Trans, que acabam vivenciando de forma desigual uma realidade de crise temporal e emocionalmente angustiante. A perspectiva que esbocei de certo não faz jus à complexidade pela qual estamos passando enquanto sujeitos, cidadãos e pesquisadores/as. Entretanto é preciso apontar que esses enquadramentos de aspectos podem guiar discussões muito mais amplas. Provavelmente será necessário esfriar a cabeça, deixar a ansiedade sob controle, examinar as condições sociopolíticas que geram as interfaces do isolamento social no Brasil para se ter uma análise mais precisa do que sentimos e porque sentimos.

De todo o modo, deixar em evidência que a quarentena vem acompanhada do recrudescimento das desigualdades, da precarização de mais vidas (já precárias por outros critérios) se mostra necessário. É sobre não permitir que algo passe despercebido – o mundo pós-pandêmico vai se mostrar enquanto uma rede somatória de diferentes temporalidades e angústias, porque, factualmente, haverá uma decalagem de percepções sobre o que foi a Quarentena de 2020 como fenômeno histórico, mas, acima de tudo pelo fato de que o isolamento nunca foi uma experiência simétrica.



## REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine (Ed.). **Language and the politics of emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, 238p. (Series: Studies in emotion of social interaction – Cambridge University Press)

ABREU, Maria José A. Technological indeterminacy: Medium, threat, temporality. Amsterdam, **Anthropological Theory**, v. 13, n. 3, p. 267-284, sept. 2013. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1463499613492093>>. Acesso em 13 de mai. 2019.

BUTLER, Judith. **Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence**. London: Verso, 2004.

POLLO, Vera; CHIABI, Sandra. A angústia: conceito e fenômenos. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 4, n.1, p. 136-154, jun. 2013. Disponível em:<<http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/issue/view/121>>. Acesso em 19 de jan. 2019.

Recebido em: 01/06/2020

Aceito para publicação em: 28/08/2020





**O VELHO INVISÍVEL E A PANDEMIA POR COVID-19 NO BRASIL**

***The invisible old man and the COVID-19 pandemic in Brazil***

Débora Pires Teixeira

Doutora em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa e professora adjunta da  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Email: [deborapite@gmail.com](mailto:deborapite@gmail.com) / [deborapires@ufrjr.br](mailto:deborapires@ufrjr.br)

Rita de Cássia Pereira Farias

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas e professora adjunta da  
Universidade Federal de Viçosa.

Email: [farias.rcp@gmail.com](mailto:farias.rcp@gmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p.126-133, outubro 2020

ISSN 2447-9837

**RESUMO:**

O presente ensaio tem como objetivo provocar a reflexão em torno da velhice em nossa sociedade, especificamente no que se diz respeito à invisibilidade dos velhos, condição potencializada pelo contexto pandêmico no qual estamos imersos. A exclusão, o desejo pelo ostracismo social, a ridicularização, a violência e os preconceitos que os velhos enfrentam cotidianamente se fazem presentes nos discursos políticos, econômicos e sanitários, bem como se tornam temas de piadas, vídeos e memes de internet durante a pandemia por covid-19. Tais ações evidenciam a prevalência do idadismo e mostram o desrespeito as legislações específicas direcionadas a esse público.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Covid-19. Pandemia. Velhice. Invisibilidade.

**ABSTRACT:**

The objective of this essay is to provoke reflection on old age in our society, specifically with regard to the invisibility of the elderly, a condition enhanced by the pandemic context in which we are immersed. Exclusion, the desire for social ostracism, ridicule, violence and prejudices that old people face daily are present in political, economic and health discourses, as well as becoming the subject of jokes, videos and internet memes during the pandemic Covid-19. Such actions show the prevalence of ageism and show disrespect for specific legislation aimed at this audience.

**KEYWORDS:**

Covid-19. Pandemic. Aged. Invisibility.



A covid-19 é uma doença respiratória aguda que foi identificada pela primeira vez em Wuhan, na China. Sua rápida expansão fez com que a Organização Mundial da Saúde (OMS) a caracterizasse, em 11 de março de 2020, como uma pandemia.

Até o dia 21 de setembro de 2020, segundo dados da OMS, o Brasil aparecia nas estatísticas como terceiro país com maior número de acometidos pela doença no mundo, totalizando 4.528.240 casos e 136.532 mortes. Dentre o grupo de risco, estão os adultos com mais de 60 anos e as pessoas com doenças pré-existentes, como as cardiopatias, a obesidade e a diabetes.

No Brasil, a doença surgiu com o rótulo de “doença de velho”, dada a elevada mortalidade entre sujeitos das faixas etárias mais avançadas (ARANTES, 2020). No entanto, dados mundiais sobre a letalidade da covid-19 mostram que a doença não acomete e mata apenas os velhos. Crianças, adolescentes, jovens e adultos, com ou sem comorbidades, estão entre as suas vítimas.

Dados demográficos sobre a mortalidade da covid-19, no Brasil, revelam que a relação entre o envelhecimento populacional e a vulnerabilidade à pandemia não é simples e direta como se tem divulgado. Até o mês de maio de 2020, a região Sul (a mais envelhecida do país), apresentava menor proporção de óbitos pela doença, enquanto a região Norte (a mais rejuvenescida) tinha um coeficiente de incidência de óbitos superior ao coeficiente da região Centro-Oeste, que é mais envelhecida (ALVES, 2020). Concomitantemente, em todo o mundo, entre os recuperados, também se encontram longevos, incluindo centenários, como a inglesa Connie Titchen, de 106 anos, a italiana Italice Grondona, de 102, a carioca Nair Torres, de 101 anos, entre outros.

Mesmo diante dessa conjuntura, circulam na mídia e hipermídia discursos preconceituosos e desrespeitosos sobre a situação dos velhos frente à pandemia, advindos de diferentes esferas, que incluem políticos, empresários e a sociedade em geral.

No âmbito político, em nível federal, no pronunciamento presidencial oficial do dia 24 de março de 2020, que foi transmitido para todo o país via rádio e televisão, o presidente se referiu à pandemia como “gripezinha” ou “resfriadinho”, com o argumento da preservação do bom funcionamento da economia brasileira, da manutenção dos empregos, do “sustento das famílias” e volta à “normalidade”. Também





recebeu defesa a adoção do chamado isolamento vertical, segundo o qual somente os grupos de risco ficariam isolados, nesse caso, as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Segundo ele, é quase nulo o índice de mortalidade entre as pessoas com menos de quarenta anos sãs. A fala de empresários, preocupados com as perdas financeiras decorrentes do isolamento social, também caminhou nesse sentido.

Em nível municipal, prefeituras de localidades buscaram a aprovação da suspensão da gratuidade de idosos no transporte público, como se apenas esse grupo fosse o vetor da doença. Em alguns casos, a interrupção sugerida devia se dar no horário de pico, a exemplo das cidades de Santo André/SP, Belo Horizonte/MG e Caxias do Sul/RS.

No âmbito da saúde, frente à escassez de condições de tratamento adequadas disponíveis a toda a população brasileira, fica evidente a existência de uma política que mostra a face perigosa do governo neoliberal, na qual, em nome da maximização de recursos econômicos destinados à saúde, determina-se quem deve morrer, nesse caso, os idosos.

Nas grandes mídias, repórteres, em suas transmissões ao vivo, repreendem os velhos nas ruas, sem considerar os motivos que os levaram a abandonar o isolamento social ou ouvir seus desejos. Essa repreensão também foi verificada em nível doméstico. Nas redes sociais circulam diversos vídeos caseiros sobre velhos trancados em casa, contra a sua vontade; outros mostram velhos tentando fugir, todos eles com intuito de provocar risos em quem os assistia e ridicularizar os velhos. Também foi recorrente a circulação de reportagens, vídeos, charges e “memes de Internet” sobre o chamado “caminhão *cata veio*”, em alusão ao “homem do saco” presente no universo infantil, um modo pejorativo de tratamento dos mais velhos, baseado na ridicularização e na infantilização da velhice.

O preconceito contra uma pessoa ou grupo baseado na idade é chamado de idadeísmo (*ageism*) que, de acordo com Castro (2017, p.40), “é uma forma ainda pouco discutida de preconceito, que ocasiona a discriminação e contribui para a marginalização e eventual exclusão social dos mais velhos”. Goldenberg (2020) recusa o uso dos termos ageísmo, idadeísmo, gerontofobia, por considerá-los eufemismos, tal com idoso, terceira idade, melhor idade etc. Segundo a autora, que opta pelo termo “ve-



lhofobia”, mudar a palavra não acaba a situação de violência, discriminação e preconceito que os mais velhos sofrem diariamente.

O humor centrado no idadismo - que surge no formato atual de charges, “memes” de Internet e piadas - não é um fato recente. Em *A velhice*, Beauvoir (1976, p.126) considerou que, desde a Grécia Antiga, a velhice constituía um recurso cômico para alguns autores de comédia, como Aristófanes. Seus textos ridicularizavam a velhice e retratavam o velho como “inválido, caduco, semimorto, aquele que suscita risos e não piedade ou horror”. Ademais, a lubricidade dos velhos foi um tema incansavelmente explorado no decorrer dos séculos, especialmente pelo teatro cômico.

Para Beauvoir (1976, p.120), o adulto rejeita e teme a velhice, “odeia na pessoa do velho sua própria condição futura e repudia-a através do riso”, na certeza de que “que jamais se assemelhará ao personagem grotesco que está em movimento no palco”. De acordo com Berzins e Mercadante (2012), as piadas que ridicularizam a condição do velho segregam e reforçam atributos negativos quanto à velhice, afastando esses sujeitos da vida social.

De forma geral, a permanência de tais discursos expõe uma fratura social marcada pela invisibilidade do velho e pelos preconceitos etários em nossa sociedade. São essas representações negativas da velhice – pessoas improdutivas, inúteis e que não consomem, ou seja, um peso social e uma ameaça à economia – que também fomentam a violência contra a pessoa idosa.

Órgãos públicos estaduais e locais, como o Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência Contra a Pessoa Idosa (CIAPPI), de Pernambuco, e o Conselho Municipal do Idoso de Vitória (COMID), de Vitória/ES, afirmam que têm alertado para o aumento da violência doméstica contra os mais velhos. Segundo dados do CIAPPI, no estado de Pernambuco, as denúncias cresceram 83% durante a pandemia e, entre as mais frequentes, estiveram os maus tratos, violência psicológica, negligência, violência financeira e ameaça de morte (CAVALCANTE, 2020).

Frente a essas situações de violência, discriminação e preconceito, questiona-se: vidas de pessoas mais velhas importam como as de pessoas economicamente ativas? Sua existência justifica os prejuízos econômicos?

Beauvoir (1976) ressalta que, ao longo da história, os velhos, minoritários e



improdutivos tiveram seu destino escolhido pelo interesse das maiorias. Os velhos eram respeitados quando era de interesse social evitar rivalidades anárquicas entre seus membros e manter a ordem estabelecida. Quando a propriedade e o acúmulo de riquezas eram valorizados, os velhos eram eleitos como dignos representantes, cuja autoridade não era questionada.

A partir do século XX, com o aumento significativo da população idosa, sobretudo em países ricos como a França e os Estados Unidos, a velhice foi retratada como sinônimo de incapacidade/invalidéz, surgindo como um “problema social”. O aspecto econômico impulsionou sobremaneira essa representação, à medida que o aumento do número de velhos passou a ser interpretado como uma ameaça à estabilidade financeira das empresas e do Estado, o que impactaria todo o sistema capitalista (BEAUVOIR, 1976, PEIXOTO, 2006).

No sistema capitalista, o material humano só desperta interesse à medida que pode ser produtivo, sendo rejeitado quando não se faz. Sob essa perspectiva, a representação social da velhice é caracterizada pela inserção do indivíduo no processo de produção, definindo como velhos aqueles incapazes de produzir e, por isso, miseráveis (BEAUVOIR, 1976; PEIXOTO, 2006).

Segundo Beauvoir (1976), nessa ótica produtivista, a velhice surge como uma degradação temida, como um segredo vergonhoso, como um peso social, do qual o jovem/adulto deseja desvencilhar sua imagem. O velho não sou eu, o velho é o outro, pois, em uma sociedade que exalta a juventude, ser velho é ser indesejável, portanto, abandonado e rejeitado.

No momento em que uma crise de saúde vem acompanhada pela crise econômica, o público mais velho adquire representatividade midiática e social, ao mesmo tempo, essa visibilidade expõe a visão estereotipada negativa que a sociedade brasileira tem da velhice: a invisibilidade (ARANTES, 2020) e a morte social dos velhos, já que o lugar do velho é em casa.

Ferramentas que podem ser utilizadas no sentido de mitigar as dificuldades trazidas pelo isolamento social, como os aplicativos de mensagem e redes sociais, são usadas contra o público mais velho, como mecanismo perverso de deboche e ridicularização (ARANTES, 2020). Embora no Estatuto do Idoso, em seu décimo artigo,

inciso terceiro, conste como dever de todos “zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”, por tudo que foi exposto nesse texto, o que se tem presenciado na pandemia por covid-19 é um aumento dessas situações.

Nesse sentido, é preciso respeitar os desejos e necessidades dos velhos, presentes em qualquer outra fase da vida, e abandonar a visão homogeneizante e depreciativa da velhice. É necessário ainda valorizar os velhos pela contribuição social que eles legaram, pelo trabalho realizado, pela contribuição previdenciária, pelos ensinamentos transmitidos em sua trajetória de vida. É importante também reconhecê-los como sujeito de direito e fazer valer o princípio da dignidade humana preconizada na constituição federal brasileira, bem como o princípio da igualdade e não discriminação presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948 pela Organização das Nações Unidas.



## REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. A pandemia da covid-19 e o envelhecimento populacional no Brasil. **Portal do Envelhecimento**. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/a-pandemia-da-covid-19-e-o-envelhecimento-populacional-no-brasil/>. Acesso em: 18 mai. 2020.

ARANTES, Rodrigo Caetano. A (in)visibilidade dos idosos: o que nos ensina a pandemia de Covid19. **Webinário Congresso Internacional de Envelhecimento Humano**. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CDEkgo-Hng-/?igshid=kez5rvd49agx>. Acesso em: 18 mai. 2020.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Trad. Heloysa de Lima Dantas. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976.

BERZINS, Marília Viana; MERCADANTE, Elizabeth Frohich. Piadas de “mau gosto” sobre pessoas idosas: a disseminação do preconceito à velhice. **A Terceira Idade**. São Paulo, v. 23, n. 54, Jul. 2012, p. 7-18.

CAVALCANTE, Diogo. Denúncias de violência contra idosos crescem 83% durante a pandemia. **Diário de Pernambuco**, 14/04/2020. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/04/denuncias-de-violencia-contra-idosos-crescem-83-durante-a-pandemia.html>. Acesso em: 18 mai. 2020.

GOLDENBERG, Miriam. Compreender, respeitar e amar os nossos velhos. Como combater a velhofobia dentro e fora de casa. **Folha de São Paulo**, 07/05/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/miriangoldenberg/2020/05/compreender-respeitar-e-amar-os-nossos-velhos.shtml?origin=folha>. Acesso em: 18 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Painel do WHO Coronavirus Disease (COVID-19)**, 21 set. 2020. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 21 set. 2020.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idosos, terceira idade. BARROS, M. M. L. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: FGV. 2006.

Recebido em: 21/05/2020.

Aprovado para publicação em: 12/09/2020.





**UM CONTO DE DUAS EPIDEMIAS:  
A DESATIVAÇÃO DO ATENDE II EM MEIO À COVID-19 NA CRACOLÂNDIA**

***A tale of two epidemics: the deactivation of ATENDE II in the middle of covid-19 in Cracolândia***

Ygor Diego Delgado Alves

Pós-doutorando em Saúde Coletiva - Universidade Federal de São Paulo, Brasil.

Email: [antropologiaygor@yahoo.com.br](mailto:antropologiaygor@yahoo.com.br)

Pedro Paulo Gomes Pereira

Professor da Universidade Federal de São Paulo, Brasil.

Email: [pedropaulopereira@hotmail.com](mailto:pedropaulopereira@hotmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p.134-141, outubro 2020

ISSN 2447-9837

**RESUMO:**

Investigamos neste artigo como, no contexto da covid-19, as antigas representações negativas em torno de uma improvável epidemia do crack são reavivadas em um discurso de contaminação e perigo; que acabam por subscrever o abandono dos consumidores da droga à própria sorte. Valemo-nos, principalmente, de trabalhos acadêmicos e jornalísticos publicados sobre o período. Contextualizamos o desmantelamento do serviço ATENDE II no panorama fornecido pelas notícias midiáticas do período de epidemia da covid-19 e por artigos acadêmicos que tratam da epidemia do crack. Pudemos ver assim como a desativação do ATENDE II foi feita em meio a certo clima, promovido pela mídia, em que são retomados antigos espectros em torno da epidemia do crack, que teria por vetor uma espécie de monstro semimorto ou zumbi.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Covid-19. Cracolândia. ATENDE II. Mídia. Epidemia.

**ABSTRACT:**

We investigated in this article how, in the context of covid-19, the old negative representations around an unlikely crack epidemic are revived in a discourse of contamination and danger; who end up subscribing to the abandonment of drug users to their own devices. We use mainly academic and journalistic works published about the period. We contextualize the dismantling of the ATENDE II service in the panorama provided by the media news of the Covid-19 epidemic period and by academic articles that deal with the crack epidemic. We were able to see how the deactivation of ATENDE II was done amid a certain climate, promoted by the media, in which old spectra about the crack epidemic are resumed, which would have as a vector a kind of semi-dead monster or zombie.

**KEYWORDS:**

Covid-19. Cracolândia. ATENDE II. Media. Epidemic.



## INTRODUÇÃO

Objeto de intervenções sucessivas das três esferas de governo relacionadas com as pessoas que fazem uso do crack nas imediações da região conhecida como Boca do Lixo, centro da cidade de São Paulo, a Cracolândia tem se mostrado resiliente às tentativas reiteradas de expulsão. Estas ações, que muitas vezes primaram pela violência e falta de planejamento, têm obtido efeitos em deslocar a cena de uso e em conformá-la, cada vez mais tão-somente, em local dedicado à convivência entre consumidores de álcool e crack. MacRae, Tavares e Nuñez (2013) nos mostram como, há anos, a Cracolândia é o local por excelência em que se fixa uma falsa epidemia e que, desde meados dos anos 90, nos assombra, através de diversos meios de comunicação, com sua associação à ideia de morte. MacRae, particularmente, aponta que: “Em relação a esse termo “epidemia do crack”, eu, enquanto antropólogo, fico com os dois pés atrás, porque o termo “epidemia” remete ao biológico, como se houvesse um vetor que a difundisse.” Ainda segundo os autores, é desde a década de 1980, durante o governo do direitista Ronald Reagan, que, nos EUA, o ambiente de pânico em torno dessa epidemia serviu de incentivo à guerra às drogas (MACRAE; TAVARES; NUÑEZ, 2013, p. 136).

Para Medeiros (2015) a ideia de uma epidemia do crack ajuda a demarcar o que a autora chama de “territórios crônicos na cidade”, reservados aos pobres, àqueles sem vínculo formal de trabalho ou familiar. Personificados por narrativas sobre monstros, marcados, sujos, queimados e magros, que testemunhariam o potencial destrutivo do crack em uma monstruosidade desmedida, quase desumana, que provoca asco e horror; além do mórbido “desafio do controle, domínio, da subordinação e até mesmo da sedução para destruir o monstro” (MEDEIROS, 2015, p. 214).

A precocidade nas preocupações expostas na mídia com relação à Cracolândia, no contexto da epidemia da covid-19, pode ser ainda melhor compreendida no conjunto mais amplo do desmonte da rede de atendimento a usuários de crack. Desde meados do ano 2019 a prefeitura do município de São Paulo (PMSP) vinha prometendo o encerramento das atividades do ATENDE II (Unidade de Atendimento Diário Emergencial), localizado bem próximo ao fluxo de usuários de crack. O período





objeto deste artigo, início de 2020, revela-se frutífero por permitir visualizar como o ATENDE II, pretensamente levado à frente em benefício de usuários de drogas, pôde ser encerrado mesmo em meio a uma emergência sanitária. Procuramos investigar, a partir de análise de notícias de imprensa, como, no contexto da covid-19, as antigas representações negativas em torno de uma improvável epidemia do crack são reavivadas em um discurso de contaminação e perigo, que acaba por subscrever o abandono dos frequentadores da Cracolândia à própria sorte.

## **O ATENDE II (UNIDADE DE ATENDIMENTO DIÁRIO EMERGENCIAL)**

Segundo a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) da PMSP, as unidades de Atendimento Diário Emergencial fazem parte do Programa Redenção e se dedicam ao atendimento multidisciplinar destinado ao acolhimento de pessoas em situação de rua e em uso de substâncias psicoativas, particularmente o álcool e o crack. Ainda segundo a SMADS, esse serviço potencializa a articulação da rede de Atenção Psicossocial, ao possibilitar efetivas alternativas de enfrentamento do consumo problemático de drogas. Atualmente são três unidades, e uma delas, o ATENDE II, está instalada na região designada pelos poderes municipal e estadual como Nova Luz (Cracolândia).

Em agosto de 2019, o governo estadual deu início às obras, na Cracolândia, do hospital Pérola Byington. O aumento de repressão policial fez com que o fluxo de consumidores voltasse, depois de dois anos, a se concentrar na Alameda Dino Bueno esquina com rua Helvetia, com a presença de barracas e em frente ao ATENDE II. Antes de ser desmontado, a situação desse serviço se deteriorou a ponto de o equipamento ser utilizado como depósito de drogas pelo tráfico. Os funcionários, segundo reportagem de Santos e Paulo (2020), se consideravam reféns dos traficantes, enquanto trabalhavam diariamente no pequeno prédio que outrora havia sido sede do programa De Braços Abertos, tão duramente criticado pela mídia à época de sua existência (ALVES, 2017; ALVES; PEREIRA, 2019). Em 8 de abril de 2020, quando a epidemia da covid-19 havia matado 371 pessoas no estado de São Paulo, a PMSP promoveu a retirada das pessoas acolhidas no ATENDE II em um ônibus lotado; e, se-



gundo Paiva Paulo (2020), jornalista do site *G1 SP*, sem o uso de máscaras ou qualquer tipo de proteção, com destino a outro equipamento localizado no bairro do Glicério, a cerca de 3 km do local. O fato daria por encerrado o serviço, o que só não se deu de forma definitiva por ação da Justiça. Devemos retornar alguns dias no tempo para ver como essa desativação pôde ocorrer, e da maneira que ocorreu.

### **“CRACOLÂNDIA LOTADA GERA PREOCUPAÇÃO EM MEIO À PANDEMIA DE CORONAVÍRUS”**

O título dessa seção é a chamada para uma matéria exibida no dia 20 de março de 2020, no programa televisivo *Cidade Alerta Record* (2020). É uma notícia relativamente precoce nas preocupações da Cidade de São Paulo e do Estado de São Paulo com relação à epidemia que se instalava. Ainda mais se considerarmos que as aulas na rede pública municipal e estadual só seriam interrompidas, por conta do risco de contaminação pela covid-19, três dias depois, em 23 de março. A descrição dessa matéria jornalística na página do YouTube traz algumas indicações sobre os motivos que animam a escolha dessa pauta específica: “O helicóptero da Record TV flagrou, na tarde desta sexta-feira (20), a região da Cracolândia, na região central de São Paulo, repleta de usuários de drogas em contato constante, o que gera preocupação em meio ao avanço da contaminação”. São 13 minutos e 32 segundos de imagens aéreas que mostram, em tom de denúncia e alarme, o fluxo de usuários de crack no fim de uma tarde de sexta-feira. Alguns pontos poderiam ser brevemente analisados nessa chamada: 1) o fato de ter sido baseada em imagens aéreas; 2) as ideias de contato e contaminação. Sabemos que os frequentadores da Cracolândia paulistana são avessos à produção de imagens no local, fato bastante razoável dada a ilegalidade e o estigma (ADORNO et al., 2013) que ronda o consumo do crack e o próprio território. Em segundo lugar cabe observar como as ideias de contato e contaminação dialogam com antigos temores em torno de uma há muito desmentida epidemia do crack.

A mensagem que se procura transmitir com a matéria jornalística é muito clara, tanto que, logo em seu início, aos 24 segundos de exibição, após observar que a Cracolândia estava “lotada no meio da pandemia do coronavírus”, o apresentador faz o que parece ser um gravíssimo alerta: “São pessoas que podem levar o vírus para



tudo quanto é lado”. É como se o caráter gregário do consumo do crack no centro de São Paulo pudesse fundir as duas epidemias: do crack e da covid-19. Alguns segundos depois, após caracterizar as pessoas e lançar o aviso de perigo, o apresentador cobra “se existe algum plano a ser feito com essa gente”. Veríamos nos dias que se sucederam que essa cobrança teria resposta e que o encerramento das atividades do ATENDE II se somaria a isso.

## UM CONTO DE DUAS EPIDEMIAS

Após a cobrança por medidas do poder público feita precocemente, dentro das preocupações da cidade com a covid-19, com relação à possibilidade de contágio urbano a partir de uma população específica, os usuários de crack, uma maquinaria de controle, domínio e subordinação (MEDEIROS, 2015) seria colocada em movimento para deter o perigoso vetor (MACRAE; TAVARES; NUÑEZ, 2013). As matérias se sucedem em diversos veículos de mídia, nos dias que se seguiram. Ao terminar o mês de março, no dia 31, trabalho jornalístico da Rede Globo, novamente com imagens de helicóptero, ressalta que os consumidores de crack estão aglomerados “trocando cachimbos” e sem “nenhuma preocupação com o contágio pelo coronavírus” (G1, 2020).

Ao temor da contaminação se acresce o medo de “ondas de violência na região central” provocadas pelos frequentadores da Cracolândia, notícias falsas que provocam atentados contra a vida dos usuários de crack, como o caso de um motorista de táxi que atropela propositalmente duas pessoas em frente a uma missão religiosa que atende os consumidores da droga. O missionário João Boca se pergunta: “Esse atropelamento de ontem me deu medo, porque está todo mundo no mesmo barco, rico e pobre, e agora o rico mata o pobre?” (ARAÚJO, 2020).

No dia 8 de abril, na mesma data em que houve a desativação do ATENDE II, é registrada a primeira morte suspeita de covid-19 na Cracolândia. No dia 23 do mesmo mês, em Lemes (2020), é feita uma denúncia sobre os ataques com bombas de gás lacrimogêneo da Polícia Militar contra os frequentadores do lugar, durante a distribuição de comida, que comumente é realizada por algumas organizações da so-



cidade civil, na hora do almoço. As notícias sobre aglomerações na Cracolândia vão num crescendo, acompanhando o noticiário sobre a covid-19, até que em 13 de maio, em nome do combate à “disseminação de coronavírus”, o Ministério Público de São Paulo pede à prefeitura e ao governo estadual para esvaziar a Cracolândia, levando a guerra às drogas ao estatuto de solução final. Pedido negado pela Justiça no dia seguinte (BALANÇO GERAL, 2020).

Pudemos ver assim como a desativação do ATENDE II, fato gravíssimo que deixa os consumidores de crack à própria sorte, abandonados em um “território crônico” (MEDEIROS, 2015), foi feita em meio a certo clima, promovido pela mídia, em que são retomados antigos espectros em torno da epidemia do crack. Uma falsa condição de contágio em massa de pessoas pelo vício numa droga mortal, e que teria por vetor (MACRAE; TAVARES; NUÑEZ, 2013) uma espécie de monstro semimorto ou zumbi (ALVES, 2017). Trata-se de destruir o monstro e impedir que um novo espectro ronde a cidade, o espectro do craqueiro contaminado.



## REFERÊNCIAS

ADORNO, Rubens Camargo Ferreira et al. Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. **Saúde & Transformação Social**, v. 4, n. 2, p. 04-13, 2013.

ALVES, Ygor. **Jamais fomos zumbis**: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo. SciELO-EDUFBA, 2017. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/x89sf> . Acesso em: 18 set. 2020.

ALVES, Ygor; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. **Sob fogo cruzado**: antecedentes, construção e desmonte do programa De Braços Abertos na Cracolândia paulistana. Salvador: EDUFBA, 2019.

ARAÚJO, Peu. Boatos sobre assaltos geram ataques a quem vive na cracolândia, diz pastor. **UOL**, 1 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/04/01/covid-19-boatos-sobre-saques-provocam-violencia-na-cracolandia-diz-pastor.htm> . Acesso em: 14 maio 2020.

BALANÇO GERAL. Justiça nega pedido do Ministério Público para esvaziar a Cracolândia em SP. **Youtube**, 14 maio 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hom6YPYH3yQ> . Acesso em: 14 maio 2020.

CIDADE ALERTA RECORD. Cracolândia lotada gera preocupação em meio à pandemia de coronavírus. **Youtube**, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KYqohwAQHWE> . Acesso em: 11 maio 2020.

G1. Coronavírus não muda rotina nas cracolândias. **Globo.com**, 31 mar. 2020. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/videos/v/coronavirus-nao-muda-rotina-nas-cracolandias/8446857/> . Acesso em: 14 maio 2020.

LEMES, Conceição. Morador: “Contra o coronavírus, aqui na Cracolândia, é bomba, muito bomba!”. **VIOMUNDO**, 24 ABR. 2020. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/denuncias/morador-contra-o-coronavirus-aqui-na-cracolandia-e-bomba-muito-bomba-video.html> . Acesso em: 14 maio 2020.

MACRAE, Edward.; TAVARES, Luiz Alberto; NUÑEZ, Maria Eugênia. (Org). **Crack**: contextos, padrões e propósitos de uso. Salvador: EDUFBA, 2013, 320p.

MEDEIROS, Regina. A epidemia do crack a quem interessa. SUDBRACK, Maria Fátima Olivier et al. **ABRAMD**: compartilhando saberes. Volume 1. Brasília: Technopolitik, 2015, p.208-224.

PAIVA PAULO, Paula. Prefeitura de SP fecha serviço de atendimento social na Cracolândia e transfere acolhidos para novo espaço em ônibus lotado. **G1 SP**. 8 abril 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/08/prefeitura-de-sp-fecha-servico-de-atendimento-social-na-cracolandia-e-transfere-acolhidos-para-novo-espaco-em-onibus-lotado.ghtml>. Acesso em: 12 maio 2020.

Recebido em: 15/05/2020.

Aprovado para publicação em: 12/09/2020.





**“A AULA TÁ DIFERENTE”: EXPERIÊNCIAS DE ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PRIVADA NO MODELO DE AULAS REMOTAS**

***“The class is different”: teenager’s experiences from a private school applying remote class model***

Bruna Tavares Pimentel

Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais, mestra pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e pós-graduanda em Gênero e Diversidade na Escola (GDE/CE- NIPAM) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil.

Email: [bruna.t.pimentel@hotmail.com](mailto:bruna.t.pimentel@hotmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p.142-149, outubro 2020

ISSN 2447-9837

### **RESUMO:**

A pandemia causada pelo novo coronavírus (covid-19) implicou em mudanças na vida cotidiana das relações humanas, inclusive, no âmbito escolar. A suspensão das atividades presenciais nas instituições educacionais e a implementação do ensino remoto na rede básica mobilizou estudantes e professores a embarcarem nessa nova dinâmica de ensino e aprendizagem. Enquanto professora, acompanhei o processo de implementação das aulas remotas em uma instituição de ensino privado no estado da Paraíba. Nesse percurso, com a observação participante *at home* e aplicação de questionário *online* através da plataforma *Google Forms*, busquei compreender a experiências dos alunos no modelo de aulas remotas. Durante a pesquisa as opiniões dos estudantes apontam para um ponto de intersecção; por mais que a experiência atual seja “descomplicada”, as questões como distração e a mobilização de sentimentos como insegurança são acionados com mais facilidade, por isso as aulas presenciais são mais produtivas.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Covid-19. Coronavírus. Aulas remotas. Ensino e aprendizagem.

### **ABSTRACT:**

A pandemic caused by the new coronavirus (COVID-19) implied changes in the daily life of human relationships, including those with no education. The suspension of face-to-face activities in educational institutions and the implementation of remote teaching in the basic network mobilized students and teachers to embark on this new teaching and learning activity. As a teacher, one of the authors follows the process of implementing remote classes in a private educational institution in the State of Paraíba. Along this path, with participant observation at home and applying an online questionnaire through the Google Forms platform, we seek to understand students' experiences in the model of remote classes. During a search like opinions of students pointed to an intersection point; for more than the current experience is “uncomplicated” as issues such as distraction and mobilization as collateral feelings are triggered more easily, so as attending lectures are more productive.

### **KEYWORDS:**

Covid-19. Coronavirus. Remote classes. Teaching and learning.



“Tá diferente”, o *meme*<sup>1</sup> que viralizou em 2019 e continua sendo usado pelos adolescentes em 2020 para falar sobre mudanças. Em tempos de pandemia causada pelo novo coronavírus (responsável pela doença covid-19), é inegável que, até para os jovens, algo mudou. A sociedade, como um todo, readaptou as relações sociais através das medidas de distanciamento social para evitar a propagação do vírus e conter o colapso do sistema de saúde.

No Brasil, as redes de ensino (público e privado) impulsionaram professores e alunos a mudarem rotina no âmbito escolar com suspensão ou substituição das aulas presenciais por aulas remotas, como maneira de cumprir com a carga horária prevista no calendário escolar. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para Educação Básica, o mínimo estabelecido são 200 dias letivos, porém essa carga se altera com a Medida Provisória n. 934/2020 de abril de 2020, tendo em vista o contexto, para que sejam cumpridas pelo menos as 800 horas anuais.

Nesse contexto, ampliaram-se as desigualdades existentes em diversos setores da sociedade. A educação se mostrou um campo diretamente afetado com as mudanças impostas que se fizeram emergentes, escancarando o abismo entre o ensino público e o privado e as condições desiguais de acesso dos estudantes brasileiros. Dentre os problemas que envolvem a precariedade das condições de ensino público, destacam-se a acessibilidade à internet, a equipamentos tecnológicos e a ambientes de estudo. As aulas, inicialmente interrompidas, tornaram-se inexistentes, algumas escolas e professores, numa tentativa de auxílio, passaram a gravar e exibir conteúdo em vídeos curtos, mas não havendo muita possibilidade de desenvolvimento junto às turmas.

Na condição de professora de Sociologia de uma instituição de ensino privada em João Pessoa-PB, acompanhei o processo de transição para o ensino remoto. A mudança de aulas presenciais para aulas remotas acarretou modificações para os alunos, professores, coordenação, direção e todos que compõem a escola. Uma das primeiras modificações observadas foi em relação à hora de aula, que quando pre-

---

<sup>1</sup> O termo *meme* se refere a imagens, *Graphics Interchange Format* (GIF), expressões voltadas ao humor que se propagam via internet. A expressão “Tá diferente” é uma gíria de origem incerta, que viralizou nas redes sociais em meados de 2019, significando a comparação de algo não está igual como um dia foi conhecido.





sencial era de 50 minutos, e após a mudança para as aulas remotas através do *Windows Teams*<sup>2</sup>, passaram a ser de 25 minutos durante duas semanas de adaptação e, posteriormente, de 35 minutos. A adaptação demonstrou ser mais rápida e espontânea para os alunos, tanto que nas primeiras aulas foi observado que estes, em alguns momentos, “ensinavam” ou “alertavam” os professores sobre o uso do programa.

Acompanhar esse cenário impulsionou diversas inquietações referentes ao aprendizado dos conteúdos por parte dos alunos. Por isso, para compreender como está sendo a experiência de estudar nesse novo modelo de aulas remotas, por parte dos alunos, foi realizada uma pesquisa exploratória através de uma observação *at home* (BESERRA; LAVERGNE, 2016) e aplicação de questionário *online* através da plataforma *Google Forms*<sup>3</sup>.

A observação *at home*, realizada pela autora que atua como professora, trata-se de um conceito desenvolvido por Beserra e Lavergne (2016) para falar de sua experiência em realizar uma pesquisa em ambiente familiar, desenvolvida no espaço que trabalha: “[...] a ideia de familiar invoca a pesquisa desenvolvida no mesmo espaço em que também trabalha o pesquisador [...]” (BESERRA; LAVERGNE, 2016, p. 74).

No questionário elaborado e disponibilizado de forma *online* para os alunos através da plataforma *Google Forms*, foram formuladas questões de múltipla escolha para mapear o perfil dos estudantes e questões abertas para que os mesmos falassem sobre suas experiências no uso das novas tecnologias como forma de aprendizagem na implementação do formato de aulas remotas.

## **ENSINAR E APRENDER: A INVERSÃO DOS MOLDES OPERACIONAIS ESCOLARES**

A escola se constitui como um espaço de interações afetivas e simbólicas, relacionadas principalmente ao contexto social dos indivíduos. O campo de pesquisa foi uma escola privada e tradicional de um bairro popular de João Pessoa/PB. O delineamento do estudo contemplou 30 participantes, estudantes dos três anos do nível médio, com idade entre 14 a 18 anos.

---

<sup>2</sup> Plataforma de videoconferência adotada pela escola para ministrar as aulas remotas.

<sup>3</sup> Aplicativo que permite a aplicação de formulários *online*.



Durante dois meses de aulas pelo *Windows Teams*, foi observado que o número de alunos faltosos aumentou e a interação durante as aulas diminuiu. Na busca para compreender esses acontecimentos, a pesquisa indagou, inicialmente, a questão do acesso e mostrou que todos os alunos participantes têm acesso à internet em casa e utilizam como dispositivos de acesso, em sua maioria, *desktop/notebook* e celulares *smartphones*.

Porém, mesmo tendo acesso às aulas e aos dispositivos tecnológicos, uma problemática apontada pelos alunos foi a falta de microfones, o que impossibilita a interação durante as aulas, ou seja, alguns alunos conseguem ouvir as aulas, mas não conseguem tirar dúvidas de forma oral em tempo real. Para isso, a ferramenta utilizada pela escola dispõe de *chat* que pode funcionar como canal de conversa diretamente com o professor, mas essa ferramenta quase não é utilizada pelos alunos. Nas aulas de sociologia, durante um mês de aula (5 aulas de Sociologia em cada turma do ensino médio, que somam 99 alunos), apenas 3 alunos entraram em contato através do *chat*.

Ao problematizar esse cenário e refletindo sobre as respostas dos alunos ao questionário aplicado, uma das causas pontuadas por eles é a falta de concentração. Segundo alguns estudantes, o quarto é o lugar mais calmo da casa e por esse motivo escolhem esse espaço para a nova rotina escolar estabelecida, mas ainda segundo eles, o quarto propicia distrações, pelas fotos dos ídolos e o fácil acesso a instrumentos de entretenimento, como relatam:

Acredito que, por não estarmos em um ambiente escolar, dificulta um pouco, se em sala de aula já nos distraímos e perdemos o foco, imagina em nossas residências! Para mim, não está surtindo efeito, não consigo me interessar, não consigo prestar atenção, nem ter motivação para nada. Não consigo me concentrar e nem me estabelecer para nenhuma rotina, durmo durante o dia e passo a noite acordada, as três refeições básicas se tornam apenas uma. (Estudante, 18 anos, cursando o 3º ano do ensino médio).  
O único lugar da minha casa onde é mais tranquilo para ver as aulas é no meu quarto e esse lugar é cheio de fotos dos meus ídolos, então eu me distraio muito, para onde eu olhar tem uma foto do CNCO, todo canto (Estudante, 15 anos, cursando o 1º ano do ensino médio).

A descontinuidade da rotina no espaço escolar, entrelaçada às restrições provenientes da pandemia pela covid-19, e atravessada pelo acesso facilitado aos dispositivos de entretenimento, implica em mudanças nos horários que os alunos dedicam



aos estudos. A ausência do gerenciamento do tempo por partes desses jovens, em meio ao contexto que estamos vivendo, vislumbra um norte sobre como a falta de concentração nas aulas repercute na ausência de dúvidas e debates nas salas virtuais, que conseqüentemente impacta na aprendizagem.

A falta de concentração está atrelada ao ambiente, no caso, a casa dos alunos, e a questões emocionais como o medo, ansiedade, desmotivação, nervosismo, tédio, entre outros citados, que têm prejudicado o desempenho escolar. A internalização de sentimentos relativos à falta de socialização, propiciadas pelo ambiente escolar, desencadeia insegurança em relação ao ano letivo e à aprendizagem, como afirma um dos estudantes:

Tenho medo de perder o ano e olha que eu sempre tirei notas boas e nunca fiz uma recuperação, mas estou ficando com medo desse ano. Uma coisa ruim dessas aulas é que às vezes trava bastante e as provas também. Eu tive que fazer uma prova *online* e não consegui porque fiquei muito nervosa (Estudante, 16 anos, cursando o 2º ano do ensino médio).

O processo de transição permeia algumas fases descritas pelos alunos. Inicialmente o modelo adotado tinha o potencial para ser “fácil e produtivo”, segundo as narrativas, por ser de fácil manuseio. Mas ao longo da jornada das aulas, durante os dias, a fórmula se mostra cansativa e pouco dinâmica. A falta de motivação é recorrentemente utilizada como um dos argumentos para a ineficácia dos seus estudos.

Diante das observações e das respostas obtidas, sejam positivas ou negativas, o fato é que quando se refere ao aprendizado, todos concordam que as aulas presenciais são mais produtivas. Nesse sentido, o que é evidenciado, de maneira latente, são as diversas interpretações a respeito do modelo adotado não somente pelos pesquisadores da área, como para alunos que vivenciam essa experiência.

## **APONTAMENTOS FINAIS (CIRCUNSTANCIAIS)**

As tecnologias têm auxiliado em diversas esferas sociais e quando se trata da educação, têm se tornado uma ferramenta essencial. As pesquisas relacionadas com a internet se fortaleceram na contemporaneidade e se tornaram um eixo fundamental para entender as dinâmicas formadas nesse período. A possibilidade, até então



utópica, sobre a materialização das relações humanas inteiramente dependentes das redes de comunicação *online*, representa as transformações de como nos relacionamos com o trabalho, como a ascensão do “*home office*”<sup>4</sup>, assim como revelam a desigualdade histórica de acesso aos bens de consumo por certas camadas da população, principalmente, no âmbito educacional.

As maneiras como aprendemos e ensinamos são ajustadas neste momento. De maneira sutil ou não – como a rigidez dos cuidados de higiene, ou os calçados encarrilhados nas portas dos apartamentos evitando o contato com o mundo externo –, somos impulsionados a continuarmos a busca da normalidade. O cálculo dos prazos e calendário a cumprir desconsidera a empatia aos diversos sentimentos invocados nesse momento, por vezes contraditórios, em nome da regularidade diante do imprevisível.

O fato é que algo mudou.

Não sei ao certo, às vezes acho que a ficha ainda nem caiu... É um momento difícil para todos, dá saudade do **toque humano**, da convivência, de viver sem essa pressão toda (Estudante, 15 anos, cursando o 1º ano do ensino médio).

---

<sup>4</sup> Boltanski e Chiapello (2009), em “O novo espírito do capitalismo”, apontam as novas dinâmicas no mundo do trabalho. As práticas empresariais atuais incentivaram a flexibilidade das relações de trabalho, aumentando o número de subempregos com remuneração baixa e contratos temporários. O “*Home Office*”, como método de emprego desse novo sistema capitalista, tornou-se uma expressão para designar “escritório em casa”, exercido por profissionais que trabalham em diferentes empresas ou, ainda, guiam seus trabalhos por projetos.



## REFERÊNCIAS

BESERRA, Bernadete de Lourdes Ramos; LAVERGNE, Rémi Fernand. Etnografando a Sala de Aula: contribuições da antropologia à formação de professores. **Anthropológicas**, Recife, v. 1, n. 27, p. 72-101, jan. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/19499>. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CHIAPELLO, Ève; BOLTANSKI, Luc. **O novo espírito do capitalismo**. Santos: Martins Fontes, 2009. 704 p.

Recebido em: 31/05/2020

Aceito para publicação em: 06/10/2020





**DESCARREGAR PARA LIDAR COM A LUZ:  
NOTAS (AUTO)ETNOGRÁFICAS SOBRE O REINVENTAR PRÁTICAS DE  
ENSINO-APRENDIZAGEM À DISTÂNCIA**

***Unload to embrace the light:  
Autoethnography Notes about Reinventing Distance Learning***

Vinícius Gabriel da Silva

Mestre em Sociologia pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ/PE), Brasil.

Email: [vinicius\\_gabrieloo@hotmail.com](mailto:vinicius_gabrieloo@hotmail.com)

Eveline Lúcia da Silva Torres

Mestranda em Antropologia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil.

Email: [evelineluciatorres@gmail.com](mailto:evelineluciatorres@gmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p.150-159, outubro 2020

ISSN 2447-9837

### **RESUMO:**

Após o anúncio da chegada da covid-19 ao Brasil, em meados de março, as escolas tiveram suas atividades encerradas por tempo indeterminado. Pautados pela obrigação de reinventar nossos hábitos cotidianos, as práticas de ensino e aprendizagem são agora, para nós docentes, solicitadas à distância. Agora parece não ser a vez das práticas com lousa e apagador ou com quadro e giz, aquele momento transitório para a troca de conhecimento em sala de aula. Seriam rituais de luzes diante de cada um de nós? A passagem entre o online e off-line. Portanto, o objetivo é trazer notas (auto)etnográficas a respeito de problemas que envolvem ensino à distância após a medida de distanciamento social. Os relatos emergiram das situações de momentos compartilhados entre colegas professores, um docente do ensino básico de escola privada que dividiu a quarentena com uma docente voluntária de cursinho pré-vestibular.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Ensino à distância. Relato Etnográfico. Covid-19. Ritual de Ensino.

### **ABSTRACT:**

After the announcement of the arrival of covid-19 in Brazil, the schools had their activities closed indefinitely in the middle of March. Teachers have had to reinvent the ways to provide instruction because of the necessity to remain at a distance from the students. Many teachers and students are in the process of adapting to using various new techniques, such as using computers, cell phones, ipods, pads, and meets. Now it seems that students will not learn with blackboard and chalk in the classroom, but with other means instead. It is now a transitory moment for the exchange of knowledge in the classroom. Will each one of the teachers create new rituals? There is a transition happening between online and offline. Therefore, the objective is to describe ethnographic notes about problems that involve distance learning after social distancing has been put into effect and to analyze the different conditions of participation from perspective as a volunteer teacher in course that focus on the Pre-Exams National High School (ENEM) and basic education teacher. The reports emerged from the situations of moments shared between fellow teachers and a teacher of basic education in a private school who shared their quarantine with a volunteer teacher in a pre-university course.

### **KEYWORDS:**

Distance learning. Ethnographic notes. Covid-19. Learning Ritual.



Pautados pela obrigação de reinventar nossos hábitos cotidianos, as práticas de ensino e aprendizagem são agora, para nós docentes, solicitadas à distância. Muitas professoras e alunas, muitos professores e alunos estão em processo de adaptação a técnicas de trabalho diante de computadores, celulares, *ipods*, *pads*, *meets* e tantos recursos que precisaremos manusear. Agora parece não ser a vez das práticas laborais com lousa e apagador ou com quadro e giz, aquele momento transitório para a troca de conhecimento em sala de aula. Serão rituais de luzes diante de cada um de nós? A passagem entre o *online* e *off-line*.

E agora? Sem internet em casa, com os riscos de contaminação à flor da pele, com familiares, parentes, amigas e amigos solicitando apoio e cuidado, eis que estamos deslizando nossos dedos num teclado, num quarto fechado e passeando nossos olhos com constantes interações perante uma janela de luz<sup>1</sup>. A perspectiva da educação na pandemia nos coloca alguns desafios: 1. enquanto professores, compreender práticas de ensino considerando o isolamento social; 2. enquanto aluna e aluno, escrever uma dissertação com a mudança de técnicas e métodos impelida/o pela impossibilidade de ir a campo. 3. enquanto seres humanos que possuem relações com a casa e demandas de consumo (comprar comida, medicamento e produtos de higiene), enfrentando os riscos de contaminação para si e para pessoas do círculo de afeto e parentesco.

*Descarregar*, no caso deste escrito, é uma metáfora análoga aos nossos novos recursos e suas demandas de uso a partir das formas de ministrar e assistir aula diante da condição de isolamento social. E, as nossas forças e energias que se vão a partir da reinvenção dos nossos *rituais de trabalhos*<sup>2</sup> de ensino com maiores demandas de utilização de novas ferramentas, acrescentado às antigas práticas de preparo para ministrar/assistir às aulas ou até mesmo, no nosso caso, algumas confissões em frente a dois teclados e um quadrado de luz que em longo prazo cansa “as vistas”, como dizemos nós nordestinos numa linguagem específica. Descarregar é o ato de o celular

---

<sup>1</sup> Metáfora utilizada pelo Professor do PPGS, Adriano de León, para se referir aos celulares, *iphones* e computadores.

<sup>2</sup> Os rituais de trabalho, nesse caso, referem-se às práticas de preparação de aula e o desenvolver dessa preparação com estudo, pesquisa, materiais necessários para serem utilizados no decorrer de uma aula. Antes era utilizado giz ou lousa, agora revemos nossa necessidade de preparação com computadores e outras ferramentas tecnológicas que propiciem ensino e pesquisa.





apagar quando muito usado, uma jornada por meio dos celulares quando temos que interagir ao longo de nossa necessidade de observação participante online (MILLER, 2020). Mas, também descarregar confissões da necessidade do momento de acolhimento e apoio mútuo.

Portanto, o objetivo é escrever notas (auto)etnográficas a respeito de problemas que envolvem ensino à distância após a medida de distanciamento social, e descrever as diferentes condições de participação a partir de nossos olhares enquanto discentes de programas de pós-graduação e enquanto docente voluntária de cursinho Pré-Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e docente de ensino básico. Entre ligar, conectar e desligar emergiram relatos das situações de momentos compartilhados entre colegas professores que dividiram a quarentena.

## RELATOS DA OSCILAÇÃO ENTRE ONLINE E OFF-LINE



Figura 1: Colagem de fotos durante o pré e pós isolamento social  
Fonte: Arquivo Pessoal, 2020.

A partir da rotina de acordar, escovar os dentes, lavar o rosto, preparar café, conectar o computador e preparar para perceber os detalhes da presença dos alunos, também há os momentos precedentes. E os momentos interpelados pelo que aproxima o laboral e o doméstico. Os relatos surgem a partir da casa

que compartilhamos porque ambos estávamos sem acesso à internet e a casa foi disponibilizada por outra professora (pessoa próxima em comum) que viajou e se dispôs a oferecer sua casa com todo seu conforto, possibilidade de acolhimento e necessidades materiais para a manutenção do trabalho remoto.

### **Autor 1**

Após o anúncio da chegada da covid-19 no Brasil, em meados de março, as escolas tiveram suas atividades encerradas por tempo indeterminado. Seguindo as orientações estaduais, a instituição de ensino em que trabalho determinou férias escolares de um mês para, a partir daí, analisar as possibilidades e viabilidade de retorno das aulas presenciais.

Durante este período de “férias” inesperadas, segui assistindo as aulas da pós-graduação, realizando as atividades demandadas pelo mestrado e, como a maioria dos meus colegas de trabalho e amigos próximos, assustado com este momento de pandemia. O tempo de 30 dias parecia ficar cada vez mais longo. Enquanto os dias se passavam e o número de casos aumentava no Brasil e no mundo, maior o medo, o stress e a ansiedade com o que vinha no futuro.

Um mês após o anúncio das medidas de isolamento, a equipe pedagógica da escola em que trabalho convocou uma reunião por uma plataforma online. Deste modo, fomos orientados que ocorreriam aulas *online* na semana seguinte. Nestas reuniões que antecederam as aulas algumas interferências aconteceram, o que me fez pensar na viabilidade destas aulas. Em alguns momentos das reuniões, as professoras que eram mães precisavam dar atenção aos seus filhos em casa. Enquanto as reuniões aconteciam, foi bem comum ouvir um: mãe! Ou seja, o ambiente de trabalho naquele momento invadia e sem aviso prévio. O ambiente doméstico, os ruídos de televisão, conversas paralelas, músicas também eram comuns. A partir disso já dava para imaginar o que vinha no futuro próximo com os alunos e alunas.

As aulas *online* deveriam ocorrer em tempo real, mandaríamos os links das atividades *online* que os alunos acessariam. Busquei um planejamento que fosse viável para o processo de ensino-aprendizagem. No início pensei que videoaulas gravadas



seriam o ideal e fui pesquisar técnicas, aplicativos, plataformas que me dessem suporte para o processo de criação da aula. No primeiro dia, para produzir duas aulas no oitavo ano, contando com pesquisa, videoaula, erros e edição fiquei das 10h até as 22h. Nesse dia desisti da ideia de gravação de videoaulas, por não ter tanta experiência em ser *youtuber*.

Desta forma, optei pelas aulas ao vivo com alunos, tendo em vista as dificuldades de produção de vídeo com um espaço curto de tempo para estudar técnicas e também por pensar que, no espaço ao vivo, os alunos poderiam ter dúvidas sobre o conteúdo e aquele espaço *online* facilitaria o diálogo e o esclarecimento dessas possíveis dúvidas.

Apesar de ter desistido das aulas gravadas, as aulas ao vivo em salas de reuniões virtual necessitam de planejamento e produção prévia, construção de slides em Power Point, exibição de vídeos educativos pela plataforma, a criação de jogos online, ou seja, instrumentos que demandam tempo, conhecimento prévio e criatividade acerca da utilização dos meios virtuais. Nas conversas em grupos de WhatsApp, colegas de trabalho de diversas instituições de ensino particular relatam as dificuldades com as aulas virtuais e contam que, agora, só conseguem ir dormir às duas ou três horas da manhã na produção das aulas, para estar conectado às sete da manhã. Isso todos os dias.

O que tenho percebido até o presente momento nas aulas virtuais é que os alunos e alunas sentem dificuldade ainda no acesso à plataforma disponibilizada e a conexão segue como um grande desafio para manter esse modelo de educação. Os alunos e alunas constantemente afirmam que sua conexão da internet caiu e me perguntam via WhatsApp: “E agora, professor, como assisto a aula?”; “O que faço?”; “Teve atividade de casa?”; “Professor, esqueci o número das páginas que devem ser lidas...”; “Olá professor, aqui é a mãe de aluno, pode me tirar uma dúvida?” Questionamentos que aparecem a qualquer hora do dia, seja às 3h da tarde ou às 3h da manhã, o que dificulta lidar com todas essas questões quando se tem um pouco mais de 200 alunos e alunas. O contato com os discentes no espaço físico, o lugar que antes era o espaço para serem respondidas todas as questões do âmbito escolar, por ora desapareceu. O que está chegando nesse lugar (WhatsApp, plataformas de reuniões



etc.) está transbordando todos nós, professores e professoras, alunos e alunas, sem falar nas famílias, sobretudo as mães.

## **Autora 2**

Entre ensino e conversas, dividimos nosso tempo para preparar as aulas. E, por ter as atividades domésticas a fazer, dividimo-nos entre limpar, cozinhar e à noite estudar e preparar as aulas. Ao preparar as aulas precisávamos encontrar maneiras didáticas de ensino para a adesão dos alunos e alunas em relação aos conteúdos ministrados. E tentamos encontrar alternativas para a participação virtual.

No caso do cursinho pré-vestibular, as formas de participar das aulas oscilavam na variação e quantidade de alunas e alunos que participavam e a busca por algumas alternativas para tentar contribuir da maneira mais viável possível para o aprendizado das alunas e dos alunos. Uma das plataformas utilizadas foi o grupo de WhatsApp e, para preparar as aulas, um aplicativo de criação de vídeos chamado *tik tok*. A participação por meio dessas redes foi uma ideia que surgiu de uma percepção, pelos diálogos de WhatsApp, de uma maior adesão dos alunos e alunas nas redes sociais. A adesão a elas tem se demonstrado maior e os documentos e materiais ficam arquivados, caso alguém não possua acesso instantâneo às aulas online.

Além disso, foram realizadas duas abordagens *online* utilizando questionário por meio do “*google docs form*”, solicitando por e-mail as respostas de 22 alunos de um cursinho pré-vestibular. O primeiro questionário foi de cunho particular; tinha o objetivo de compreender sobre a participação das alunas e dos alunos. Obtive três respostas. No segundo questionário, com um termo de consentimento de pesquisa anexo, obtive apenas duas respostas. Uma das perguntas era: *Descreva quais são as suas maiores dificuldades para utilizar os recursos da internet para acompanhamento da aula?* As respostas foram:

1. “*cumprir horários, prazos e falta de armazenamento no celular para baixar documentos ou algo relacionado*”.
2. “*Minha dificuldade é interpretar as questões, sem ajuda do professor*”.



Com a frustração das poucas respostas é possível refletir sobre a adesão da seguinte maneira: dar aula para pessoas que moram em condições periféricas demonstra que a condição de classe gera desigualdades de ensino-aprendizagem. Muitos alunos e alunas nem participam por WhatsApp, que é um aplicativo bastante acionado de maneira remota.

Existem casos específicos, como um dos alunos que saiu do grupo da disciplina justificando (via WhatsApp) a impossibilidade do estudo em casa porque dividia seu espaço com parentes que trabalhavam remotamente e teriam que dividir os aparelhos e dispositivos. O aluno só poderia estudar de madrugada e teria que priorizar outras disciplinas para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Não tinha condições de participar da disciplina e do cursinho via remota. Nesse ínterim havia vários questionamentos nos grupos de WhatsApp: dos professores e da disciplina com os alunos. Muitos relataram estar sobrecarregados e com desestímulo de continuidade das atividades de maneira remota. Professores, alunas e alunos do cursinho relataram a necessidade de desistência, pois deveriam priorizar questões de saúde familiar e do próprio (auto)cuidado em relação a saúde mental.

## **CONSIDERAR AS PALAVRAS PARA ENCERRAR**

É possível perceber a fadiga do processo de ensino que não circunda apenas a montagem do computador, a conexão, perceber se os alunos estão conectados, mas também envolve preparar aula e ocupar o tempo com o maior quantidade de conhecimento possível e fadado à circunstância de estarmos enfrentando uma situação pandêmica com um número exorbitante de mortes.

E quando há fadiga somos incitados a retomar, refazer e reinventar todos os nossos conceitos, técnicas e possibilidades de escrita e ensino. Tudo isso, num tempo hábil possível para que não sejamos interpretados enquanto incapazes.

A pandemia desgasta nosso físico e mente ?, pois estamos num momento de reinventar nossas práticas cotidianas. Algumas conclusões podem se demonstrar óbvias para alguns leitores: falta de condições materiais para a manutenção desse ensino-aprendizagem, falta de preparação para o ensino à distância, jornada de trabalho



interpelando o doméstico.

Contudo, devemos sempre reiterar de que o lugar que estamos falando e a reflexão sobre para onde queremos ir... Quais as ideias para adiar o fim do mundo (KRENAK, 2019) a partir das nossas relações de troca e mediação no processo de ensino e aprendizagem? Por que essas trocas se demonstram importantes? No calor da hora, não podemos apresentar conclusões, portanto deixaremos estes questionamentos em aberto.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria 343, de 17 de março de 2020. Em: **Diário da União**, 18, 03, 2020. Edição 53, Seção, Página 39.


MILLER, Daniel. Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social. **Blog do Sociofilo**, 2020. [publicado em 23 de maio de 2020]. Disponível em: <https://blog-dosociofilo.com/2020/05/23/notas-sobre-a-pandemia-como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-por-daniel-miller> Acesso em: maio 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Editora Companhia das Letras, 2019.

Recebido em: 31/05/2020

Aceito para publicação em: 12/09/2020





**OBSERVATÓRIO ANTROPOLÓGICO EM TEMPOS DE PANDEMIA: COLHEITA DE FLORES “CAVADA À UNHA” ENTRE AS ESTRADAS QUE CRUZAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

***Anthropological Observatory in times of pandemic: harvesting flowers “collected with great struggle” between the roads that cross the Federal University of Paraíba***

Heloisa Wanick

Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFPB), Brasil.

Email: [helowanick@gmail.com](mailto:helowanick@gmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p.160-169, outubro 2020

ISSN 2447-9837



### **RESUMO:**

Os impactos da covid-19 são evidentes nas mais diferentes esferas das sociedades, ainda que de forma desigual. Para além da corrida científica na busca da cura pela doença e por formas de minimizar seus efeitos, impõem-se desafios de enfrentamento aos afetos e às dificuldades cotidianas. Assim, esta narrativa tem como objetivo partilhar reflexões sobre o chamado para a reinvenção, tão comum em tempos de pandemia, tomando como foco a experiência de participação no projeto de Extensão Universitária “Observatório Antropológico: mapeamento e fortalecimento das ações de combate a Covid-19”, vinculado à Universidade Federal da Paraíba. Parte de um olhar de uma sanitarista, recém ingressa no curso de doutorado em Antropologia Social do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da mesma instituição, que se encontra com a oportunidade de participar de uma forma coletiva, comunitária e solidária, de reinvenção e resistência acadêmica frente aos desafios que se colocam com a pandemia.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Covid-19. Antropologia. Extensão universitária. Isolamento social.

### **ABSTRACT:**

Covid-19's impacts are evident in the most different spheres of society, albeit unevenly. Beyond the scientific race in the search for a cure for disease and by ways of minimizing its effects, impose challenges for coping with affections and everyday difficulties. Thus, this narrative aims to share reflections on the call for reinvention, so common in pandemic times, focusing on the experience of participating in the University Extension project “Anthropological Observatory: mapping and strengthening actions to combat Covid-19”, linked to the Federal University of Paraíba. Part of a look from a sanitarian, recently entered the doctoral course in Social Anthropology of the Program Graduate Program in Anthropology at the same institution in its meeting with the opportunity to participate in this collective, community and solidarity initiative, reinvention and academic resistance to the challenges posed by the pandemic.

### **KEYWORDS:**

Covid-19. Anthropology. Community outreach. Social isolation.



## A NARRATIVA

Desde que cresceu o desejo de partilhar a experiência de enfrentamento à pandemia, senti-me convocada a pensar a reinvenção de rotinas, trabalho, troca de afetos e, em especial, o cursar uma pós-graduação frente à orientação do Estado para a adoção do isolamento social como forma cidadã de colaborar com a contenção da disseminação do novo coronavírus, causador da covid-19. De lá para cá, a música *Pra não dizer que não falei das flores*, composta por Geraldo Vandré em 1968, acompanha meus silêncios, emoções e alimenta a coragem de seguir “caminhando”. Tomo a canção como uma metáfora para me referir à oportunidade de caminhar, juntamente com outras pessoas, por uma das estradas reinventadas como reação ao contexto de pandemia. Falo do Observatório Antropológico, semeado, cultivado e em florada nas e entre as estradas que cruzam os *campi* da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e que compõe o quadro de docentes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA).

Para contar a história dessa florada apresento, primeiramente, as fontes nas quais minha narrativa se alimentou(a), ou seja, parte do meu percurso e, em seguida, o Observatório Antropológico ao qual me refiro e alguns frutos já colhidos.

Assim, o objetivo deste texto é: tecer reflexões acerca de ‘reinventar-se’ na academia frente aos desafios postos pela pandemia, tomando como foco a experiência de participação no “Observatório Antropológico: mapeamento e fortalecimento das ações de combate a Covid-19”, vinculado à Universidade Federal da Paraíba.

Narro, principalmente, enquanto acadêmica, mas afetada por minha trajetória de vida e a repercussão da covid-19 nas esferas privada e pública. É aqui que Geraldo Vandré me faz lembrar os anos de luta das décadas de 1960 e 1980, conhecidos ou vividos, na esperança de tempos menos desiguais, mais justos e solidários.

Parto de um duplo olhar: um, enquanto doutoranda em Antropologia pelo PPGA/UFPB, e, através deste, como aluna voluntária<sup>1</sup>, atuante no Observatório; e, outro, enquanto sanitária, trabalhadora do setor de Vigilância Epidemiológica (VE)

---

<sup>1</sup> A ação de Extensão ‘2020 - Observatório Antropológico: Mapeamento e fortalecimento das ações de combate ao Covid-19’, com período de 01/05/2020 a 30/12/2020, coordenada por Aina Guimaraes Azevedo e em execução, na qual estou inserida como Membro do tipo “aluna voluntária”.



da Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa (SMS-JP). Além de trazer o broto de uma semente empírica devido à minha participação no Observatório, conto com o depoimento de uma interlocutora, a professora Patrícia dos Santos Pinheiro, idealizadora da referida iniciativa. Sua resposta foi inspiradora para a construção desses apontamentos.

## O ENCONTRO COM AS FLORES SEMEADAS NOS CAMPI DO OBSERVATÓRIO

Para contar sobre o encontro com o Observatório, retomo minha trajetória profissional. Atuo em uma das áreas da Saúde Pública que fora e tem sido mais evidenciada com a chegada da pandemia, a Vigilância Epidemiológica (VE), mesmo que não diretamente com os agravos transmissíveis, nos quais a covid-19 está inclusa.

De modo geral, os grupos de trabalhadores da VE, nas instituições públicas de saúde, estão todos no mesmo barco: o barco Salvar Vidas. Ainda que, como uma de suas tripulantes, precisei me manter fora dele e em isolamento social, o que permitiu um reposicionamento do meu olhar profissional e o afastamento das tensões vivenciadas diretamente por aqueles que estão no *front*<sup>2</sup>.

Como um antropólogo, que realiza o movimento de “estar lá” e “estar aqui” (GEERTZ, 1998), esse deslocamento oportunizou outros tempos de reflexão, por vezes intensos e reflexivos e, sobretudo, um novo local de observação sobre a doença e seus desdobramentos, o campo da extensão universitária.

Dessa forma, na mesma velocidade de chegada da pandemia, me vi, de uma hora para outra, distante da equipe de trabalho a qual componho e do meu principal objeto de trabalho, a VE das violências interpessoais e autoprovocadas, nas quais se insere o suicídio. Ao mesmo tempo, fui sendo afetada por preocupações relativas ao agravamento de ocorrências em situação de isolamento social, tais como a violência doméstica e o suicídio, possivelmente tensionadas nos contextos de vida de moradores de periferia. Preocupações que remetem às condições estruturais de adesão ao isolamento social.

---

<sup>2</sup> No universo militar, é a linha de frente de um campo de batalha. Na pandemia, são os locais de atuação dos profissionais que estão frente a frente com as ocorrências de adoecimento e morte por covid-19.



Sensibilizada com os problemas sociais causados pela covid-19 e sua implicação sob os processos de violência, cresce dia e noite uma inquietação relativa às possibilidades de contribuição nesse contexto, vislumbrando: 1) a relação entre a covid-19 e o suicídio e 2) a contextualização das políticas de prevenção ao suicídio durante a pandemia, meu objeto de pesquisa para doutoramento. As inquietações que se repetem são: como fazer essa contribuição, estando afastada do *front*, do local onde trabalho, um espaço privilegiado de acesso e análise da informação? Ou ainda fazer essa contribuição enquanto os olhos da saúde estão massivamente voltados para a covid-19 na produção de números sobre adoecimento, mortes e curvas de tendência e, num contexto em que dados sobre outros agravos, como o suicídio, sofrem uma preocupante invisibilidade?

Como acadêmica, costumo dizer que venho me descobrindo antropóloga. Aos 53 anos de idade, recém-ingressa no curso de doutorado em Antropologia, há 17 anos egressa de uma formação em Saúde Pública e há anos afastada das salas de aulas, enquanto docente, sempre tive grande atração pela antropologia por acreditar que, a exemplo desta pandemia, esse é um lugar privilegiado de falar e fazer para além dos números. Estar doutoranda traz uma sensação de vitória, uma luz para desbravar caminhos e, ainda, vigor para contribuir frente a contextos que acompanham minhas inquietações pessoais e profissionais, como a desigualdade escancarada pela pandemia e a dificuldade ou (im)possibilidade de enfrentamento a covid-19 pelas populações em situação de vulnerabilidade social.

Porém, mesmo tentando seguir com resiliência, uma neblina se fazia constantemente naqueles dias de início de março de 2020. Diante do agravamento do cenário epidemiológico da doença na Paraíba, em 17 de março, o PPGA/UFPB optou em dar continuidade às aulas de maneira remota, não presencialmente, e através de tecnologias de informação largamente disponibilizadas no momento. Em poucas semanas, dada a situação desigual de discentes quanto às condições sociais e de acesso a meios facilitadores de atividades remotas, somada às projeções de duração da pandemia em nosso território por, no mínimo, alguns meses, tornou-se insustentável a manutenção das atividades na forma inicialmente adotada. Assim, em 17 de abril, a decisão

colegiada pela suspensão do semestre letivo foi tomada<sup>3</sup>. Houve ampla participação dos discentes no processo decisório, sendo a desigualdade de acesso às ferramentas para atividades remotas e as condições emocionais, os principais argumentos.

“Pra não dizer que não falei das flores”, ei-las aqui. Não apenas em um dos fronts da crise sanitária, evidenciada no Brasil com a covid-19, mas frente às perdas de conquistas políticas, sociais e na educação, conquistadas nas últimas décadas.

Sob um tempo incerto e nebuloso, nas estradas da Extensão Universitária, regadas por um composto de resistência, união e antropologia, um grupo de pesquisadores e alunas vinculado ao PPGA/UFPB inicia o plantio no Observatório Antropológico. Com determinação sobre a necessidade de “sucumbir ao individualismo”, conforme expressão de minha interlocutora, o grupo inicia a construção de uma iniciativa germinada a partir de duas sementes: reflexões antropológicas e práticas de intervenção social. O trabalho foi tomando forma e segue crescendo, motivando a chegada de pesquisadores e discentes.

Como flores nascendo em tempo de neblina, fica evidente uma disposição de união brotando, como me conta Patrícia: “Aos poucos, as pessoas foram se motivando mais para uma atividade coletiva. (...) é bem importante isso, porque a gente tá num momento de muita dificuldade de trabalho coletivo, de muita dificuldade de compartilhamento de ideais e ideias”.

Não com o mesmo teor revolucionário dos anos 1968, mas com um tom de chamada para a ação, a música de Vandrê volta a ecoar: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora não espera acontecer”. E, assim, as três atuais coordenadoras do projeto, as professoras Aina Guimarães Azevedo, Rita de Cássia Melo Santos e Patrícia dos Santos Pinheiro se deram as mãos e foram cada qual assumindo seu protagonismo para um fazer acontecer coletivo.

Foi com esse som, “proatividade”<sup>4</sup>, sem temor e guiados pela crença na força de alcance da extensão universitária, que o reduzido grupo de docentes e discentes se dispuseram a seguir caminhando e reinventando-se diante da necessidade de atua-

---

<sup>3</sup> Informe PPGA sobre decisão de suspensão de atividades de aulas de modo presencial e remoto, publicado em 22/05/2020. Disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/ppga/>. Acesso em: 31 maio 2020.

<sup>4</sup> Termo utilizado por minha interlocutora em seu depoimento para caracterizar o momento que antecede à necessidade de ação, especificamente, no espaço das Universidades.



ção frente à previsível situação de agravamento da fragilidade social que as comunidades com as quais trabalhavam viriam a sofrer com a chegada da covid-19.

Assim, frente a um problema social que se evidenciava, o querer fazer e a necessidade de atuar desenharam o objetivo inicial do Observatório: “estimular formas de enfrentamento das desigualdades sociais que se acirram com a epidemia” (PINHEIRO; SANTOS, 2020, p. 2). O caminho inicial vislumbrado foi o de criação e o fortalecimento de redes de apoio a populações indígenas, quilombolas, comunidades ciganas e periféricas urbanas.

Conforme Pinheiro e Santos (2020), é importante ressaltar que o fato da existência de laços prévios das investigadoras e investigadores com essas comunidades, ao mesmo tempo em que deu sentido à iniciativa, foi a razão pela qual o processo se iniciou e ganhou fluidez.

Mas, como dar conta das demandas que, rapidamente, começaram a chegar? Assim como outras pessoas, hoje membros do grupo, foi esse momento o qual recebi o convite para me unir à iniciativa e vislumbrei um caminho necessário e profícuo para reinventar a maneira de trabalhar o alcance dos dados epidemiológicos sobre a covid-19 e, também, sobre as violências. Sigo, construindo.

## **OBSERVATÓRIO ANTROPOLÓGICO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

A partir de um trabalho colaborativo entre pesquisadores em diferentes níveis de formação e áreas<sup>5</sup>, as sementes do Observatório Antropológico, plantadas em campos e entre grupos populacionais diversos, brotaram e floresceram.

O primeiro ponto para compreensão do que significa o observatório é pensá-lo como um trabalho coletivo. [...] Em um momento em que tranquilidade não é a palavra mais acionada [...] surgiu a proposta do Observatório, que não representava continuidade na normalidade instituída, sim uma realocação das nossas ações para demandas mais prementes da sociedade da qual fazemos parte (PINHEIRO; SANTOS, 2020, p. 106)<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Rita de Cássia Melo em entrevista ao grupo do Projeto Internacionalização Descentralizada em Foco (Departamento de Relações Internacionais/UFPB) em 13/07/2020. Disponível em <https://www.ideal.ufpb.com/entrevista-rita-de-cassia>.

<sup>6</sup> Para conhecer mais sobre a história e dinâmica de organização do Observatório, o desenvolvimento de suas ações e projetos, acessar o artigo referenciado e a plataforma online <https://observantropologia.wixsite.com/ufpb> e a rede social <https://www.instagram.com/observantropologia/>.



Inspirada pela fala de minha interlocutora, ousou dizer que o Observatório Antropológico é uma dessas iniciativas “cavadas à unha” pela sua idealizadora e o grupo que, ao seu lado, cultivou essa iniciativa. Diante das incertezas do que estaria por vir, mas com a certeza de que as comunidades onde desenvolvem suas pesquisas teriam agravadas sua situação de vulnerabilidade, esse grupo, de forma ética e solidária, primando pelo diálogo e a articulação entre os envolvidos, foi capaz de tomar a estrada da extensão universitária e, ainda, de espalhar o reinventar-se num espaço acadêmico onde docentes e discentes se encontravam fragilizados e “entorpecidos” diante da chegada da pandemia em nosso território.

De forma interessante, alunos e professores foram se unindo, numa relação horizontal, superando as limitações de acesso e disponibilidade a ferramentas de comunicação remota, postas como dificuldades para, por exemplo, a continuidade das aulas de maneira não presencial. Não quero dizer com isso que são situações semelhantes. Pelo contrário, quero ressaltar o motivo pelo qual resolvi escrever essa narrativa: o fato de uma iniciativa ser capaz de promover a união, fazer frente a necessidades sociais locais e estimular a aprendizagem e a solidariedade. Como diz Patrícia, “é preciso lembrar que a extensão universitária é um dos pilares da Universidade. É importante pra todo mundo”, tão caro em contextos de crise pelas quais o mundo vêm atravessando, a exemplo da pandemia.

E o resultado vai aparecendo. Já conseguimos colher flores que seguem se multiplicando entre as estradas que cruzam a UFPB e as diversas comunidades com as quais mantemos interlocução. Além das campanhas e iniciativas solidárias que possibilitaram ações emergenciais de produção e distribuição de alimentos, sanitizantes e equipamentos de proteção individual, temos o trabalho de mapeamento do avanço da covid-19 entre indígenas Potiguara e Tabajara; Informes Epidemiológicos e Boletins Indígenas; Narrativas e Vivências e depoimentos de pessoas afetadas de modo singular pela covid-19; podcast Observantropologia (nos quadros Pílulas Antropológicas e Antropologia à conta-gotas) com a participação de pesquisadores e estudantes veiculando a informação e o diálogo que não aparecem na mídia comum e outras flores que vão brotando e podem ser apreciadas diariamente através das redes sociais referenciadas.



Finalizo esta narrativa recorrendo novamente a Patrícia ao lembrar suas primeiras experiências no campo da extensão. Em seu depoimento, ela deixa escapar a crença que impulsiona o trilhar iniciativas como o Observatório: “fazendo ações de extensão [pausa] é como se eu tivesse sido apresentada para uma outra universidade, sabe?... Mas não é outra universidade, é a universidade que as pessoas estão construindo”.





## REFERÊNCIAS

GEERTZ, Clifford. O dilema do antropólogo entre “estar lá” e “estar aqui”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, 1991, v. 7, n. 7, p. 205-235, 30 mar. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v7i7p205-235>> Acesso em: 30 maio 2020.

PINHEIRO, Patrícia dos Santos; SANTOS, Rita de Cássia Melo. Observatório Antropológico: mapeamento e fortalecimento das ações de combate ao Covid-19 na Paraíba (PB), Nordeste do Brasil. **RSBE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v.19, n. 55, abril de 2020. Suplemento Especial – *Pensando a Pandemia à luz da Antropologia e da Sociologia das emoções*, pp. 101-111, maio de 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>> Acesso em: 15 maio 2020.

Recebido em: 13/06/2020

Aceito para publicação em: 20/07/2020





**DAS RUAS ÀS REDES SOCIAIS: A MOBILIZAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS  
E ESTUDANTIS EM PERÍODO DE ISOLAMENTO**

***From streets to social networks: mobilizing social and student movements  
in the period of isolation***

**Anna Beatriz Ramos Dias**

Mestranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande - PPGCS/UFCCG; Graduada em Ciências Sociais - licenciatura pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

Email: [ramoxbeatriz@gmail.com](mailto:ramoxbeatriz@gmail.com)

**Raphaella Ferreira Mendes**

Mestra em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande - PPGCS/UFCCG; Graduada em Ciências Sociais - licenciatura pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

Email: [raphaellaffm@gmail.com](mailto:raphaellaffm@gmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p.170-177, outubro 2020

ISSN 2447-9837

**RESUMO:**

Este ensaio tem como objetivo abordar a atuação dos movimentos sociais no período pandêmico do novo coronavírus. Elaborando um recorte específico no uso das ferramentas digitais e no engajamento do ativismo político de jovens através das redes sociais, utilizados pelo movimento estudantil em atos virtuais. Partindo de uma reflexão socioantropológica enquanto pesquisadoras no campo da juventude e dos movimentos sociais, percebemos a internet como um meio de organização desses movimentos. Promovendo *ciberespaços* para a mobilização dos militantes, os movimentos que antes ocupavam as ruas, hoje ocupam as redes sociais e disputam o campo virtual.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Movimentos Sociais. Isolamento social. Ciberespaços.

**ABSTRACT:**

This essay aims to address the role of social movements in the pandemic period of the new coronavirus. Elaborating a specific cut in the use of digital tools and in the engagement of political activism of young people through social networks, used by the student movement in virtual acts. Starting from a socio-anthropological reflection as researchers in the field of youth and social movements, we perceive the internet as a means of organizing these movements. Promoting cyberspace for the mobilization of militants, the movements that previously occupied the streets, now occupy social networks and compete in the virtual field.

**KEYWORDS:**

Social movements. Social isolation. Cyberspace.



## INTRODUÇÃO

Escrever sobre movimentos sociais em meio à pandemia do novo coronavírus é desafiador, no sentido de pensar e refletir sobre os desafios enfrentados e as estratégias usadas por esse setor nesse período de isolamento social. A suspensão das atividades acadêmicas presenciais, como uma das medidas adotadas nesse período, retira o campo da instituição de ensino como *locus* de mobilização presencial, consequentemente, a possibilidade de uma atuação mais próxima junto ao corpo estudantil. Nesse contexto, os movimentos sociais, que historicamente utilizam a rua como palco de reivindicação, adaptam suas estratégias para os espaços virtuais.

Ao pensar esse campo sob o olhar antropológico, Ferraz (2019) nos alerta que não podemos desprezar a condição digital no contexto da cultura contemporânea, fazendo-se em diversas esferas das relações sociais, apresentando-se também como objeto de pesquisa. Se ignorarmos esse fenômeno social evidente em nossa era, “tornam-se percíveis os métodos antropológicos tradicionais, por supostamente não darem conta de explicar as culturas intoxicadas pelas tecnologias nas relações sociais e materiais” (FERRAZ, 2019, p. 48).

Devido a isso, decidimos dissertar neste ensaio/reflexão um apanhado de discussões fruto de nosso contato com a literatura sobre os movimentos sociais, ao mesmo tempo em que os movimentos estudantis se adaptam a novas atuações, nos propomos a abordar os aspectos socioantropológicos a respeito das estratégias empregadas por esse setor em período de isolamento.

A necessidade de aproximação com as bases e o estreitamento do contato com a população sempre foram questões que regem os alicerces dos movimentos sociais. Com esse período atípico que enfrentamos, algumas mudanças foram impostas no uso de estratégias para o alcance dessa necessidade. Partindo dessa questão, o processo de analisar a mobilização e engajamento de movimentos sociais deixam de protagonizar as ruas, os locais públicos e as chamadas presenciais, não se limitando a analisar os sujeitos políticos apenas na relação classe-partido-Estado para agregar e dar visibilidade aos movimentos populares que emergem em outros setores da sociedade, ocorrendo nos bairros, e nas reivindicações por moradia, na realidade



estudantil e agora, na disputa do campo virtual.

O conceito de movimentos sociais, como campo de estudos para as Ciências Sociais, torna-se mecanismo para compreender os indivíduos através das relações sociais que o compõem. Nas disparidades entre os grupos e seus conflitos, se faz importante investigar as razões pelas quais o indivíduos e grupos tentam quebrar as regras normativas de funcionamento das sociedades, ou quando criam movimentos para questionar a legitimidade dessas mesmas regras (GOHN, 2011).

Ao revisitar a trajetória histórica dos movimentos sociais, percebemos que são nas lutas sociais que a contestação é desenvolvida. Segundo Nóbrega (2006), os movimentos sociais atuam como uma mola propulsora de mudanças que regem a sociedade, ao entrarem na arena como um grupo de pressão que, ao promover o estranhamento do código da lei, ao batalhar pelo rompimento do círculo tautológico de que devemos obedecer à lei porque *ela é a lei* (ZIZEK, 1996, p. 318).

## **CIBERESPAÇOS: A INTERNET COMO MEIO DE ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS.**

Historicamente a juventude é o grupo social que marca os processos de enfrentamento das questões que emergem socialmente (POERNER, 2004). A rua, enquanto espaço público de contestação política, constituiu-se como meio fundamental na concretude das grandes mobilizações da juventude brasileira.

Os ciclos dos movimentos estudantis são reorganizados de acordo com as distinções geracionais de cada época, atuando diretamente nas formas de organização, meios de ação e estratégias utilizadas. As manifestações de julho de 2013 no Brasil sinalizaram para importância que a internet está desempenhando na contemporaneidade, principalmente, por ser um novo caminho para participação popular na política dos jovens. Nesse sentido, Castells (2017) afirma que a internet passa por uma transformação deixando de ser um meramente instrumental, e passa a incorporar o cenário político de maneira central, afetando o próprio jogo político.

O *ciberativismo* propõe uma mudança no senso de percepção em relação aos



espaços virtuais, transformando-o em um espaço de luta e resistência. Os canais históricos de luta, como a rua, são reintroduzidos para os espaços virtuais com a emergência de novas estratégias e atores nesses contextos. Inaugurando um momento na história dos movimentos sociais brasileiros atravessados pelos aspectos físico e virtual. Por isso, ciberespaços como meio de organização são marcas fundamentais dos movimentos sociais contemporâneos.

A UNE<sup>1</sup> marca a organização do movimento estudantil com sua criação em 1938 e atua como papel fundamental nas ações de movimentos sociais brasileiros nas lutas históricas em prol da educação. Mais recentemente, em 2019, a entidade encabeçou uma sequência de atos de rua contra algumas medidas do governo Bolsonaro, como o corte orçamentário de 30% nas instituições federais de ensino superior do país, chamada de “Tsunami da Educação”. Essa campanha já contava com o uso das *hashtags*<sup>2</sup> para nomear e chamar atenção para os dias de ação, #15M (15 de maio) #30M (30 de maio) #13A (13 de agosto).

Ainda nesse contexto, com as aulas presenciais suspensas e a carência de acessibilidade a alguns meios virtuais por parte da população menos favorecida de recursos, o Ministério da Educação deu início as inscrições do Enem<sup>3</sup> edição 2020 sem o debate sobre o adiamento da prova. Esse cenário fez com que a UNE aderisse à utilização dos atos virtuais como forma de resistência, dentre elas, a promoção do ato virtual no dia 15 de maio, em menção há um ano do ato de rua #15M realizado nacionalmente.

Com a *hashtag* #AdiaEnem, a UNE convocou outras entidades estudantis e movimentos sociais a participarem de um *twittaço*<sup>4</sup>, o que levou o assunto aos *trending topics*<sup>5</sup> do *Twitter*. Usando como meio de divulgação e mobilização para essa data, a entidade vem se utilizando da rede social *Instagram*, onde as pessoas que aderiram a

---

<sup>1</sup> União Nacional dos Estudantes.

<sup>2</sup> A *hashtag* é caracterizada pelo símbolo “#” e um termo posterior, o uso dessa ferramenta possibilita que as publicações em redes sociais que usem uma mesma *hashtag* possam ser mais facilmente encontradas.

<sup>3</sup> Exame Nacional do Ensino Médio.

<sup>4</sup> Termo dado às manifestações ocorridas dentro da rede social *Twitter* com a utilização da *hashtags* como marcador do tópico.

<sup>5</sup> Termo em inglês que se refere aos tópicos que estão em tendência no *Twitter*.



esse ato, produziam conteúdo em forma de *posts* em seus perfis virtuais, com fotos pessoais segurando uma plaquinha escrita #AdiaEnem e *cards* de divulgação elaborados pela campanha.

Partindo de dentro de um movimento social que compõe a UNE, com a participação direta na mobilização do ato de rua do #15M em 2019 e agora no ato virtual #AdiaEnem, por meio do movimento Levante Popular da Juventude<sup>6</sup>, atuante no Estado da Paraíba, percebemos as mudanças estratégicas tomadas para que a juventude engajada nesse movimento aderisse ao ato e não se dispersasse.

Na ausência da mobilização presencial, o Levante conseguiu adaptar-se ao campo virtual, utilizando-se de Núcleos de Base<sup>7</sup> intercalados por horários – onde os militantes participavam de acordo com sua disponibilidade de horário – cada um de sua casa, mas conectados via redes sociais de comunicação, unificando sua militância para a participação no ato virtual de 15 de Maio.

Com o #AdiaEnem no topo dos assuntos mais comentados do twitter, o resultado entre os participantes do ato virtual se assemelha às mobilizações de rua, ao perceber que a mobilização surtiu efeitos positivos tendo em vista que o engajamento promoveu uma sensação de participação coletiva, algo chamado pelo movimento de “em casa mas em movimento”. Sensação intensificada com a divulgação da nota do Ministério da Educação, dias após ao ato virtual, decidindo adiar o Enem 2020, atendendo as manifestações da sociedade e do Poder Legislativo.

Partindo de caminhos que compõe em sua base movimentos da Via Camponesa<sup>8</sup>, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Levante carrega em sua poética de luta a disputa de mentes e corações, adotada nesse período de pandemia através do projeto “Articulação de Redes” em conjunto com outros movimentos do mesmo campo. Nóbrega (2006) nos evidencia a luta do MST dentro da arena do discurso “não é mais possível combater os latifúndios da terra sem combater os latifúndios da mídia. Além de ocupar terras improdutivas, é preciso ocupar

---

<sup>6</sup> Movimento social voltado para a luta de massas e organização de juventudes.

<sup>7</sup> Método Josué de Castro de organização de núcleos de participação utilizado pelo Movimento Sem Terra.

<sup>8</sup> Organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações.



sentimentos”.

Dentro do vasto setor dos movimentos sociais, muitos têm recorrido à utilização das *lives*<sup>9</sup>, como ferramenta de promoção de conteúdo. A comunicação através dos eventos presenciais como mesas redondas, debates e palestras, nesse momento é exposta através do campo virtual. O que se percebe agora é que esse campo se torna o principal meio de disputa durante o isolamento social – dentre tantos outros perfis virtuais que se aglomeram em transmissões ao vivo – ele exerce uma centralidade, e não mais apenas uma das variadas ferramentas utilizadas para propagação.

Um fato se mostra evidente: a juventude ao usar as redes para uma posição de crítica às medidas impostas pelo Governo, transforma o *ciberespaço* em um espaço de debate. Segundo Santos e Unger (2017) faz-se a utilização das *hashtags* para denúncia no contexto da atmosfera indireta, que é própria das redes e que também as extrapola, enriquecendo a produção e trocas de saberes realizadas nesses e além deles.

Para Silveira (2013), o *ciberespaço* possibilita que um sujeito conectado, nesse caso, a juventude, conte a própria história. O ambiente virtual faz-se propício para o compartilhamento das narrativas na contemporaneidade, ao questionar-se até que ponto as narrativas de desconforto despertam nas pessoas a necessidade de repensar o mundo, a antropóloga destaca que “a enunciação é um engajamento, no sentido que conecta e extrapola subjetividades, modificando-as, assim” (SILVEIRA, 2013 p. 115).

---

<sup>9</sup> Termo em inglês que significa, no contexto digital, “ao vivo”.





## REFERÊNCIAS

CASTELS, Manuel. **Redes de indignação e de esperança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2017.

FERRAZ, Claudia Pereira. A Etnografia Digital e os Fundamentos da Antropologia para Estudos Qualitativos em Mídias Online. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, v. 12, n. 35, p. 46-69, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/index>. Acesso em: 2 fev. 2020.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v.16, n.47, mai-ago.2011. Disponível em: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/172155/movimentos\\_sociais\\_na\\_contemporaneidade.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/172155/movimentos_sociais_na_contemporaneidade.pdf). Acesso em: 2 fev. 2020.

NÓBREGA, Marcia. **Peça pra falar, palco pra ocupar**: encontros entre o MST e o teatro. Monografia defendida no Departamento de Antropologia da UNB. Brasília-DF, 2006. Disponível em: <http://augustoboal.com.br/wp-content/uploads/2017/04/versacc830-final-da-monografia-da-macc81rcia.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2020.

POERNER, Artur J. **O poder Jovem**: história da participação políticas dos estudantes brasileiros. 5. Ed. ilustrada, rev, ampl e atual- Rio de Janeiro: Bookling, 2004.

SANTOS, Claudiene. UNGER, Lynna Gabriella Silva. **Juventude, mobilização e interação na trilha das lutas feministas online**. In: Anais do 13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11: transformações, conexões, deslocamentos. Florianópolis, SC. 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503589143\\_ARQUIVO\\_Deslocamentos\\_artigoFazendoGeneronomodelo\(1\).pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503589143_ARQUIVO_Deslocamentos_artigoFazendoGeneronomodelo(1).pdf). Acesso em: 1 fev. 2020.

SILVEIRA, Natália Alves Cardoso Orlandi. **“Os assuntos que discutimos são a cara da nossa luta”**: um estudo antropológico dos debates feministas em meio às possibilidades de sociabilidade online. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, RS. 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/81403>. Acesso em: 1 fev. 2020.

ZIZEK, Slavoj. **Como Marx inventou o sintoma? Em Um mapa da ideologia / Theodor Adorno...** [et. al.] Org. Slavoj huuZizek. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4591664/mod\\_resource/content/2/Zizek.pdf#:~:text=Marx%20"inventou%20o%20sintoma"%20\(,"direitos%20e%20deveres"%20burgueses](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4591664/mod_resource/content/2/Zizek.pdf#:~:text=Marx%20). Acesso em: 29 jan. 2020.

Recebido em: 31/05/2020

Aceito para publicação em: 15/09/2020





**EFEITOS DA COVID-19 SOBRE O COTIDIANO DE MORADORES/AS DE UM  
BAIRRO DE OLINDA-PE: ENSAIO SOBRE AGÊNCIA E PESQUISA ONLINE<sup>1</sup>**

***Effects of covid-19 on the daily life of residents of a neighborhood in  
Olinda-PE: essay on agency and online research***

Gabriel Ferreira de Brito

Doutorando no Programa de Pós-Graduação de Antropologia da Universidade Federal de  
Pernambuco (UFPE), Brasil.

Email: [gabrielmop@hotmail.com](mailto:gabrielmop@hotmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p.178-185, outubro 2020

ISSN 2447-9837

---

<sup>1</sup>O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

**RESUMO:**

Este ensaio reflete sobre o tema da agência não humana a partir de uma pesquisa de doutorado, em andamento, cujo objetivo é investigar os impactos ou efeitos da covid-19 sobre os hábitos cotidianos, interações sociais e interações humano-ambiente de munícipes olindenses do bairro de Ouro Preto, Pernambuco. Tomando o debate sobre agência entre Alfred Gell, Tim Ingold e Bruno Latour, sugere-se que o assunto pode subsidiar pesquisa online, principalmente diante de um período de pandemia e isolamento social.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Ouro Preto/PE. Covid-19. Agência.  
Etnografia online.

**ABSTRACT:**

This essay reflects on the theme of a non-human agency from an ongoing Ph.D. research whose objective is to investigate the impacts or effects of covid-19 on the daily habits, social interactions, and human-environmental interactions of residents of Ouro Preto, Pernambuco. Taking the agency debate between Alfred Gell, Tim Ingold, and Bruno Latour, suggested that the subject can subsidize online research, especially in a period of pandemic and social isolation.

**KEYWORDS:**

Ouro Preto/PE. Covid-19. Agency.  
Online Ethnography.



## INTRODUÇÃO

Este ensaio reflete sobre o tema da agência não humana a partir de uma pesquisa de doutorado, em andamento, cujo objetivo é investigar os impactos ou efeitos da covid-19 sobre os hábitos cotidianos, interações sociais e interações humano-ambiente de munícipes olindenses do bairro de Ouro Preto, Pernambuco. Neste ensaio, analisa-se apenas um caso dos quatro casos inicialmente constituintes do material empírico da pesquisa, a saber, trata-se de análise de conversas mantidas pela observação participante online de quatro famílias em seus usos de plataformas digitais ou redes sociais. Aqui, analisa-se o caso de uma interlocutora.

Como dito: o campo está sendo “abordado” *online* e presencialmente. Mas ao invés de caminhar para a *netnografia* ou pesquisas “no” *cyberespaço*, como foi pensado no planejamento inicial desta pesquisa depois que a covid-19 “chegou” ao Brasil, no mês de março, foi decido fazer apenas uma pesquisa parcialmente *online*. É preciso dizer que Ouro Preto é o segundo maior bairro da cidade de Olinda, atrás apenas do bairro de Rio Doce. Já em comparação com outras cidades, Olinda é a terceira maior do estado de Pernambuco, tendo 397.268 habitantes até o último censo. Ela tem, inclusive, a quinta maior densidade demográfica por quilômetro quadrado do Brasil, com 9.122,11 habitantes por quilômetro quadrado; 98% do território de 43,55 km<sup>2</sup> é urbanizado, ou seja, 36,73 km<sup>2</sup> urbanizado e apenas 6,82 km<sup>2</sup> são de área rural<sup>1</sup>.

Já em relação à pandemia de covid-19, até o dia 28 de maio de 2020 foram registrados 2,308 casos confirmados, 164 óbitos, 1200 descartados e, até aquele momento, 435 casos sendo investigados na cidade. Dos 34 bairros que fazem parte do município, apenas 4 bairros têm mais de 200 casos confirmados, mas Ouro Preto fica em segundo, com 228, e Rio Doce em primeiro, com 310; já Peixinhos, que fica relativamente próximo a Ouro Preto, tem 208 e Jardim Atlântico, também próximo ao bairro de Ouro Preto, fica em quarto lugar com 201 casos confirmados. São 20 óbitos em Ouro Preto, Rio Doce tem menos, são 17, contra 23 em Peixinhos e 10 em Jardim Atlântico<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Fonte: Prefeitura de Olinda. Disponível em: <https://www.olinda.pe.gov.br/a-cidade/olinda-em-dados/>. Acesso: 30 mai. 2020.

<sup>2</sup> Fonte: Boletim epidemiológico da Secretaria de Saúde de Olinda. Disponível em: <https://www.olinda.>



## METODOLOGIA E TEORIA EM UM TEMPO “EMERGENTE”

A primeira reflexão sobre o campo foi sobre os limites da observação e, portanto, da coleta de dados. Mas ficou decidido que seria uma pesquisa *online* da comunidade de Ouro Preto, não uma pesquisa da comunidade *online*, como ocorreria numa *netnografia* (KOZINETS, 2014). Com isso em mente, recorreu-se a um recorte temporal: “vivendo a pandemia” e “o mundo depois de amanhã” (trocadilho com o período pós-pandemia esperado/desejado). O primeiro momento, então, é o que importa para este ensaio. Então vejamos o caso de Gabriela Oliveira (nome fictício). Trata-se de uma mulher de 32 anos de idade, descendente de italianos, arquiteta, moradora de Ouro Preto e mãe de uma menina de 10 anos. Ela é um ótimo exemplo do uso da tecnologia comunicacional no momento da pandemia. Vejamos como ela responde, após quase dois meses de conversas informais e descontraídas via Instagram e WhatsApp sobre o seu uso de redes sociais:

Pesquisador - Bom dia, Gabriela. Quando puder, me fala um pouco sobre o Instagram pra tua vida. Por acaso vi que tu tem outra conta. Bati um papo com Joana ontem [amiga de Gabriela] [...] e aí surgiu essa questão do significado do Insta...

Gabriela - Insta' é minha ferramenta de trabalho antes de tudo. Em segundo plano é uma plataforma de diversão, meio álbum de fotografia. E agora com a pandemia e [sic] uma vitrine pra conhecer gente até kkkk. E ver como andam as pessoas por aí trancadas<sup>3</sup>.

Se, ao menos no momento do isolamento, a etnografia online parece bastante apropriada, resta uma questão teórica: o uso das tecnologias comunicacionais poderia se dar a partir de uma abordagem que renovasse o debate da agência não humana na mesma medida em que contribuiu para a construção da pesquisa? A primeira questão que se coloca é sobre a própria definição de agência. Alfred Gell (2018[1998]) contribuiu com sua teoria da arte, basicamente, dizendo que abordar a agência significa olhar para como, em uma situação dada, ocorre uma relação em que a agência aparece na interação entre as partes envolvidas (humanos ou não humanos). O que significa que a agência pode ser entendida como o que emerge da [pe.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Boletim-epidemiol%C3%B3gico\\_n69\\_28.05.20.pdf](https://pe.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Boletim-epidemiol%C3%B3gico_n69_28.05.20.pdf). Acesso em: 30 mai 2020.

<sup>3</sup> Conversa registrada no dia 29 de maio às 10h, via Instagram.



interação entre as partes envolvidas diante de uma situação específica (não fazendo sentido nos perguntarmos, por exemplo, se uma mina terrestre é um agente ou o soldado que a implantou)<sup>4</sup>.

No entanto, o também britânico, Tim Ingold, critica a ideia de agência gelliana, mas não apenas (INGOLD, 2012). Para ele, tanto Gell quanto para Latour, e sua teoria do ator-rede, estão enganados ao acreditar que um objeto pode possuir agência. Ao invés disso, ele sugere o conceito amplo de “coisa”, de movimento e de vida. Assim, sai agência, entra “vida”; a vida opera em fluxo, sempre em movimento, mas os objetos estão “mortos”, fora desse fluxo (“como podem ter agência sem movimento?”). São os fluxos, como “malhas” se tecendo, que permitem com que as coisas produzam esse movimento, esses fios de vida.

Se Ingold (2012), portanto, está certo – e isso significa levar em conta que ele está em diálogo, assim como Latour, com a filosofia “vitalista” de Gilles Deleuze e Félix Guatarri (2004; [1972]) -, então, devemos abandonar a agência dos objetos. O que é curioso é que Deleuze e Guatarri, que falavam de fluxos, e máquinas desejantes, posteriormente passaram a utilizar o conceito de agência (“máquina” e como “enunciados linguísticos”) (MOSFATA, 2015, p. 47). O que quer dizer que Ingold dialoga com a filosofia dos dois, mas precisa abrir mão de ambos os autores quando o assunto é agência – por mais que os dois não tenham desenvolvido com pormenores a “parcela” não humana nesta agência como o fazem com a questão dos enunciados linguísticos da ação.

Já para Latour (2012), não tem “tempo ruim”, um agente (actante) é um “fazer-fazer” (se você acende um cigarro, o cigarro faz fumar, e vice-versa; assim como um prego não “prega” se você não tiver um prego). Neste sentido, há semelhança entre Latour e Gell, mas não entre Latour e Ingold. Para Latour (2012), a descrição etnográfica possibilita a produção de um relato textual que figura (representa) a realidade no formato de rede. A rede não existe, não é uma “coisa”, apenas um modo de figurar os objetos e a ação. Assim, quando falamos em ação, basta saber quais elementos

<sup>4</sup> Gell (2018) dá o exemplo de um soldado que instalou minas terrestres em certa época. Não é seu “uso” da mina que o torna agente, nem a mina seria um agente somente porque ela “explode” quem a pise: a agência se encontra nessa relação em que um soldado é esse ser *com a mina*, capaz de manejá-la, instala-la etc. A ação, aqui, está na relação, independente de “onde está a intenção”, se no soldado ou na mina.



participam deste “faz fazer” o quê e, por conseguinte, devemos registrar quais transformações a ação sofreu em algum momento observado (Cf. LATOUR, 2001; 2000; 2012).

Ainda com Latour (2001), é possível descrever a ação como distribuída entre os agentes e, assim, no exemplo de uma mediação *sociotécnica*, humanos e não humanos, tal como descrevemos com Gell (2018), precisam ser observados “na construção” de uma sequência em que os objetivos (interesses) fazem com que um agente passe por um desvio e “alície” outro agente, humano ou não, fazendo com que se alcance o objetivo. Vejamos o exemplo de Gabriela, a partir de sua fala anterior: se a covid-19 gerou um impacto no cotidiano de Gabriela, que mantinha um escritório de arquitetura, mas agora está em isolamento, é preciso então presumir que a agência relativa a esse impacto surge quando ela e o computador, cada qual com suas competências, *inter-agem*, resultando na manutenção da renda de Gabriela (lembrar que ela disse que o Instagram era uma ferramenta de trabalho para ela). A questão, então, é se essa participação da tecnologia aparece como agência, de um ponto de vista analítico, ou não. Se Ingold (2012; 2015) estiver correto em suas críticas, não há agência, apenas fluxos de vida postos em movimento, a partir da materialidade das “coisas” e linhas de força, energia. Mas se ele estiver errado?

## CONCLUSÃO

Recolocar o problema da agência parece importante em um momento de crise política e de saúde mundial. Retomando o caso de Gabriela, como podemos observar sua ação e responder: há agência em seu consumo de dados de *Internet* tanto quanto, para Gell, haveria agência em uma obra de arte? Em caso negativo, surge outra questão teórica pertinente: se Gabriela usa o Instagram, mas não somente, como *home office*, conseguindo, assim, manter sua renda, e se devemos descartar a agência não humana, com quais abordagens teórico-metodológicas faz mais sentido lidar com esta inevitável participação de tecnologias e artefatos técnicos diante da pandemia? Afinal, o mínimo que se pode antecipar é que, aqui, tais *presenças* não serão subestimadas.



Por último, é importante destacar duas coisas. Primeiro: o presente ensaio, por questões de espaço, precisou ser econômico nos exemplos, analisando apenas uma conversa com Gabriela. No entanto, a conversa já permite identificar dois usos que o Instagram possui para ela: ele é trabalho e, segundo, entretenimento. Ao falar em agência, portanto, o objetivo é demonstrar como, neste caso, temos a presença da Rede Social, e seu intermediário (celular, *tablet* ou computador) fazendo Gabriela trabalhar e se entreter. É disto que decorre a ideia de que existe agência não humana.

Em segundo lugar: em alguns dos outros casos da pesquisa que subsidia este ensaio, *home office* não era uma alternativa. O que aponta para um tema caro às ciências humanas e sociais: a desigualdade social. Tal tema, sem dúvida, já vem sendo investigado conforme a pesquisa avança. Este ensaio apenas tentou contribuir para pensar em etnografias em tempos de isolamento social, com base na pesquisa online com ênfase na agência não humana.





## REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Joana Moraes Varela e Manuel Maria Cariilho. Lisboa: Assírio & Alvin, 2004.

GELL, Alfred. **Arte e agência (Coleção Argonautas)**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. Ubu Editora (Kindle), 2018 [1998].

INGOLD, Tim. **Estar vivo: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição**. Tradução de Fábio Creder, Petrópolis: Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n 37, p. 25-44, jan./jun.2012. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832012000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832012000100002)>. Acesso em: 27 dez. 2017.

KOZINETS, Roberts. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2014.

LATOUR, Bruno. **A esperança de pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Tradução de Gibson César Cardoso de Sousa. Bauru: Edusc, 2001. (Coleção filosofia e política).

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LATOUR, Bruno. **Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos**. Tradução Alexandre Agabiti Fernandez, Petrópolis: Vozes, 2019. Coleção Antropologia.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador, EDUFBA, 2012; Bauru: Edusc, 2012.

MOSTAFA, Solange Puntel. A antivirada linguística de Gilles Deleuze e sua importância para a educação. **Rev. Contrapontos** (ele.), v. 15, n. 1. Itajaí, jan-abr. 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/277361703\\_A\\_ANTIVIRADA\\_LINGUISTICA\\_DE\\_GILLES\\_DELEUZE\\_E\\_SUA\\_IMPORTANCIA\\_PARA\\_A\\_EDUCACAO](https://www.researchgate.net/publication/277361703_A_ANTIVIRADA_LINGUISTICA_DE_GILLES_DELEUZE_E_SUA_IMPORTANCIA_PARA_A_EDUCACAO). Acesso em: 30 mai 2020.

Recebido em: 31/05/2020

Aceito para publicação em: 04/10/2020





**AS MÁSCARAS DE “PROTEÇÃO” COMO PASSAPORTE PARA QUEBRA DO ISOLAMENTO SOCIAL EM UMA CIDADE DO INTERIOR DE PERNAMBUCO**

***“Protection” masks as a passport to break social isolation in a city in the countryside of Pernambuco***

Heytor de Queiroz Marques

Doutorando em Antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil.

Email: [heytorqueiroz@hotmail.com](mailto:heytorqueiroz@hotmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p.186-194, outubro 2020

ISSN 2447-9837

### **RESUMO:**

Este relato tem como ponto de partida a observação do uso de máscaras de proteção no momento de pandemia a partir de uma cidade do interior do Estado de Pernambuco. Com a instalação da pandemia e o isolamento social, utilizei das poucas idas ao supermercado para fazer uma observação do uso de máscara de proteção, pois me chamou a atenção que durante a pandemia o uso obrigatório deste tipo de proteção tinha por intuito diminuir os casos de infecção pelo coronavírus, mas na verdade proporcionou uma maior liberdade de ir e vir. Na perspectiva interiorana, as máscaras são passaportes da quebra do isolamento, não apenas para realizar as atividades essenciais, mas de forma recorrente, transformando assim o item em protagonista durante a pandemia, pois a partir do uso das máscaras é possível ver a distinção de como era antes, “normal”, e do momento pandêmico causado pelo Conoravírus.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Máscaras de proteção. Cidades do Interior. Isolamento Social. Coronavírus. Antropologia na Pandemia.

### **ABSTRACT:**

This report has as its starting point the observation of the use of protective masks, at the time of a pandemic, from a city in the interior of the State of Pernambuco. With the installation of the pandemic and social isolation, I used the few trips to the supermarket to make an observation of the use of a protective mask, as it called my attention that during the pandemic the mandatory use of this type of protection in order to reduce cases of infection with the corona virus, in fact provided greater freedom to come. In the interior perspective, the masks are passports for breaking the isolation, not only to carry out the essential activities, but on a recurring basis, thus transforming the item into a protagonist during the pandemic, because from the use of the masks it is possible to see the distinction of the before and when the corona virus is present.

### **KEYWORDS:**

Protective Masks. Interior Cities. Social Isolation. Corona Virus. Anthropology in Pandemic.



## PERCEBENDO AS MÁSCARAS

Para começar a escrever esse relato, recorro ao texto de Peirano (2014) no qual a autora aproveita a necessidade de regularizar um documento para fazer uma reflexão etnográfica. Da mesma forma que ela aproveitou uma necessidade, utilizo, em tempos de pandemia – quando não podemos sair de casa –, as minhas idas ao supermercado e o fenômeno do uso da máscara na cidade que estou passando o período de isolamento<sup>1</sup>.

A primeira vez que saí de máscara usei uma preta “n95”<sup>2</sup>, considerada de uso profissional, que tinha guardada há um bom tempo. No trajeto até o supermercado, percebi olhares diferentes e até mesmo pessoas desviando do meu caminho no meio da rua. Isso aconteceu no fim do mês de março para o início do mês de abril de 2020. Entretanto, com o passar do tempo, mais pessoas foram usando os vários tipos de máscaras, principalmente as de pano, estampadas e feitas em casa.

Em 23 de abril de 2020, dada a gravidade da situação no estado de Pernambuco se fez necessário o governo estabelecer a norma do uso de máscara. Entretanto, o que poderia parecer uma possibilidade diante de situação essencial de proteção para sair à rua excepcionalmente, tem tomado outra configuração assumindo uma realidade recorrente. À medida que mais pessoas usavam as máscaras, menos aderiam ao isolamento social. Percebia isso cada vez que ia ao supermercado, com isso notava um maior número de pessoas, assim como uma maior quantidade dessas pessoas usando máscaras. Esses fenômenos coincidem com os dados de diminuição do isolamento social que atingiu a marca de 47% no mês de maio, segundo a empresa In Loco, publicado no portal Brasil de Fato<sup>3</sup>. Esse nível só veio a aumentar depois do

<sup>1</sup> É uma cidade no interior que é localizada na zona da mata norte de Pernambuco, tem tradição no cultivo de cana-de-açúcar e também de engenhos tradicionais na produção de açúcar, que em dias atuais não estão em funcionamento. Próxima a várias outras cidades menores, isso faz com que a cidade que aqui descrevo se torne referência para as demais quanto ao comércio, serviços bancários e atendimento em saúde.

<sup>2</sup> É uma máscara de uso profissional. Ela impede a contaminação de vias aéreas, pois possui uma eficácia de 95% da filtragem do ar.

<sup>3</sup> GONZAGA, Vanessa. Índice de isolamento em Pernambuco diminui e governo avalia implantação de **lockdown**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2020/05/05/indice-de-isolamento-em-pernambuco-diminui-e-governo-avalia-implantacao-de-lockdown>. Acesso em: 14 maio 2020.



endurecimento do isolamento social estabelecido pelo governo do estado no dia 16 de maio.

A taxa de população que respeita o isolamento social na cidade, por ser do interior, é medida com grande intervalo de tempo entre uma aferição e outra, sendo a última publicada<sup>4</sup>, até a escrita do ensaio, no dia 05 de maio quando se averiguava 52% de isolamento, de modo que foi perceptível a diferença das primeiras semanas de isolamento social iniciadas no mês de março até o mês de maio. Também houve crescimento no número de casos de infectados e óbitos informados pelos boletins epidemiológicos da prefeitura, e com isso surgiu a preocupação sobre o que está ocorrendo na cidade e quais são os motivos para a diminuição do isolamento social na cidade.

## AS MÁSCARAS COMO PASSAPORTE

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) (UNASUS, 2020) declarou que o mundo estava em estado de pandemia causada pela disseminação do novo coronavírus, um vírus originário de uma mutação da família de vírus SARS, que segundo evidências surgiu no fim do ano de 2019 na China, porém logo se espalhou por todos os continentes, por isso se caracterizou como pandemia, com isso, chegando ao Brasil no mês de fevereiro.

Do mês de março até maio, o Brasil se tornou um dos países com as piores estatísticas no número de infectados e mortos da América Latina e se encaminha para ser um dos piores no mundo, pois já ultrapassou mais de 460 mil infectados e mais de 27 mil mortos, de acordo com o Ministério da Saúde – esses dados correspondem ao momento em que escrevo essas reflexões. Somado a estes preocupantes dados, existe um total descaso do Governo Federal que insiste em flexibilizar a quarentena e atribuir a responsabilidade aos governantes estaduais e municipais quanto às medidas de proteção da população.

---

<sup>4</sup> Blog Ponto de Vista. **Confira como anda o índice de isolamento social na sua cidade. Estudo foi divulgado pelo Ministério Público de Pernambuco.** 2020. Disponível em: <https://blogpontodevista.com/confira-como-anda-o-indice-de-isolamento-social-na-sua-cidade-estudo-foi-divulgado-pelo-ministerio-publico-de-pernambuco/>. Acesso em: 18 maio 2020.



Pouco antes da chegada da covid-19, mudei-me para a cidade onde residem meus pais e onde eu cresci, no interior de Pernambuco. Com isso pude acompanhar a “chegada” da doença na cidade e como foi a reação do comércio local, das pessoas e da gestão municipal.

Quando nos voltamos para as estatísticas da covid-19 publicadas na grande mídia, ou se fala a partir da realidade das capitais, ou de forma homogênea do estado. De acordo com os dados referentes ao mês de maio, Pernambuco é um dos estados com maior número de infectados no Nordeste, e a cidade que estou morando possui até então 107 casos confirmados, 21 óbitos e 65 recuperados para uma população de 53 mil habitantes (IBGE, 2019).

Existe uma negligência com a real situação desta cidade, que depende em partes de empregos da prefeitura, do comércio local e da zona rural. Em abril foram decretadas as medidas de isolamento social pela prefeitura municipal, seguindo as recomendações do Governo Estadual, com isso parte do comércio fechou, ficando aberto apenas os estabelecimentos de serviço essencial, as escolas e faculdades tiveram as aulas interrompidas.

Esse cenário não durou muito tempo, parte da ânsia dos comerciantes em voltar a funcionar, impulsionados pelos discursos do Presidente Bolsonaro e de seus apoiadores regionais, que de forma irresponsável e indo contra as recomendações da OMS e das autoridades estaduais e municipais, pediram o “retorno da economia”. Logo então os lojistas, mesmo com a orientação de não funcionar para não gerar aglomeração, ignoravam a recomendação e funcionavam de portas fechadas ou com as portas entreabertas, não havendo medidas de fiscalização para barrar essa prática no município.

Para os serviços que eram essenciais se instalou uma série de regras para o funcionamento, como a disponibilização de álcool em gel ou álcool 70% para os clientes, uma proteção de acrílico para os atendentes, filas com espaço de um metro entre clientes e o uso de máscaras e luvas.

Destas recomendações, o uso do álcool e das máscaras se popularizaram na cidade, porém o mercado não estava preparado para essa demanda, resultando numa falta generalizada de álcool 70% por um bom tempo. Com a falta de máscaras



descartáveis e a necessidade do seu uso, as costureiras foram acionadas para a produção das máscaras de pano, tanto pelos órgãos públicos, quanto de forma independente, fazendo assim com que se tornassem um dos itens mais produzidos durante a pandemia.

Segundo informações do IBGE (2019), a cidade integra o grupo daquelas de pequeno para médio porte, e existem algumas peculiaridades que podem ter intensificado o processo da pandemia e a necessidade da quebra do isolamento social com uso de máscara, como o fato de só existir uma agência da Caixa Econômica Federal e apenas uma casa lotérica. Possuir apenas uma agência levou a vários dias de aglomerações e confusões por causa do saque do Benefício Emergencial concedido pelo Governo Federal. Filas. Filas começavam a se formar às 2 horas da manhã, pessoas não apenas da cidade, mas de cidades e distritos vizinhos vinham logo cedo para a fila do banco na tentativa de sacar dinheiro. Isso levou a prefeitura, juntamente com o banco, a tomar medidas de demarcação de posição e de distanciamento na fila. A máscara se tornou popular e necessária para aqueles que estão na fila. Embora seja um direito, ao estabelecer que o acesso ao recurso se daria por via de aparelho celular, o governo federal negou o acesso para milhões de brasileiros que não têm internet e, menos ainda, um aparelho celular.

Outra peculiaridade é a feira livre da cidade, importante para a vida local, não só daqueles que produzem bens alimentícios e outros mas também daqueles que compram; quando se distribui a produção local, abastece a casa na zona rural, encontra parentes, compadres e amigos. A feira funcionava em dois dias, às quartas-feiras e aos sábados, reunindo não eram apenas pessoas do município, mas também de fora. Pessoas dos sítios, distritos e até de outras cidades realizavam suas compras, e não só isso, algumas delas aproveitam a vinda para ir aos bancos e outros comércios, gerando maior aglomeração.

Assim, medidas importantes foram tomadas pelo governo local, entre elas: deixar apenas um dia de feira (sábado); a instalação de pontos de higienização; e também a distribuição de máscaras. Os feirantes só podiam montar suas barracas para a venda de alimentos, porém só era permitido o funcionamento com o uso de máscaras de proteção, já aqueles que vendiam roupas, utensílios domésticos e calça-



dos estavam proibidos de montar as suas barracas por um decreto municipal.

Todas as medidas tomadas por parte do governo municipal na tentativa de proteger a população foram e são importantes, porém uma delas, a exigência do uso de máscara, tomou um contexto reverso, sendo usado para a quebra do isolamento para além do uso dos serviços essenciais. A máscara então ganha um grande apelo da mídia e do público, pois o seu uso diminui as chances de se infectar pela covid-19. Na cidade, frases do tipo “Permitido a entrada apenas com máscaras” passaram a ser frequentemente vistas nas portas dos chamados comércios que deveriam estar fechados. As pessoas sem o uso de máscaras passaram a ser repreendidas, o isolamento passou a ser daqueles que não estavam com a máscaras nas ruas.

A máscara virou sinônimo de proteção, pessoas que estão fazendo uso das máscaras se sentem seguras e aqueles que não fazem o uso eram estigmatizados (GOFFMAN, 2017), repreendidos e às vezes orientados a fazer o uso do equipamento para entrar em diversos estabelecimentos ou para andar na rua. Aqueles que não usam máscaras são diferentes, que não se cuidam, indesejáveis e Goffman (2017, p, 12) “Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável”. O fato de uma pessoa não o uso do equipamento de proteção impossibilita que de ser incluído ou aceito, mesmo que de forma temporária, por aquele grupo que toma as medidas de biossegurança.

Sendo assim, a máscara tomou outro significado, deixando de ser um equipamento para a proteção do outro para se tornar de proteção individual. Parte das medidas que eram tomadas na cidade, para evitar a infecção das pessoas pela ,

covid-19, vinham seguidas da necessidade do uso de máscara. Essa imposição do uso de máscara, até então importante, porém, gerou efeitos contrários à estratégia de isolamento social. No lugar de as estratégias de prevenção, a máscara se tornou um passaporte para a saída de casa, para reabrir o comércio e voltar a trabalhar.

Como o meio mais difundido de proteção contra o novo coronavírus, a máscara se torna símbolo da pandemia, pois como o vírus é “invisível”, o uso de máscara deixa o problema “visível”, com isso a máscara traz a identificação das pessoas que





vivem o momento de pandemia, pois esse uso não era nada comum, fugindo dos hábitos da população.

Com o passar do tempo, pessoas a todo momento começaram a tirar *selfies* com as máscaras com variadas estampas. Pensando que a pandemia pode se caracterizar por momento de maior e menor controle das medidas sanitárias, o uso das máscaras será necessário por um bom tempo, podendo tornar-se uma etiqueta de proteção, no qual o uso será algo comum até a descoberta de uma vacina.

Entender as máscaras como um passaporte para a quebra do isolamento social faz parte da necessidade da antropologia em entender os novos comportamentos humanos a partir da emergência da pandemia. Da minha parte, trazer luz sobre a questão de como o uso das máscaras na cidade levou à quebra do isolamento social e assim poder pensar em maneiras de uma possível reversão do cenário. Pelo recente surgimento desta pandemia, a temática ainda é pouco debatida, porém necessária para tentar pensar em novos meios de lidar com um momento pandêmico que vivemos e que podemos viver novamente.

As máscaras, mesmo com o seu uso obrigatório, não são passes livres para uma tentativa de retorno à tão sonhada “normalidade” e sim um artifício/recurso que auxilia na prevenção da doença. Deixar isso claro é preciso, pois à medida que o distanciamento social diminui, os números de mortes e infectados aumentam, e a tragédia só tende a piorar cada vez mais.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4º ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estados e Cidades**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/timbauba.html>. Acesso em: 18 maio 2020.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, [s.l.], v. 20, n. 42, p. 377-391, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>.

UNASUS – Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde. **Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 29 maio 2020.

Recebido em: 31/05/2020

Aceito para publicação em: 04/09/2020





# ENSAIOS VISUAIS



**DIÁRIO IMAGÉTICO DA PANDEMIA DE COVID-19  
RETRATOS, DISTÂNCIAS E ESTRANHAMENTOS**

***Covid-19 pandemic imagery diary  
Portraits, distances and strangeness***

**Geissy Reis F. de Oliveira**

Mestranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB), Brasil.

E-mail: [geissykreis@gmail.com](mailto:geissykreis@gmail.com)

**Luriana de Sousa Barros**

Mestranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB), Brasil.

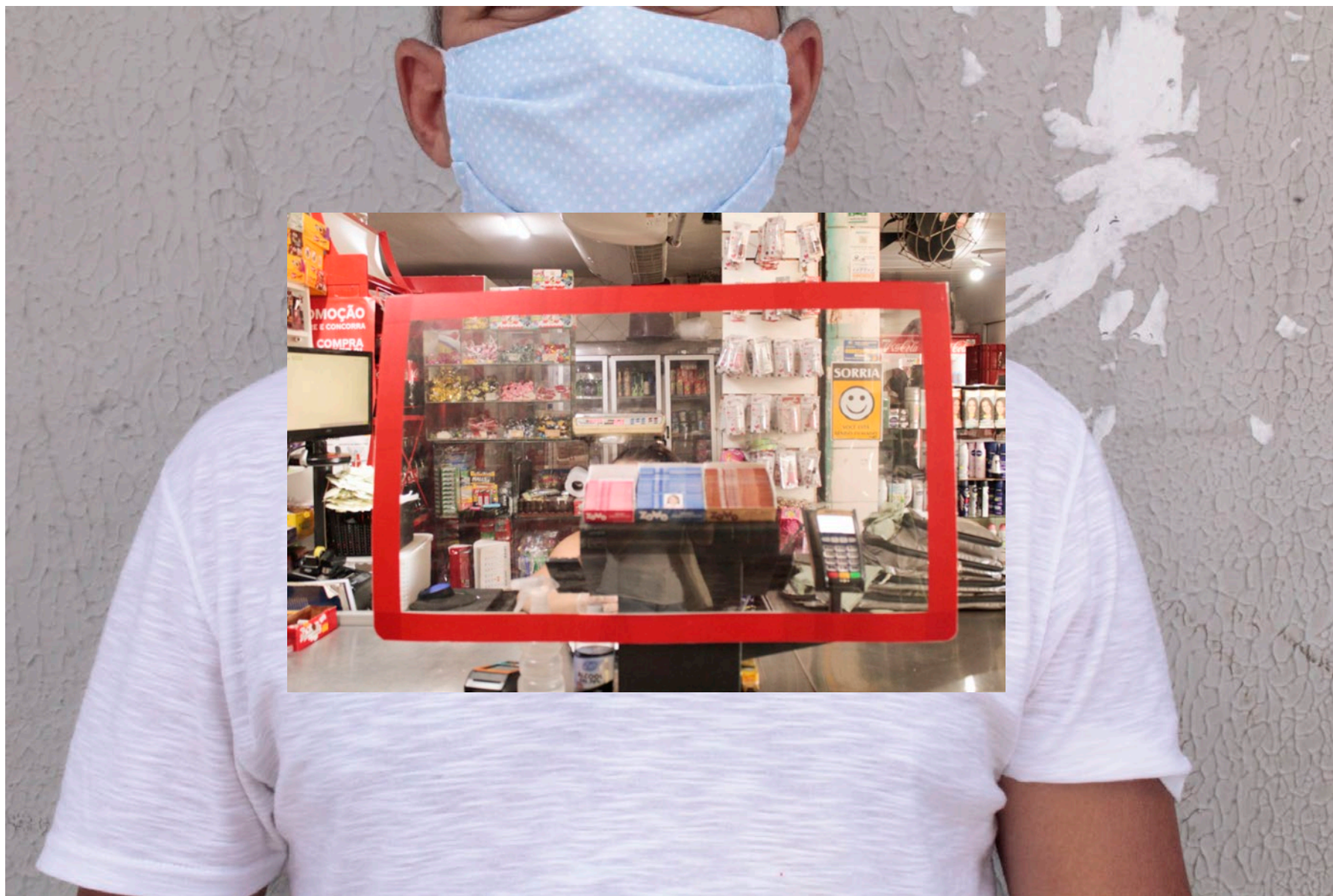
E-mail: [lurianadesousa@gmail.com](mailto:lurianadesousa@gmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p. 196-203, outubro 2020

ISSN 2447-9837













Este diário imagético<sup>1</sup> da pandemia de covid-19, desde a antropologia, esforça-se por trazer, em registro fotográfico, algumas das novas configurações socio-culturais que emergem neste momento. É possível elencar, dentre elas: a) uso de máscaras, tornado corriqueiro, como dispositivo protetivo ao novo coronavírus; b) distância social que as pessoas em seus fluxos urbanos, são orientadas a guardar entre si; c) marcações em estabelecimentos públicos e privados, feitos na intenção de organizar esse distanciamento social.

Durante o tempo da feitura deste trabalho, deparamo-nos com as dificuldades no fazer antropológico neste cenário anômalo, no qual novas estratégias de pesquisa etnográfica devem ser pensadas; afetadas por este contexto, recorreremos às imagens como “fonte de significação”, nos termos de Eckert e Rocha (2011). Neste fazer, a reflexão é imagética. E desta forma nos aproximamos das imagens como modos de narrar, permeadas das afetações que a Covid-19 nos traz – vale salientar que o faz de modo desigual, tendo em vista os marcadores sociais da diferença (gênero, etnia/raça, classe, geração etc.) – enquanto sociedade.

No curso desta *experiência etnográfica* (MAGNANI, 2009) (que equivale a uma incursão a campo), realizamos duas incursões no mês de maio de 2020. No tempo destes dois dias, conversamos, de forma rápida, com funcionários/as e donos/as dos estabelecimentos para poder fazer o registro das placas e sinalizações, e também de forma breve, fotografamos. Neste mesmo momento, a utilização das máscaras por pessoas que transitavam nesses ambientes e as multiplicidades destas máscaras, redirecionaram nosso olhar. Foi numa casa lotérica e em mercados de bairro, na cidade de João Pessoa/PB, onde estivemos para “resolver coisas”, – pagar contas na casa lotérica e fazer compras nos mercados – que encontramos a oportunidade de realização dos registros visuais aqui presentes.

Resolvemos conversar rapidamente com quem entrava e saía desses locais, explicando nosso trabalho, quem éramos, e perguntando sobre a possibilidade de comporem este diário. Não poder registrar o olhar de quem fotografamos foi imensamente difícil. No entanto, não havia como trabalharmos com termos de autoriza-

---

<sup>1</sup> Por diário imagético nos referimos à produção de fotografias orientadas à captura visual e registro de algumas das reverberações sociais associadas à pandemia de covid-19, que pudemos sentir no nosso cotidiano.



ção de uso de imagem impresso neste momento, ao qual tomaria tempo, dilatando nossa exposição. E mesmo que a manifestação de concordância da participação na pesquisa tenha se dado de forma oral, consideramos conjuntamente preservar suas identidades.

A maioria das pessoas que abordamos, nestes curtos intervalos de tempo, aceitaram participar desta incursão. Algumas delas nos contaram a história de sua máscara, outras perguntaram se era preciso soltar o cabelo, algumas tiraram os óculos. As reações foram diversas, assim como as máscaras. Máscaras que, somadas às placas e marcações nos estabelecimentos, apontaram para uma resposta artesanal ao novo coronavírus, no âmbito local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, v.15, 2009, n. 32, p. 129-156. ISSN 1806-9983.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Mergulho na imaginação criadora: antropologia e imagem. **Anuario La Escalera de la Facultad de Arte** - Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires. Escuela Superior de Teatro, v. 20, p. 10-20, 2011.

Recebido em: 02/06/2020

Aceito para publicação em: 04/08/2020



**“PANDEMIA DE NARRATIVAS”:  
EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS NO INSTAGRAM**

**“Pandemic Narratives”:  
shared experiences on Instagram**

**Daniele Borges Bezerra**

Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural, professora substituta no Departamento de Antropologia e Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

E-mail: [borgesfotografia@gmail.com](mailto:borgesfotografia@gmail.com)

**Alexsânder Nakaóka Elias**

Doutor em Antropologia Social, pesquisador associado do Laboratório Antropológico de Grafia e Imagem (LA'GRIMA/Unicamp), do Núcleo de Antropologia Visual (NAVISUAL/UFRGS), do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som (LEPPAIS/UFPEL) e do Grupo de Pesquisas Visuais e Urbanas (Visurb/Unifesp), Brasil.

E-mail: [alexdefabri@gmail.com](mailto:alexdefabri@gmail.com)

**Amanda Dias Winter**

Graduanda em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

E-mail: [winteradias@gmail.com](mailto:winteradias@gmail.com)

**Mateus Fernandes**

Graduando em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

E-mail: [mateusfernandsasilva@gmail.com](mailto:mateusfernandsasilva@gmail.com)

**Vitória de Lima Cardoso**

Graduanda em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

E-mail: [vitoria.about@gmail.com](mailto:vitoria.about@gmail.com)

**Claudia Turra-Magni**

Doutora em Antropologia Social, professora no Programa de Pós-Graduação e no Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. Pós-Doutoranda no Institut d’Ethnologie Méditerranéenne, Européenne et Comparative (IDEMEC-CNRS-AMU), França.

E-mail: [clauturra@yahoo.com.br](mailto:clauturra@yahoo.com.br)

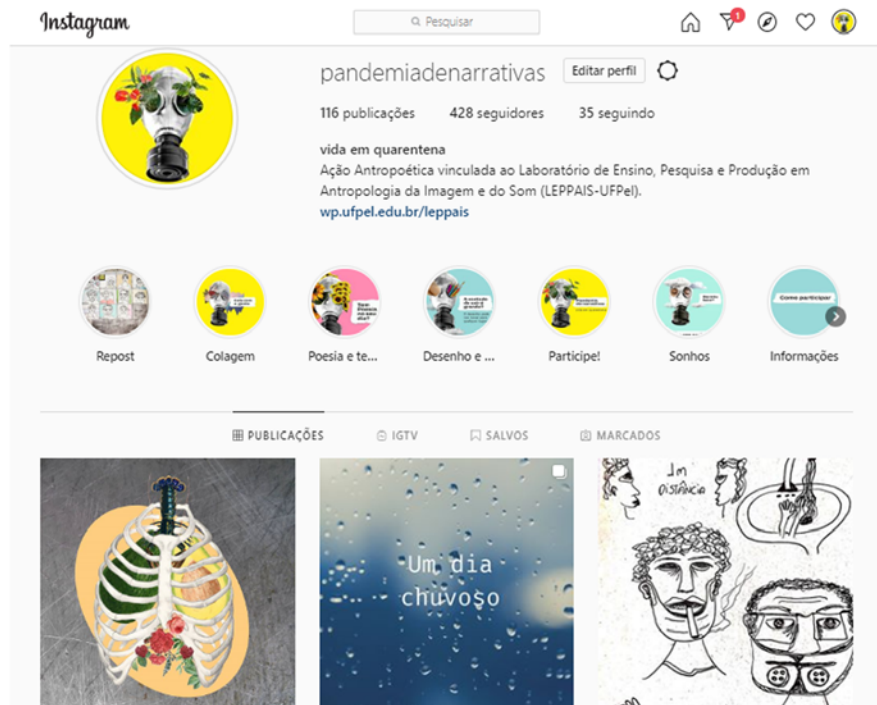
**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p. 203-214, outubro 2020

ISSN 2447-9837



## Pandemia de narrativas

vida em quarentena



## Pandemia de narrativas

A vida em quarentena



Tem poesia no seu dia?



Cola com a gente



A vontade de sair é grande?

O desenho pode nos levar para qualquer lugar.



Ouvir é vagar

**Poesia** pode ser qualquer coisa, escrever versos, rimar, brincar com palavras e imagens. Você tem criado poesias durante a quarentena? Compartilhe por texto ou áudio conosco. Cuide-se!

A **colagem** é um ótimo recurso narrativo. Se tem vontade de compartilhar suas produções, manda para gente. SAIBA COMO PARTICIPAR desta PANDEMIA DE NARRATIVAS @pandemiadenarrativas @leppais\_ufpel


**Desenho** é uma forma particular de ver e representar o mundo. Você tem desenhado? Manda para a gente. Aqui os desenhos são pensados como material pleno de significados, condutores de informação e emoções.

Você já parou para pensar em quantas informações os **sons** a sua volta carregam? A partir de uma ambiência sonora podemos identificar presenças, práticas que se repetem, dinâmicas da vida em movimento, imaginar um espaço. Como nos propõe Tim Ingold: "ouvir é vagar".

Instagram

🔍 Pesquisar

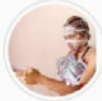






🏠 🔔 📷 ❤️ 🌐

 **pandemiadenarrativas** Enviar mensagem 👤 ⌵ ⋮

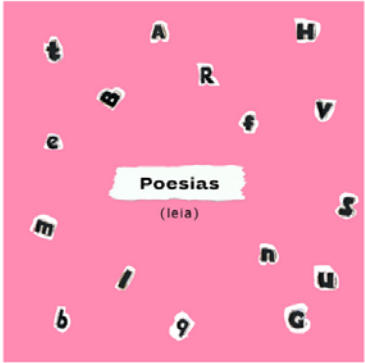
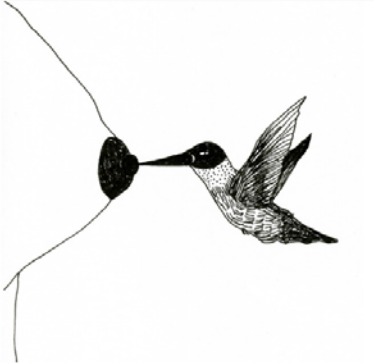

116 publicações   427 seguidores   34 seguindo

**vida em quarentena**  
Ação Antropoética vinculada ao Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som (LEPPAIS-UFPel).  
[wp.ufpel.edu.br/leppais](http://wp.ufpel.edu.br/leppais)

Seguido por joaoursinemagalhaes, sociologicas\_, luirrih e outras 48 pessoas

 Repost    Colagem    Poesia e te...    Desenho e ...    Participe!    Sonhos    Informações

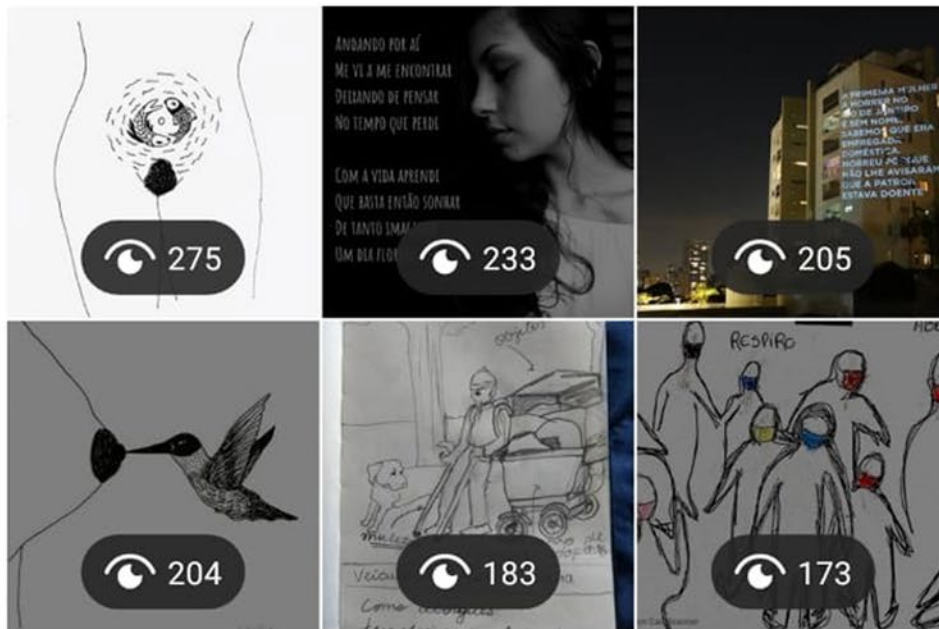
📖 PUBLICAÇÕES   🏷️ MARCADOS

**@sophiaxpinheiro**   **@anateixeira.arte**

Publicações

Ver tudo



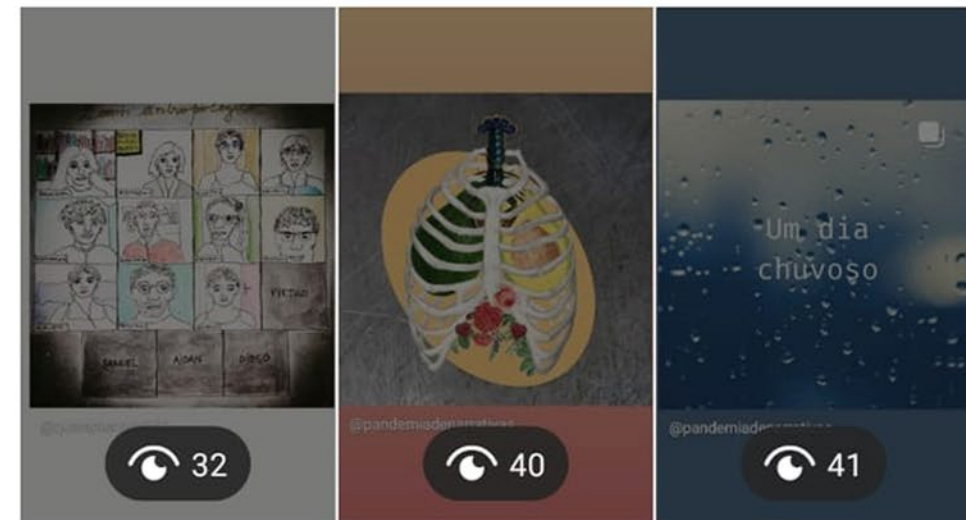
Publicações do feed ordenadas pelo número de vezes que foram visualizadas.

Criar publicação

Criar publicação

Stories (i)

Ver tudo



Fotos e vídeos ordenados pela data em que foram publicados.

Criar story

Promoções

Ver tudo





@pri\_moreira\_

É hora de estar dentro  
estar dentro e olhar pra dentro  
quantas pessoas tiveram como meta  
para o novo ano ressignificar-se?  
aproveitemos o recolhimento  
agora que o que somos é o que temos  
fica o questionamento  
não deveria ter sido sempre assim?  
a gente da gente. Com a gente  
em primeiro

@gabiaavila



@carmemgiongo



@gslaris



@raqbackes e @fritassoos



@yasacostas



De quarentena, sozinho no meu quintal. De noite, enfio um varal de luzes coloridas entre duas árvores sexagenárias. De rede, com duas latas de cerveja higienizadas e uma tigela de amendoins. Festas imaginárias me animam.

Diogo Madeira - 26/04/20



**pandemiadenarrativas** Texto poético enviado por Diogo Madeira.  
@madeiraogoid 26 de abril de 2020



Instagram: @ricardo.lage

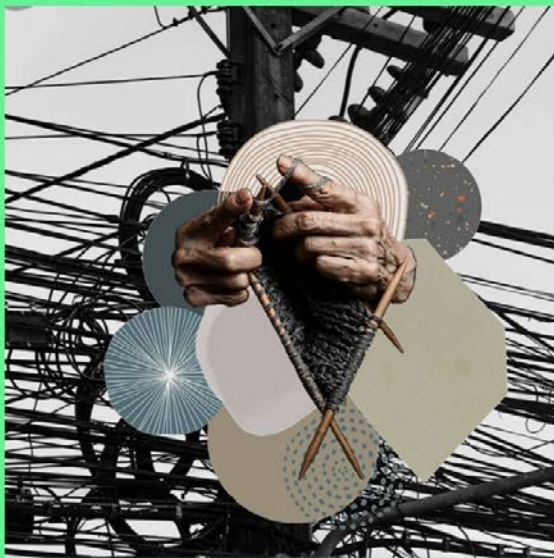
**pandemiadenarrativas** Me chamo Leila Patricia, sou pós-graduanda do NAVIS UFRN, e utilizo o desenho para registrar a vida de maneira recorrente, gostaria de contribuir com vocês com meu desenho de narrativa de quarentena  
materiais: este desenho foi produzido em papel canson tinta nanquim e pintado com aquarela feito no inicio da quarentena

@leila.lua





@rosilene\_silva87



@antropocolagens

**fazedura**

farinha  
água  
fermento  
paciência

fungo!

fungo  
farinha  
gordura  
água  
sal  
açúcar  
paciência

amassa  
bate  
sova  
paciência!

forno  
paciência

pronto!

tempo

tempo

...

@chavesbruno\_



@gslaris



@ilmiopianeta



Linha da vida: para reverenciar os mortos

Hoje faltaram as palavras

Mas algo precisava ser dito

A morte cala toda a tentativa

Faltam minutos de silêncio

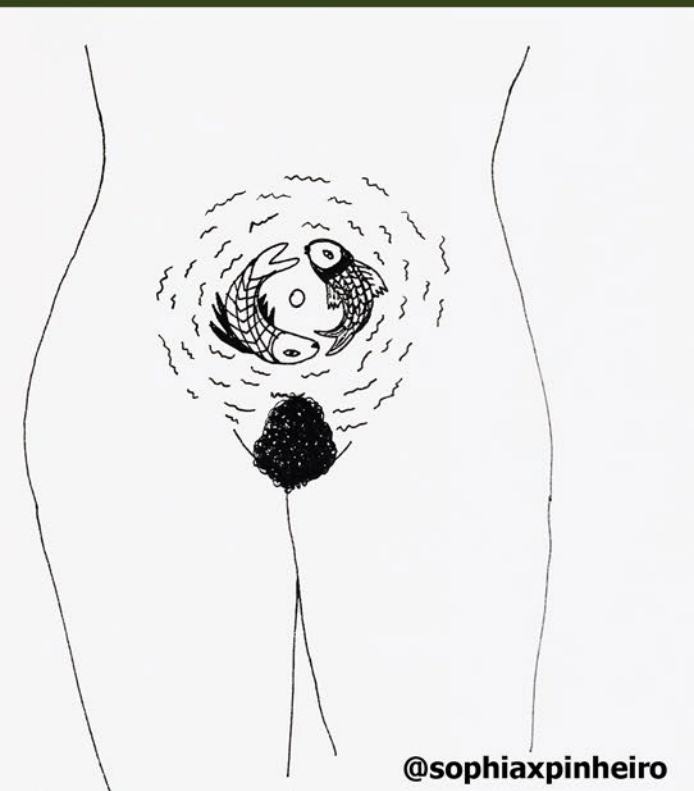
E o mínimo respeito

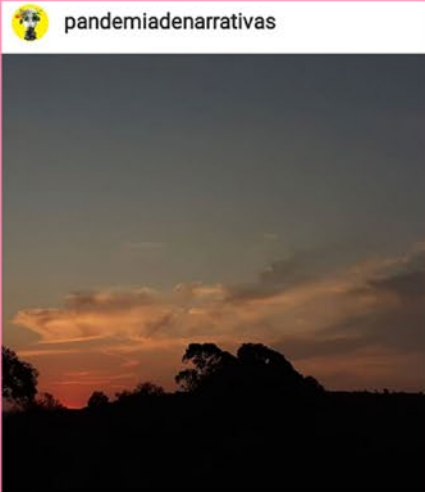
Com os nós que se rompem dessa tecitura

Nenhuma palavra à altura.

No. Brasil. São. Muitas. As. Mortes.

Roberta Darkiewicz - Criadora no Atelier de Mandalas. @atelier\_de\_mandalas  
Maio de 2020, Porto Alegre- RS

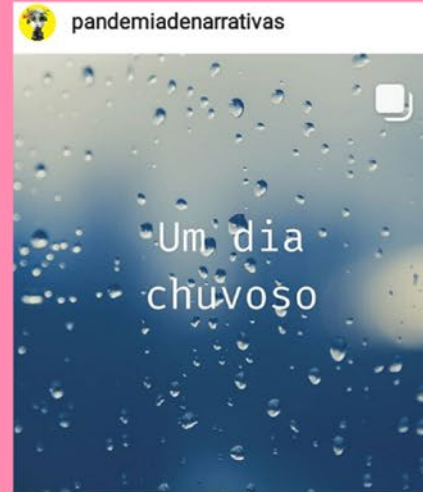




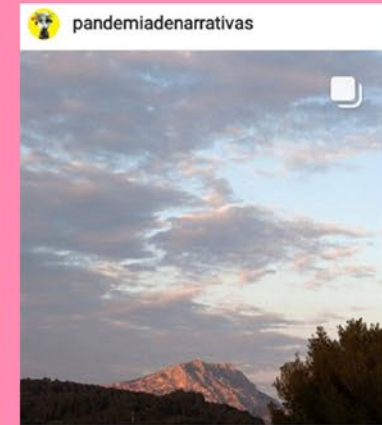
pandemiadenarrativas Sou, Andriele Baldez, estudante da Escola Esta... mais



pandemiadenarrativas Enviado por Luana Menezes... mais



pandemiadenarrativas Criação enviada por Roberta Darkiewicz - Criadora no At... mais



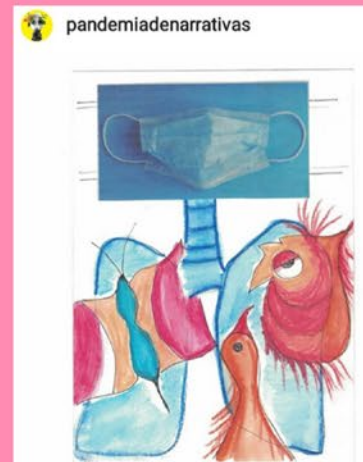
pandemiadenarrativas Ensaio visual encaminhado por Claudia Turra... mais



pandemiadenarrativas Me chamo Tanize, sou estudante de pós-gradu... mais



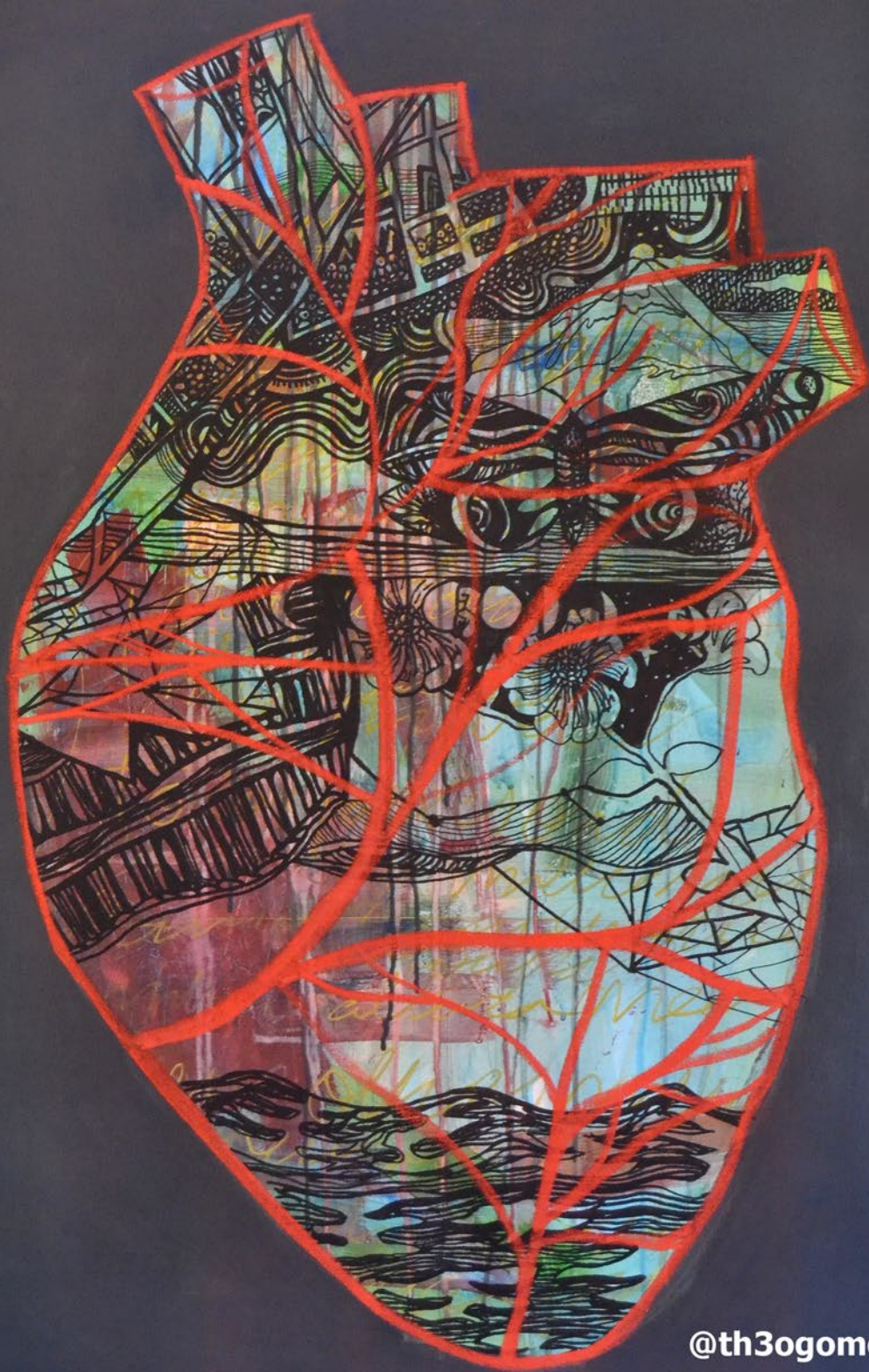
pandemiadenarrativas Me chamo Gabriela, sou graduanda em Antropologia na... mais



pandemiadenarrativas Encaminhado pela antropóloga Flávia Rieth,... mais



pandemiadenarrativas Dibujo enviado por Wemilly Soares... mais



@th3ogomes

O isolamento

Só

Lamentando a solidão

Durante o dia perceber a natureza e sua sutileza e na noite perceber que o silêncio grita. Há semanas equilibrando corpo, mente e alma, será que eu consigo me manter calma? Silêncio.

Grito.

Respiro.

Sorriso.

Desespero.

Alguém tem dúvida que todo esse caos resulta da incerteza? Lamento pelo mundo, pelo luto, pelas vidas perdidas e que vão chegar. A solidão fala fala fala e não consegue se expressar

@gslaris

A ação [@pandemiadenarrativas](#), movida pelo grupo de pesquisa Antropoéticas<sup>1</sup> através do Instagram<sup>2</sup>, surgiu em 19 de abril de 2020 devido à premência de criar um território de refúgio e compartilhamento de vivências diárias alteradas pela pandemia da Covid-19, num período trágico com características de liminaridade. Ao demonstrarem as relações entre dramas social e estético, Turner (2008) e Dawsey (2005) enfatizam como o isolamento e a vulnerabilidade, próprios da condição liminar, que marca a fase intermediária dos processos rituais, tendem a gerar comunidades de aflição.

Que grafias expressariam as experiências subjetivas deste drama social? Como uma antropologia sensível, mediada por formas expressivas, contribuiriam com um mundo em crise, externalizando inquietudes, tristeza, gritos abafados pelo isolamento? Como tais narrativas poderiam romper o silêncio e tornar-se contagiantes? Esses questionamentos nos conduziram a esta ação antropológica, via uma plataforma *online*, visando reunir experiências vividas de maneiras diversas e criar vínculos afetivos como modo de resistência ao trágico dilaceramento de laços sociais.

Atualmente, com 420 seguidores, média de 84 “curtidas” diárias e comentários, o material reunido no primeiro mês nos convida a pensar e proceder de acordo com uma “antropologia da vida” (INGOLD, 2015), cujas implicações mais profundas serão consideradas futuramente, visto que a ação segue acontecendo. Optamos, aqui, por apresentar resultados parciais, em forma de ensaio visual, apoiado no princípio da “montagem” (VERTOV, 1983; BENJAMIN, 1987), através de um processo colaborativo e rizomático que valoriza gestos, emoções e resistências expressas por múltiplas “grafias” (INGOLD, 2015).

Tal como Rancière (2005), entendemos esse modo de produção do conhecimento sensível como um ato político, ético e poético - uma forma de resistência cotidiana, como propõe Scott (1990), percebida através de narrativas pungentes e simbólicas, que nos fazem apostar no “poder epidêmico” dessas imagens (DIDI-HUBERMAN, 2003).

<sup>1</sup> Esta ação integra o projeto de pós-doutorado de Daniele Borges Bezerra, no âmbito do grupo de pesquisa Antropoéticas, do Laboratório de Ensino Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som (LEPPAIS)/ Universidade Federal de Pelotas. O LEPPAIS é coordenado por Daniele Borges Bezerra e Cláudia Turra Magni, Laboratório do qual todas as autoras e os autores participam.

<sup>2</sup> No Site de Rede Social (SRS) Instagram, os perfis são precedidos pela arroba (@).



## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política.** Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Volume 1. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DAWSEY, John. O teatro dos "bóias-frias": repensando a antropologia da performance. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 15-34, jul./dez. 2005.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Images malgré tout.** Paris: Les Éditions de Minuit, 2003.

INGOLD, Tim. **Estar vivo:** Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível:** Estética e política. São Paulo: EXO experimental org./ Ed.34, 2005.

SCOTT, James C. **Domination and the Arts of Resistance:** Hidden Transcripts. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1990.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas:** ação simbólica na sociedade humana. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

VERTOV, Dziga. Nascimento do cineolho. In: XAVIER, Ismail. **A Experiência do Cinema.** Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983, p.261.

Recebido em: 01/06/2020

Aceito para publicação em: 22/07/2020

